



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

FRANCO ANDREI BORGES

A INSERÇÃO DE NOVOS SUJEITOS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO TRIÂNGULO MINEIRO: OS CIGANOS DO ASSENTAMENTO PAULO FARIA

UBERLÂNDIA – MG

2015

FRANCO ANDREI BORGES

**A INSERÇÃO DE NOVOS SUJEITOS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO TRIÂNGULO
MINEIRO: OS CIGANOS DO ASSENTAMENTO “PAULO FARIA”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito à obtenção
do título de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cervo
Chelotti

UBERLÂNDIA - MG

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B732i
2015

Borges, Franco Andrei.

A inserção de novos sujeitos no espaço agrário do Triângulo Mineiro : os ciganos do assentamento "Paulo Faria" / Franco Andrei Borges. - 2015.
127 f. : il.

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses.
2. Assentamentos rurais - Triângulo Mineiro (MG) - Teses.
3. Ciganos - Triângulo Mineiro (MG) - História - Teses.
4. Territorialidade humana - Teses. I. Chelotti, Marcelo Cervo. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia

IG

FRANCO ANDREI BORGES

A INSERÇÃO DE NOVOS SUJEITOS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO
TRIÂNGULO MINEIRO: OS CIGANOS DO ASSENTAMENTO
PAULO FARIA

Professor Dr. Marcelo Cervo Chelotti - UFU

Professor Dr. Murilo Mendonça Oliveira de Sousa – UEG

João Cleps Júnior

Professor Dr. João Cleps Júnior – UFU

Data: 21/08 de 2015

Resultado: Apravado

A minha mãe Gilda de Oliveira Borges mulher guerreira; à memória de meu pai José Alves Borges, pelas viagens e ensinamentos; ao meu filho Heitor Andrei Faria Borges minha maior alegria e fonte orgulho e força. Aos meus irmãos, Eliane Aparecida Borges, Rogério Alves Borges, Lígia Maria do Carmo Borges, Júnia de Oliveira Borges e José Alves Borges Filho pela força e presença.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Uberlândia que me proporcionou a realização deste projeto de pesquisa, por meio de todos os professores, técnicos e trabalhadores das mais diversas áreas que me propiciaram salas prontas para estudo, uma ampla biblioteca, banheiros limpos, restaurante pontual, segurança de campus, isso desde minha formação enquanto licenciado, bacharelado e agora mestre a oportunidade de concluir este projeto, a todos que não tiveram esta oportunidade faço desta conquista, nossa conquista.

A minha mãe Gilda de Oliveira Borges que não teve a oportunidade de estudar como eu tive de fazer este trabalho, mulher do campo que tinha um sonho em estudar, mas não podia, casou se muito cedo, constituiu família e teve seus sonhos adiados, professora nata que decifrava o mundo e as conjunturas políticas sobre ele em uma prosa de cozinha e que me fazia ainda mais um entusiasta para a Geografia; ao meu filho Heitor Andrei Faria Borges que sempre se mostrou interessando no que eu estava construindo, à memória de meu pai José Alves Borges conhecedor de muitos lugares e em suas viagens de caminhão que me levava oportunamente e que as vezes não tinha tempo de observar as maravilhas que se projetavam na paisagem vista da cabine, foi também um entre tantos outros brasileiros expropriados do campo e levado as cidades.

Aos colegas do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e da 314^a Zona Eleitoral de Uberlândia, a Patrícia Maura Giembinsky Manosso e ao Paulo Eduardo Penna Prado do Ministério Público (MP) de Goiás, pelas várias conversas sobre o assunto, em especial a Chefe de Cartório e Amiga Márcia Helena Vieira de Oliveira que foi tão paciente e compreensível com meu trabalho e ausências que se faziam necessárias e justificadas neste projeto.

Agradeço o meu orientador prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti pela contribuição nesta pesquisa, pela dedicação e tranquilidade diante das minhas dúvidas e pelos caminhos que se mostravam diante da pesquisa proposta. O professor Marcelo se mostrou como a grande maioria dos gaúchos que migraram para nossa região de cerrados, homens batalhadores e dispostos a enfrentar novos desafios, não somente nas terras dispostas ao desbravar, mas em todas as áreas, como a do conhecimento e do que se ainda não conhecia. Em sua confiança

pude trabalhar tranquilo, em suas orientações e sugestões de leituras, atendendo sempre que me conduzia nas correções e revisões para a melhora do trabalho de pesquisa.

A professora Terezinha Tomaz Galante que me apresentou em 2010 aos Ciganos assentados, o que fez conhecê-los, ela foi o elo do que seria o meu “objeto de pesquisa”, sempre disposta e determinada a ajudar em prol da construção do conhecimento, muito empolgada em nossas várias idas ao assentamento P. A.“Paulo Faria”.

A Professora Clemilda A. Bueno Presidente da Associação das Mulheres do Assentamento “Paulo Faria”, que se empenhou em ajudar-me, com toda a história do P. A.“Paulo Faria”, suas lutas, entraves políticos e conquistas, onde me recebeu em seu lar, no seu lote no assentamento e propiciou várias visitas aos lotes dos assentados.

Aos colegas, professores e funcionários do Instituto de Geografia, em especial aos funcionários ligados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Aos amigos Francisco Lima Mota, pelo apoio antes de entrar no curso regular de mestrado, ao Ricardo da Silva Costa que muito me ajudou com seu conhecimento sobre os ciganos e contatos com o grupo de ciganos assentados e com outros grupos de ciganos, ao Pedro Machado por seu incentivo.

Aos professores que em suas aulas mesmo como aluno especial,e depois como aluno regular no programa da pós-graduação, me proporcionaram uma maior formação cognitiva em quanto aluno e sujeito do aprendizado, entre eles destaca a professora Dra. Adriany de Ávila Melo Sampaio, que em outra oportunidade juntos fizemos um trabalho de conclusão do bacharelado em geografia, com o tema “Os Ciganos de Uberlândia e a questão de suas crianças na Escola”.

Aos professores Dr João Cleps Júnior,laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) e ao professor Dr. Roosevelt José dos Santos,laboratório de Geografia Cultural (LAGECULT) ambos participaram da banca de defesa do projeto, pelas contribuições no estágio inicial da pesquisa. A Banca de qualificação, novamente o Professor Dr. João Cleps Junior juntamente com a professora Dra. Patrícia Francisca Matos – FACIP – UFU pelas contribuições e orientação que muito contribuíram para pesquisa em seu estágio “final” de desenvolvimento.

A Professora Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa com sua contribuição na construção deste trabalho.

Aos funcionários Yara, Isabel e o Amigo João Fernandes que muito me ajudou e coordenou sobre normas, regulamentos e procedimentos do programa de Pós Graduação.

A Eunice Pereira, funcionária da Superintendência Regional de Regularização ambiental, SUPRAM – Uberlândia, que muita paciência teve comigo me disponibilizando o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) P. A. “Paulo Faria”, além de inúmeras cartas topográficas do referido Assentamento e que serviram de referência para muitas das incursões de campo realizadas.

Ao José Aparecido, líder regional do Movimento de Libertação dos Sem terra (MLST) na região de Uberlândia e também da Ana Rita, presidente do Sindicato dos trabalhadores da Agricultura Familiar do Triângulo Mineiro (SINTRAFTRIM) e presidente da Associação dos Assentados P. A. “Paulo Faria”, pelas entrevistas esclarecedoras sobre a luta de todos os assentados.

Agradeço também as outras entrevistas concedidas, como Sr. Waldemar da Fazenda Barreiro, A Geanee sua família, A Joana (Retiro do lobo), ao Ismael, e especial a grande Família Cigana do Sr Benervaldo Dias da Silva, sua Esposa Romilda, seu Filho Waltinho que muito colaborou, netos, noras e genros todos ciganos que suas falas contribuíram para o enriquecimento do trabalho.

Agradeço ao Norberto Amado dos Santos e Amanda Rodrigues de Oliveira no Anexo da Secretaria de Agropecuária e Abastecimento - Sala da Cidadania -Setor do INCRA que muito me ajudaram sobre informações do referido Assentamento.

Agradeço a Santa Nossa Senhora Aparecida e toda sua onipresença em minha vida.
Muito obrigado a todos que algum modo contribuíram para a realização deste projeto!

Djelém, Djelém (OPRÉ ROMÁ)

*Djelémdjelémlungónedroméntsa,
MaladilémbaxtaléRroméntsa.
Ah, Rromalé, katártuménavén,
E tsahréntsa, baxtalédroméntsa.
Ah, Rromalé,
Ah, Chavalé.
Vi mansasíekhbarífamílija,
Mudardála e KalíLegíja;
Avénmántsasa e lumnjátseRromá
Kajphutajlé e rromanédroméntsa.
Ákevrjáma, ushtíRromáakaná,
Aménxudásamishtókajkerása.
Ah, Rromalé,
Ah, Chavalé.*

Andei, Andei (LEVANTEM-SE ROM)

Andei, andei por longas estradas,
E encontrei os de sorte.
Ai ciganos, de onde vocês vem
Com suas tendas e crianças famintas?
Oh, velhos ciganos,
Oh, jovens ciganos.
Eu também tive uma grande família,
Mas a Legião Negra a exterminou;
Homens e mulheres foram mortos
E também crianças pequenas
Ai velhos ciganos, ai jovens ciganos
Abra Senhor, as portas escuras
para que eu possa ver onde está minha gente
Voltarei a percorrer os caminhos e
Andarei com os ciganos de sorte
Ai velhos ciganos, ai jovens ciganos
É hora, levantemo-nos,
É chegado o momento de agir.
Venham comigo ciganos do mundo
Ai velhos ciganos, ai jovens ciganos.

RESUMO

Esta pesquisa encontra contexto no mundo dos Ciganos, estes estão localizados no P.A. “Paulo Faria”. Nesse estudo abordamos a história e origem do povo Cigano, apontamos a participação dos Ciganos na vida social no P.A “Paulo Faria”. Assim, apresentamos a trajetória desse grupo social tão pouco conhecido. Problematizamos a situação de um grupo com uma identidade coletiva bem definida na busca por novos desafios, em uma mistura e contato direto com sujeitos distintos de sua concepção de identidade, gerando um novo sujeito identitário: o assentado cigano. Assim, investigamos sobre os modos de vida dos Ciganos e suas territorialidades. Mostramos que esses sujeitos, apenas se diferenciam em questões culturais, dos demais cidadãos brasileiros, e que se mostram aptos a requerer uma efetiva visualização dos direitos enquanto elementos efetivos da sociedade brasileira. O objetivo principal se dá por meio da compreensão dos processos territoriais dos assentados Ciganos no Projeto de Assentamento “Paulo Faria”, tendo em vista ser realizada a investigação sobre os modos de vida dos Ciganos e suas territorialidades, considerando a questão de que o referido assentamento se tornou foco de disputa por territórios entre Ciganos e Camponeses. Metodologicamente realizamos pesquisas bibliográficas em jornais e em mídias digitalizadas, realizamos visitas a sindicatos e associações dos trabalhadores rurais, e movimentos sociais ligados à luta pela terra. O trabalho de campo foi muito importante para que assim pudéssemos elaborar um diagnóstico para se comprehendesse a dimensão da área e da expansão dos lotes dentro do assentamento. Quanto à questão de suas andanças, entendemos que os ciganos, se deslocam em pontos fixos do território rede que faz parte de seu planejamento de obter meios de vida. Por isso, conforme foi pesquisado, percebemos que há uma aquisição de outros significados na vida dos ciganos, devido às novas realidades reafirmadas/praticadas pelos ciganos e os Gadjos no mesmo espaço. Apesar dessa absorção os ciganos não irão deixar de serem ciganos, mas passam a ser detentores de meios técnicos e funcional, para sobreviverem em uma sociedade gerida de regras. No decorrer da discussão, apontamos a participação dos Ciganos na vida social nos movimentos de luta pela terra e, de modo especial no assentamento “Paulo Faria”.

Palavras-Chave: Ciganos. Territorialidade. “Paulo Faria”, Prata. Triângulo Mineiro. Assentamento.

RESUMEN

Esta investigación encuentra contexto en el mundo de los gitanos, estos se encuentran en el PA “Paulo Faria”. En este estudio abordamos la historia y el origen del pueblo gitano, señalamos la participación de los romaníes en la vida social en la AP “Paulo Faria”. Por lo tanto, se presenta la trayectoria de este grupo social tan poco conocido. Nos problematizamos la situación de un grupo con una identidad colectiva claramente definida en la búsqueda de nuevos retos en una mezcla y el contacto directo con el diseño de la identidad diferenciada de sus súbditos, la creación de una nueva identidad asunto: la gitana se sienta. Por lo tanto, se investigó acerca de los modos de vida de los gitanos y su territorialidad. Se demuestra que estos temas sólo difieren en cuestiones culturales, los demás ciudadanos brasileños, y que demuestran la posibilidad de solicitar una visualización efectiva de derechos que los elementos efectivos de la sociedad brasileña. El objetivo principal es a través de la comprensión de los procesos territoriales de los gitanos se establecieron en el Acuerdo “Paulo Faria” proyecto con el fin de llevar a cabo la investigación sobre las formas de vida de los gitanos y su territorialidad, teniendo en cuenta la cuestión de la liquidación correspondiente se convirtió. Enfoque disputa por el territorio entre los gitanos y los campesinos. Metodológicamente realizado búsquedas en la literatura en los periódicos y medios de comunicación digitales, visitas a los sindicatos y asociaciones de trabajadores rurales y los movimientos sociales vinculados a la lucha por la tierra realizado. El trabajo de campo fue muy importante para que podamos elaborar un diagnóstico para entender el tamaño del área y la expansión de los lotes dentro del asentamiento. Sobre la cuestión de sus andanzas, entendemos que los gitanos, que se mueve a una ubicación fija en la red de territorio que es parte de su plan para obtener los medios de subsistencia. Por lo tanto, como se ha investigado, nos damos cuenta de que hay una adquisición de otros significados en la vida de Roma, debido a las nuevas realidades reafirmados / practicadas por los gitanos y permanecen en el mismo espacio. A pesar de esta absorción gitana no dejará de ser gitano, pero se convierten en titulares de medios técnicos y funcionales para sobrevivir en unas reglas de las sociedades gestionadas. Durante el debate, hemos señalado la participación de los romaníes en los movimientos sociales que luchan por la tierra y, sobre todo en el asentamiento “Paulo Faria”.

Palabras-clave: Gitanos. Territorialidad. “Paulo Faria”, de Prata. Triângulo Mineiro. Arreglo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 – Assentamento “Paulo Faria”: Localização da área de estudo	17
Figura 01 – Territórios Integrados.....	38
Mapa 02– Assentamento “Paulo Faria”: Rede formada pelo deslocamento dos ciganos.	41
Fotografia 01– Assentamento “Paulo Faria”: Vestimentas ciganas – homens e mulheres (2013)	44
Mosaico 01– Assentamento “Paulo Faria”: Vestimentas ciganas – homens e mulheres..	45
Tabela 01– Municípios de Minas Gerais com os maiores números de manifestações 2000-2013....	53-54
Tabela 02–Ocupações por ano em Minas Gerais 1990-2013.....	55-56
Tabela 03 – Número de ocupações e de famílias por Mesorregião (1990-2013).....	56
Tabela 04– Índice Gini de concentração fundiária	57
Tabela 05 – DATALUTA - assentamentos de reforma agrária (atualizado em 03/10/2014) ..	58
Mapa 03 – Assentamento “Paulo Faria”: Antigas Sedes das fazendas que formam o assentamento.....	62
Fotografia 02 –Assentamento “Paulo Faria”: Barracos.....	63
Gráfico 01 – Assentamento “Paulo Faria”: Origem dos assentados (2005).....	65
Gráfico 02 – Assentamento “Paulo Faria”: Estado civil dos assentados	66
Fotografia 03 – Assentamento “Paulo Faria”: Visão frontal do barraco/tenda Cigana.....	67
Fotografia 04 – Assentamento “Paulo Faria”: Visão dos fundos do barraco/Tenda.	67
Mapa 04 – Assentamento “Paulo Faria”: Localização dos lotes dos Ciganos	76
Mosaico 02 – Assentamento “Paulo Faria”: Vizinhos da grande propriedade (lado verde, assentados).....	77
Fotografia 05 – Assentamento “Paulo Faria”: Animais destonado ao comércio	78
Mapa 05 – Assentamento “Paulo Faria”: Espacialização dos lotes.....	80
Fotografia 06 – Assentamento “Paulo Faria”: Tanque de resfriamento de leite: assentado cigano.	82
Mapa 06– Assentamento “Paulo Faria”: Perímetro do assentamento	85
Fotografia 07– Assentamento “Paulo Faria”: Lote Cigano	91
Fotografia 08 – Assentamento “Paulo Faria”: Barraca cigana.	92
Mosaico 03 – Assentamento “Paulo Faria”: Quintal de Assentado Camponês.	93

Mosaico 04 – Assentamento “Paulo Faria”: Camponeses e desenvolvimento de seus lotes ...	94
Mosaico 05 –Assentamento “Paulo Faria”:Lote Camponês – organização e produção de alimentos.....	95
Fotografia 09 – Assentamento “Paulo Faria”: Fogão a lenha – residência (2015).....	96
Fotografia 10 – Assentamento “Paulo Faria”: Barraca cigana (2015)	99
Mapa 07 – Assentamento “Paulo Faria”: Zoneamentos de planejamento e gestão territorial	102
Fotografia 11–Assentamento “Paulo Faria”: Conversa para vender gado (2014).....	104
Fotografia 12 –Assentamento “Paulo Faria”: Lote Cigano: construção da casa pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).....	105
Fotografia 13 – Assentamento“Paulo Faria”: Panelas de Alumínio arreadas – Lado de fora da barraca	107

SUMÁRIO

Introdução	15
1 Ciganos: Territórios e redes no Cerrado Mineiro/Goiano	25
1.1 Considerações sobre os ciganos enquanto grupo social	25
1.2 O território Cigano	32
1.3 Territórios em rede dos ciganos em Minas/Goiás.	37
1.4 A cultura Cigana: desafios da diáspora à globalização	43
2 A inserção de ciganos em assentamentos rurais do Triângulo Mineiro	53
2.1 Triângulo Mineiro enquanto foco da luta pela terra	53
2.2 Características do Assentamento “Paulo Faria”.....	60
2.3 Os Ciganos na luta pela terra	69
3 As Diferentes territorialidades do Assentamento “Paulo Faria”.....	79
3.1 Territórios Camponeses e Ciganos:	79
3.2 Produção e meio de vida	81
3.3 Os Ciganos e suas territorialidades	83
3.4 Mudanças e Permanências no Modo de vida do Cigano assentado	96
4 Considerações finais	109
5 Referências	115
6 Anexos.....	121

INTRODUÇÃO

Minha caminhada “universitária” começou na Faculdade Católica de Uberlândia (FCU). Foi lá onde tive o primeiro contato com muitos professores aos quais sou muito grato – professora Vera Lúcia Salazar Pessoa, professora Suely Del Grossi, professor Mauro Mendonça e professora Ângela Soares, dentre tantos outros que, em suas aulas, mostraram o universo da Geografia. A partir deste ponto, iniciei um processo de transferência para a Universidade Federal de Uberlândia. Com isso, novos horizontes surgiram, e novas possibilidades de estudo (Bacharelado) a partir das várias disciplinas da grade curricular disponível no curso de Geografia da Universidade Federal De Uberlândia.

Ao longo do curso de Geografia (Bacharelado e Licenciatura) na Universidade Federal de Uberlândia são comuns para todos os estudantes as disciplinas básicas que vãodesde a Geografia Rural até a Metodologia do Ensino de Geografia. A partir desse currículo cada um “apaixona-se” pelas perspectivas/possibilidades dentro de um universo particular de interesses e afinidades. A partir daícada um parte para aquilo que mais gosta, caminhando por projetos de iniciação científica, trabalhos de campo, congresso,dentre outros.

No decorrer do curso, sempre estudei na condição de aluno trabalhador e pai do Heitor Andrei Faria Borges. Busqueisempre o melhor que se podia obter de um ensino público e federal.Aprincípio, cursei Licenciatura. Logo após, Bacharelado, que foi concluídopor meio da monografia “Os Ciganos de Uberlândia e a questão se suas crianças na Escola”sob orientação da Professora Adrianyde Ávila Melo Sampaio. Naquele momento, o ensino de Geografia era meu foco.Mas a partir desse momento percebi que a Geografia abria possibilidades ainda maiores para minha vida acadêmica. Decidi, então, cursar o Mestrado.

No Mestrado, algo fez com que mudassea linha de pesquisa, do ensino de Geografia para a questão agrária. Percebi que essa “mudança” decorria das minhas raízes, asssim, fiquei interessado na possibilidade de estudar as questões do meio rural, pois isso era coerente com a essência da minha formação. Desde o nascimento até o deslocamento para a cidade de Monte de Carmelo em meados de 1979 meu cotidiano era vivido no rural.

No período em que vivi no campo, apesar de bem novo, ficou marcado o processo formação de linhas de fugade um grupo de pessoas que vinha e ia na região da fazenda onde eu residia. Aquilo me chamava muita atenção. Então, ficava eu pensando “o que é essa gente

que chega, pede para armar as barracas e depois vai embora”. Os ciganos vinham à residência de meus pais pedir para acampar e utilizar dos pastos para alimentar os animais.

Apenas mais adiante em minha história pessoal, já estabelecido na cidade de Monte Carmelo-MG, minhas lembranças retomaram mais uma vez que esse grupo de pessoas que margeou meu imaginário mais uma vez. Então, descubro que esse grupo é denominado “ciganos”.

Percebi que os ciganos permeiam a história de minha família. Em histórias familiares, contatadas por meu avô materno, o Senhor Manoel Horácio – e também repassadas por minha mãe, a Senhora Gilda de Oliveira Borges – os ciganos sempre passavam pela fazenda localizada no distrito de Chapada de Minas, que faz parte do município de Estrela do Sul-MG e ali pediam pousada. Passavam alguns dias, semanas e depois levantavam acampamento e iam para outros lugares. No entanto, sempre retornavam; o grupo que voltava quase sempre era composto pelos mesmos sujeitos ou outros ciganos os quais recebiam indicação para acamparem no ponto de descanso dos anteriores. Uma característica dos ciganos é formar uma “rede de territórios” como o que o que trataremos no capítulo 1, “Ciganos: Territórios eredes no Cerrado Mineiro/Goiano”. Os mesmos sujeitos constroem territórios que são utilizados em suas viagens e, quando a proximidade destes locais e da conveniência e autorização do dono, utilizam os mesmos pontos de apoio.

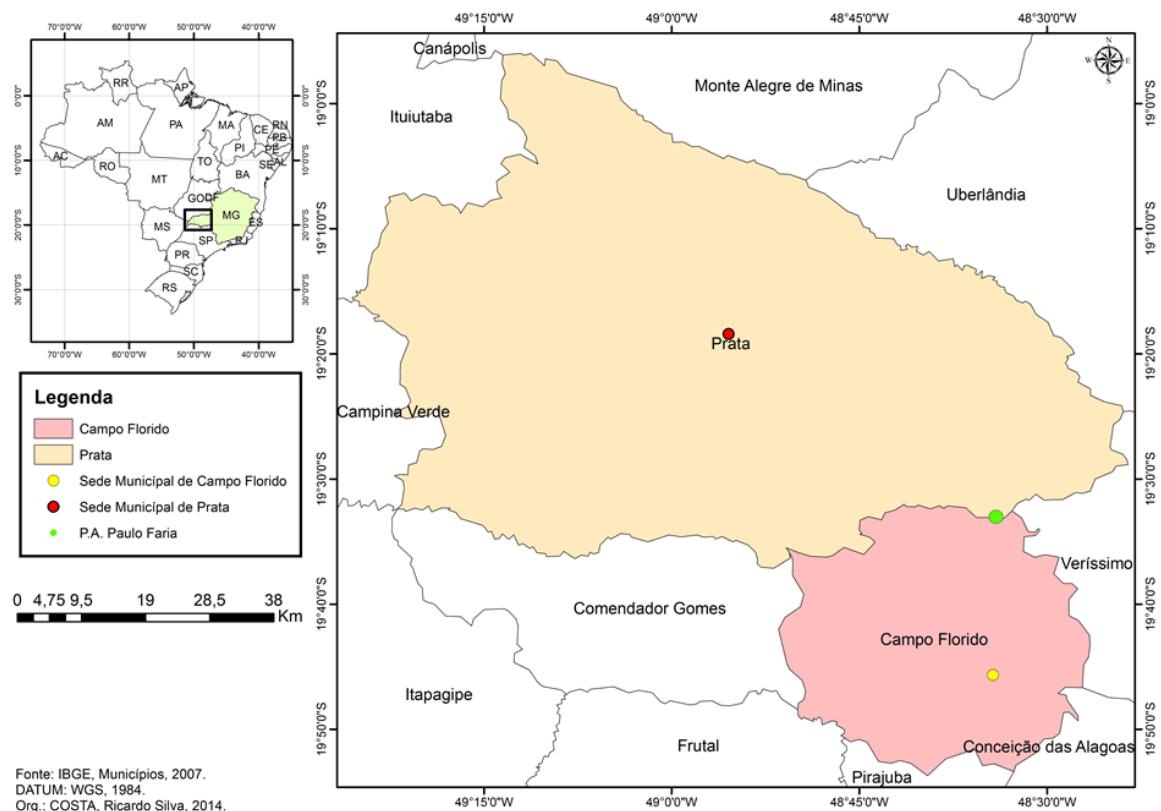
A partir do desejo de compreensão da vida dos grupos ciganos, somada ao curso de Geografia, surge a ideia de estudar esse grupo social. Como Geógrafo e pesquisador, aguçava-me a curiosidade por haver em nossa sociedade um universo rico de elementos políticos, econômicos, sociais, culturais etc. Os ciganos pouco se mostravam neste universo. A Geografia falava pouco ou quase nada sobre os mesmos. Alguns pesquisadores, como Ademir Divino Vaz da Universidade Federal de Goiás e Maria de Lourdes Pereira Fonseca (Universidade de Brasília) estudam os ciganos de Uberlândia. Outros, poucos se atrevem quanto a esse tema e cultura.

Assim, surgem muitas possibilidades para pesquisar questões rurais – desde a consolidação de acampamentos, assentamentos e sujeitos envolvidos. Diante de meu interesse quanto aos ciganos fui apresentado à professora Terezinha Thomaz. Esta nos mostrou que havia sujeitos ciganos em movimentos socioterritoriais, e também esses mesmos sujeitos já

estariam assentados em lotes da reforma agrária, no Projeto de Assentamento P. A. “Paulo Faria”, o qual é o *locus* de nosso estudo.

O P.A. “Paulo Faria” está localizado na divisa entre os municípios de Prata e Campo Florido, ambos localizados no Triângulo Mineiro estado de Minas Gerais. Essa divisão é materializada pelo Rio do Peixe, que abrange o mesmo assentamento como se pode visualizar no mapa 01. No entanto, por uma definição político administrativa, de acordo com a coordenação regional do INCRA, considera-se a localização do assentamento no município do Prata-MG.

Mapa 01 – Assentamento “Paulo Faria”: Localização da área de estudo



Fonte: IBGE, Municípios, 2007. DATUM: WGS, 1984.

Org: COSTA, Ricardo Silva, 2014

O interesse pelo assentamento aparece/surge pela diversidade cultural nele existente. A naturalidade dos sujeitos envolvidos é diversificada, há sujeitos de várias regiões do Brasil, com seus traços culturais distintos, sotaques que denunciavam a distância percorrida de muitos que ali estão. Constatou-se uma mescla de elementos neste assentamento, que se mostra muito diverso, plural, desde as dimensões de área, de assentados e de elementos culturais dos

assentados. Mas o mais interessante é mesmo a constatação da presença de ciganos assentados em meio aos Camponeses.

Os ciganos se mostraram perceptivos e bem receptivos. São identificáveis em seus traços culturais e nos elementos que os caracterizavam – suas barracas inconfundíveis no formato e cores, bem diferentes dos barracos de lona preta estruturados pelos demais assentados. Nos documentos que analisamos, não há como inserir dados de cor ou raça, mas sim de naturalidade, local de nascimento. Isso os caracteriza e os tornou aptos ao processo de seleção e efetivação como assentados. São, em sua essência, pessoas, legítimos cidadãos brasileiros, possuem todos os documentos civis. Assim, percebemos que a sua característica mais peculiar são os traços culturais e étnicos que lhes são inerentes, assim como outros sujeitos do assentamento com suas especificidades.

Analisamosas especificidades da vida desses sujeitos, seus caminhos percorridos por meio de suas andanças cíclicas, contar um pouco de suas histórias de vida, que se mostram claramente construídas à marginalidade do rural brasileiro, mas que não foram registradas. Nossa intenção é mostrar que esses sujeitos apenas se diferenciam dos demais cidadãos brasileiros por questões culturais, e que se mostram aptos a requerer uma efetiva visualização dos direitos como elementos efetivos da sociedade brasileira.

No Triângulo Mineiro, a luta pela terra se dá em diversas frentes e com diversos movimentos socioterritoriais que atuam de forma a tentar minimizar o quantitativo de sujeitos desterritorializados. Entre esses movimentos, destacamos as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), movimento que efetivou o nosso *locus* de estudo. Esses movimentos são responsáveis pela variedade de sujeitos conduzidos aos assentamentos, sujeitos que, em épocas passadas, restringiam-se a desalojados de processos pretéritos agrícolas, trabalhadores rurais e moradores urbanos. Mas também uma nova mescla de sujeitos timidamente margeiaesses movimentos: os sujeitos Ciganos se mostram interessados na conquista de lotes de terra da Reforma Agrária.

Por meio de nossa pesquisa, buscamos saber se os ciganos deixam de ser nômades a partir do momento que se territorializam e se tornam algo que não seja mais Cigano, se sua cultura deixa de existir diante dessa nova perspectiva e oportunidade que se mostra. Como analisar as relações destes com os Camponeses, seus modos de vida, suas formas de garantir o

sustento de suas famílias, decisões que os movem quanto a mudar ou não de cidade em determinadas épocas de suas vidas é um questionamento relevante. Motiva esse estudo a vontade de saber muito sobre sujeitos que são uma cultura à parte e que não se misturam, exceto em ocasiões específicas. Ainda que fosse tarefa difícil, sondá-los seria realmente a melhor maneira de realizar este trabalho. Assim, construímos o documento “termo de consentimento livre e esclarecido” (anexo 2), para que os sujeitos compreendessem do que se tratava o estudo.

O presente estudo está centrado na análise dos Ciganos no Projeto de Assentamento “Paulo Faria” para que, assim, seja possível entender seus modos de vida nesse assentamento, já que diversas identidades culturais estão localizadas em um único território. Os assentados são um grupo formado por Camponeses que são ou foram comerciantes, ex-agentes políticos, trabalhadores rurais, dentre outros os Ciganos.

Portanto, partimos da análise da origem dos ciganos e, depois, analisamos as famílias ciganas instaladas, que antes viviam sob a égide de uma estrutura de territórios móveis que lhe asseguravam deslocamentos eventuais e seguem agora para uma lógica de territórios fixos inscritos em uma ótica subsidiada por autarquia federal, mas inseridos em uma base política social.

Assim, alguns questionamentos se fazem necessários para que seja possível entender um pouco da lógica de descolamentos que acontece no contexto rural do Brasil, em especial neste trabalho. A princípio, como pensar que grupos os quais antes se deslocavam em rotas sazonais resolveram se “fixar” em um assentamento rural?

A distribuição dos grupos Ciganos é bem visível entre seus membros; cada indivíduo se apoia no outro, as famílias entrelaçam-se em objetivos comuns. Assim, é possível que esta organização esteja se estabelecendo como um território por meio de seus símbolos, de sua identidade, e que seus deslocamentos passados – antes, territórios móveis (ou interligados em rede, como vamos tratar no capítulo 1) – se tornem processos de fixação de território.

Para entender essa problemática, elaboramos algumas estratégias metodológicas que nos auxiliem na análise do tema de estudo. Realizamos pesquisas bibliográficas em jornais e em mídias digitalizadas, realizamos visitas a sindicatos e associações dos trabalhadores rurais, bem como movimentos sociais ligados à luta pela terra. Ainda, pesquisamos bancos de

dados como o DATALUTA, do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, e sites referente ao tema.

Outro fator importante para a realização da pesquisa foi o trabalho de campo¹, muito importante para que pudéssemos elaborar um mapa social tendo em vista a compreender a dimensão da área e da expansão dos lotes dentro do assentamento. O trabalho de campo proporcionou o contato direto com os sujeitos deste trabalho. Entrevistamos Ciganos e Camponeses, a fim de entender de forma direta, a percepção de vários aspectos da vida social, dos grupos sociais envolvidos no assentamento. No campo, constatamos as diferenças dos modos de vida dos ciganos em relação aos camponeses – seja pela vestimenta, pela forma como conversam ou pelo observar e perceber serem observados.

O momento do trabalho de campo foi marcado por muitas dificuldades e várias viagens de ida ao campo. As dificuldades foram as mais variadas. No primeiro momento, ficou marcada a desconfiança e receios dos Ciganos. Isso foi logo resolvido, com conversas e apresentação de o que se tratava a visita (anexo 2). Muitos pensavam que éramos do INCRA, e que estávamos ali para investigar, o que logo foi esclarecido. Posteriormente, as dificuldades se davam devido à qualidade das estradas de acesso ao P.A.

Partindo do Prata, toma-se a BR 153, acesso ao município de Frutal e se percorre cerca de 32 km até o posto de gasolina “Los Pampas” onde vira, à esquerda, a estrada de terra intermunicipal. A partir daí, percorre-se mais 32 km até a entrada do assentamento, na área de nome Santa Bárbara e se percorre mais 4 km até a sede principal do imóvel, na área da Taquara. Partindo do município de Campo Florido, o acesso é feito integralmente por estrada de terra. Toma-se a estrada municipal em direção ao distrito de Patrimônio do Rio do Peixe, vizinho ao assentamento, percorrendo-se 38 km. O acesso pelo município de Veríssimo também é feito por 37 km de estrada de terra em direção ao Patrimônio do Rio do Peixe.

Até a chegada ao assentamento, as informações que colhíamos com pessoas na estrada referiam-se ao assentamento “dos Ciganos”. Em um primeiro momento, quando da nossa chegada ao assentamento, era esta a nossa impressão: um lugar diferente, em que cavaleiros andavam pelas estradas. Notavam-se os homens geralmente com chapéus de feltro preto, quase sempre com camisas vermelhas de manga comprida, calça jeans e botas com esporas. Os cavalos tinham, em seus arreios, fitas vermelhas discretamente amarradas e, às vezes, estas

¹ Esse foi o momento no qual iniciamos o contato com os sujeitos; a partir daí conhecemos o cotidiano dos ciganos, seus costumes e isso também nos proporcionou a produção da parte empírica do trabalho.

enfeitavam os chapéus dos cavaleiros Ciganos. Nesses momentos de dificuldade quanto à locomoção, ficamos imaginando o que fazer. Decidimos que iríamos para o campo na época de seca, já que, assim, se evitaria atolamento e resgates decorrentes.

Apesar da ida ao campo somente nos meses sem chuva, em um dos trabalhos o veículo atolou na poeira, devido à grande quantidade de areia depositada na estrada, proveniente dos processos erosivos pluviais. Havia tanta terra, que o carro acabou encravando no chão. Um detalhe peculiar ressalta: para desatolá-lo, contamos com a ajuda dos Ciganos. Em função dessa ajuda no resgate do carro, os ciganos ficaram mais “próximos” e, assim, constituímos uma relação mais amigável. Apesar da ansiedade e frustração com o atolamento, constatamos que esse momento foi muito positivo, já que propiciou uma abertura com os ciganos. Como estávamos voltando do campo, já não havia bateria na câmera Fotográfica para que fosse registrado fato tão marcante. Com as incursões empíricas em loco, pudemos aplicar nosso roteiro de entrevistas², conversar, compreender as formas de produção e entrevistar pessoas do grupo cigano.

Compreendemos que a conversa seja algo natural, sem muitas expectativas. Já na entrevista, de acordo com Gil (1999), o entrevistador apresenta-se ao entrevistado, e a formulação de perguntas é voltada para a obtenção de dados que interessam à investigação. Constitui, assim, uma forma de investigação social, um diálogo assimétrico, no qual dois elementos se encontram – um, de um lado, fornecendo dados sobre as indagações; outro, indagando sobre os dados.

Foram realizadas oito entrevistas com os Ciganos, mediadas por roteiros de entrevista semi-estruturada, de forma a buscar informações mesmo nas entrelinhas das respostas. Ainda, recorreu-se a muitas conversas informais, nas quais muitos dados foram sendo obtidos. A condução das entrevistas com os Ciganos, vale dizer, se fazia de forma interessante: enquanto conversávamos com um elemento do grupo, vários outros – inclusive as mulheres – escutavam e observavam o que era indagado e respondido; havia momentos em que muitos participavam das respostas.

Também foram entrevistados formalmente cinco Camponeses do assentamento e suas famílias. É interessante notar também que as respostas às vezes eram respondidas também uníssonas como os Ciganos, mas a abordagem era mais tranquila. Também foram

² Cf. Anexo 1.

realizadasvárias entrevistas e conversas informais – todas sob as devidas autorizações e consentimento para gravação de dados, Fotos e áudio, conformeapresentado anexo 2.

Entendemos que a imagem transmite muita informação. Neste trabalho, percebe-se que as cores se fazem muito presentes. Na vestimenta feminina notam-se vestidos carregados de tons diversos e lenços que tentam resistir à aculturação.Também se destaca a fisionomia cigana, diferenciada dos demais assentadospela tez morena. Para Monteiro (2010), a Fotografia se torna elemento científico dos fatos e fenômenos sociais, tornando-se ferramenta indispensável na conduta de projetos de pesquisa.

Percebe-se, neste contexto histórico, que o cotidiano dos Ciganos é constituído de idas e vindas, tem como lógica o fluxo contínuo de montar e desmontar acampamento. A ideia que se tinha previamente ao trabalho era que os ciganos viviam errantes e sem destino, em pequenas cidades e fazendas; este fato é um equívoco, pois identificamos Ciganoscom vínculo estreito à terra – seja pelo comércio de cavalos, ou mesmo no contato com a produção de gêneros alimentícios (especificamente,em sua colheita, o arroz, o feijão e a laranja)na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. No caso dos ciganos do P.A “Paulo Faria”, o cavalo tem um papel essencial em suas vidas, já que os cavalos servem como meio de transporte e como uma fonte de renda.

A partir desses questionamentos/observações pode-se analisar a vida desses sujeitos, tomando os fragmentos ou a história de vida deles e fazendo uma cronologia de suas andanças e suas construções sociais ao longo de suas redes de territórios. Chizzotti (2009) afirma que o pesquisador, ao conduzir uma pesquisa de caráter qualitativo, deve despojar-se de preconceitos para assumir uma postura aberta às situações que serão observadas e refletidas. Dessa forma, o pesquisador deve estar atento às nuances e às subjetividades das informações que não se transmitem de forma direta.

De acordo com Pessôa; Ramires (2009), a pesquisa qualitativa tem sua gênese primeiramente em uma dimensão antropológica e sociológica de percepção social e espacial dos fenômenos, enquanto da análise de pesquisa, para depois ser usada por geógrafos. Antes,a pesquisa qualitativa era campo restrito apenas de sociólogos e antropólogos. Conforme Santos (1999),

[...] reconhecer significa aceitar que o conhecimento geográfico depende de outras ciências e de teorias não geográficas e que tal dependência, fez e faz parte da geografia, desse modo, significa reconhecer que é possível e mesmo

indispensável examinar e discutir os meios de enriquecer o conhecimento geográfico. (SANTOS, 1999, p. 122).

Para examinar os elementos do referido assentamento, partiu-se de uma metodologia que não colocasse o pesquisador como um intruso no contexto das vidas das pessoas, de forma que o sujeito pesquisado se sentisse confortável e aceitasse a presença de um elemento novo, estranho a seu convívio. Assim, passamos a observar as rotinas dos sujeitos de pesquisa, seus rituais e suas relações interpessoais de forma respeitosa.

No entanto, em se tratando de sujeitos como os ciganos, não podemos nos ater muito às regras, previsões e condutas, posto o inesperado comportamento que condiz a esse grupo social: de um momento para outro, desloca-se do lugar de observador para o lugar a observado, passando a fazer parte da pesquisa. De forma direta, os ciganos chamam para a conversa e querem saber a opinião do pesquisador sobre as coisas que estão discutindo. Depois deixam o pesquisador “de lado”, que volta a ser observador novamente.

Para que haja uma uniformização dos termos utilizados, os sujeitos pesquisados serão denominados “Ciganos” ou “Ciganas”. Nas entrevistas, para manter a identidade e integridade dos pesquisados, serão utilizados termos como “Cigano 1”, “Cigano 2”, e a fala dos mesmos sempre estará em itálico, o mesmo se aplica para os camponeses.

O trabalho enfatiza nosso “objeto de estudo” na capa do trabalho, a qual é apresentada a bandeira oficial dos Ciganos. A bandeira Cigana foi instituída como símbolo internacional de todos os Ciganos do mundo no ano de 1971 pela Internacional ‘Gypsy Committee Organized’ no First World Romaní Congress; Primeiro Congresso Mundial Cigano (Londres). E desde então Ciganos do mundo todo carregam a Bandeira para sua identificação; Um símbolo muito comum também usado como referência é a Roda Cigana como pingente (denota uma forma delicada e sutil) que poucos reconhecem o seu significado.

A Bandeira Cigana é composta de 03 cores. A Roda Cigana em Vermelho é a representação do movimento da vida, a mudança de lugar, o ciclo da vida, o mundo, a roda de uma carruagem e o elemento fogo que representa a força da transformação e renovação. O Azul: Representa o céu, a liberdade e a conexão com o Divino. Transmite a imensidão do Universo, conhecimento e grandeza que existe acima de nós seres humanos que desconhecemos muitas vezes, mas que tanto nos fascina. O Verde: Representa a terra, a natureza, o solo. O sentimento profundo de respeito pelo caminho a trilhar, a força da cura e

prosperidade é forte para um coração Cigano que acredita que tudo o que se planta, deve-se semeare colher para assim o ciclo estar completo.

O trabalho foi constituído em 3 capítulos. O primeiro item é a Introdução. Do tópico 2 ao tópico 3, desenvolve-se o trabalho. Já o item 4 traz as Considerações Finais do trabalho. No item 5, apresentam-se as Referências e, no item 6, os anexos.

No primeiro capítulo, trabalhou-se com territórios em rede por observou-se (nos trabalhos de campo) que os Ciganos migram, mas possuem determinados “nós” abrangendo municípios de Minas Gerais e de Goiás. Buscamos, junto aos movimentos que efetivaram para a conquista por terra nos municípios do Prata e Campo Florido (MG), o contexto de engajamento social e político, as bandeiras dos movimentos neste espaço, bem como a história dos Ciganos que fazem parte do assentamento, tendo em vista entender a possibilidade (ou impossibilidade) da permanência desse modo de vida nômade. Depois partimos para o segundo capítulo.

No segundo capítulo, a questão da inserção dos Ciganos nos movimentos de luta pela terra. Apresenta-se como ocorreu a inserção dos Ciganos no contexto da luta pela terra, o porquê da busca pela terra por parte dos Ciganos e que interesses estão por trás desta lógica reterritorializadora cigana; questiona-se o que, nas linhas de fuga dos ciganos, se efetiva, e o que se deixa para trás ao adentrar o processo reterritorializador, e o que se ganha ao entrar nessa disputa por territórios. Após esse primeiro momento no estudo, partimos para o terceiro capítulo.

A partir desse tópico, houve maturidade e conhecimentos para construir terceiro capítulo, em que nosso enfoque foi os camponeses e Ciganos do Projeto de Assentamento “Paulo Faria”. Nessa parte do trabalho, tratamos, as diferentes territorialidades, os meios de vida dos Ciganos, entendemos e compreendemos o ser camponês e, por fim, o que é o Cigano assentado na visão dos camponeses e dos próprios Ciganos que não conseguiram lote no assentamento. Assim a tentativa foi responder à indagação de o que é ser um Cigano assentado.

1 CIGANOS: TERRITÓRIOS E REDES NO CERRADO MINEIRO/GOIANO

1.1 Considerações sobre os ciganos enquanto grupo social

A origem do povo Cigano é algo que não se pode determinar com exatidão. Há muitas histórias e dados quanto à origem e ao pertencimento deste as raízes genealógicas. Sempre há uma conotação de mistério e encanto quando se fala sobre os Ciganos; o “não saber exatamente de onde vêm” seus modos e sua forma de pertencimento aos grupos e suas estruturas hierarquizadas geram um prestígio exótico, poético, misterioso e até romântico. Isso constitui uma forma de manter qualidades de uma cultura, mesmo que seja transmitida por gerações por meio da oralidade a cultura Cigana, assim como seu pertencimento ao grupo. Segundo Teixeira (2008):

o que nos parece claro é que os Ciganos não são um grupo religioso ou uma nacionalidade. Além do mais, preferiu-se não chamar os Ciganos de povo, pois também esta expressão tem significados pouco precisos e muito ambíguos. A dispersão e o nomadismo, que tiveram início há mais de dez séculos, propiciou tantos contatos interétnicos e adaptações às condições espaço-temporais, que aplicar qualquer termo para o conjunto das comunidades ditas Ciganas é um tanto arriscado. (TEIXEIRA, 2008, p. 6).

O dicionário Aurélio *online*, em definição do termo “Cigano”, qualifica a constituição de um povo como segue:

Indivíduo de um povo nômade, provavelmente originário da Índia e emigrado em grande parte para a Europa Central, de onde se disseminou, povo esse que tem um código ético próprio e se dedica à música, vive de artesanato, de ler a sorte, barganhar cavalos, etc. [Designam-se a si próprios Rom, quando originários dos Bálcãs, e Manuche, quando da Europa central.] [Sin.: Boêmio, Gitano; Calon (bras.); Judeu (MG); Quico (MG e SP).³

³ A definição representa apenas uma formalidade de como são identificados pelo grupo.

Ao modo como se afirma no verbete, as obras literárias seguem conceito similar. Simões (2007, p. 18) aponta: “o Cigano é identificado na história a partir do ano de III A.C. Existem sinais que localizam sua origem no norte da Índia, mais exatamente na região do Punjab, onde hoje se encontra o Paquistão”.

Se fizermos uma comparação dos povos localizados na Índia com a etnia Cigana, teremos muitas semelhanças físicas – tais como a cor da pele, os traços do rosto, a semelhança dos trajes e vestimentas que requerem uma grande quantidade de brilho e cores, como se percebe no dizer de Pereira (1999):

existem, no entanto, explicações científicas para a origem dos Ciganos, pois a par de estudos comparativos, sobre o modo e vida, a capacidade espiritual (superstições de signos ocultos e cabalísticos), trajes, ofícios (ferreiros, músicos e adivinhos), caracteres físicos dos Ciganos e de tribos nômades que há no noroeste da Índia, atual Paquistão... estudos etnolinguísticos (séc XVIII) que comprovaram que o romanê – língua dos Ciganos é aparentado com o sânscrito, língua da Índia Antiga. (PEREIRA, 1999, p. 35).

Atualmente, em 2015, os Ciganos do Ocidente podem ser divididos em três grandes grupos: os *Rom*; os *Sinti* e os *Calon*. O Grupo *Rom* tem um maior contingente populacional e é disperso por uma infinidade maior de países. Este grupo é, por consequência, dividido em subgrupos, que são: os *Kalderash*, que trabalham com caldeiras e outros serviços; os *Matchuara*, os *Lovara* e os *Tchurara*, instalados na Europa Central e Balcãs, atual Romênia. Segundo Moonen (2008), o fato de muitos Ciganos serem denominados romenos ou mesmo fazerem referência à Romênia quando se fala de ciganos encontra razão no fato de que estes foram, por muito tempo, escravos naquele país, sendo libertados somente em meados do século XX. Por isso, receberam uma influência muito forte da cultura romena. Sendo assim, a Romênia constituiu-se berço para muitos Ciganos.

Em nossos diálogos informais com muitos sujeitos Ciganos no assentamento “Paulo Faria”, de forma a melhor conduzir nossas pesquisas, indagamos os líderes Ciganos sobre sua origem, e muitas das respostas sempre referenciavam “Montenegro”. Indagados sobre a localização geográfica, não o sabiam dizer, tinham certeza apenas de que seria “fora do Brasil”. Vale destacar que Montenegro é parte da antiga república socialista da Iugoslávia, próxima aos Balcãs e à Romênia, que tanto marcaram os Ciganos.

Ainda em leitura de Moonen (2008) os *Rom* são os verdadeiros Ciganos, pois grupo proclamou-se superior em nobreza e autenticidade em relação aos demais. O segundo grupo, os *Sinti*, é mais numeroso em países como Alemanha, Itália e França, e falam a língua *Sintó*. O terceiro grupo, os *Calon*, cuja língua é o *Caló*, teve maior presença na Espanha e Portugal. Desse grupo são as famílias que primeiro vieram para o Brasil como imigrantes de forma não voluntária, já que os Ciganos estavam sendo perseguidos pela Igreja Católica e o grupo cultuava outros deuses e não o Deus do Cristianismo.

A partir do desembarque dos Ciganos em terras brasileiras, eles se espalharam pelo Brasil. Muitos foram destinados para o Brasil como forma praticar limpeza étnica, como que para se livrar de algo. Moonen (2008) diz que quando da chegada destes aos portos brasileiros, eram enviados para áreas mais ao interior da colônia, de forma que obtivessem maior dificuldade em voltar à metrópole. Aqui, ainda eram proibidos de falar sua língua, o que não os impedia de perpetuar seus modos de vida.

Modo de vida esse, que, não engloba apenas o comércio de cavalos, os ciganos também trabalham em colheitas. Assim, diante desses encontros com os ciclos de colheitas, era pré-estabelecido, em um cronograma, um projeto mental de viagens. Seus deslocamentos eram feitos por onde sempre foram realizados e, praticamente, sempre montaram acampamento nos mesmos lugares onde já tinham sido acolhidos, estabelecendo, assim, uma rede entre alguns pontos de destino; ficavam o tempo necessário e seguiam adiante. Desta forma, estabeleciaam territórios móveis e temporários, que sempre eram utilizados de acordo com sua conveniência.

O primeiro Cigano do qual se tem registro quando de sua chegada ao Brasil foi João Torres. Este veiopara o país não por vontade própria, ou a convite da coroa Portuguesa, para habitar uma nova terra cheias de “possibilidades”. João Torres foi deportado. De acordo com Teixeira (2008).

não há dúvidas alguma de que os primeiros Ciganos que desembarcaram no Brasil foram oriundos de Portugal, e que estes não vieram voluntariamente, mas expulso daquele país. Foi o que parece ter acontecido, por exemplo, já em 1574, com um certo João Torres e sua mulher Angelina, que foram presos apenas pelo fato de serem Ciganos. Inicialmente João foi condenado às galés e Angelina deveria deixar o país dentro de dez dias, levando seus filhos. (TEIXEIRA, 2008, p.15).

Ainda na leitura de Teixeira (2008), João Torres supostamente pagou suborno a oficiais portugueses a fim de trazer consigo sua mulher e filhos. Desse modo inicia-se o movimento dos Ciganos no Brasil. Posteriormente, outros Ciganos com ofícios ou profissões (consertadores de caldeira, artistas de circos, poetas, músicos e dançarinos) vieram para o Brasil. Caracterizados pela diversão, estavam presentes junto a reis e imperadores (TEIXEIRA, 2008). Todavia, esse aspecto foi observado até a inquisição católica; depois da inquisição, os Ciganos tiveram que se esconder.

Assim, ainda na leitura de Teixeira (2008), até o momento em que eram úteis, os ciganos eram tratados como tendo algum valor. A partir do instante em que perdem a função, passaram a ser marginalizados e tratados com indiferença por todos os Ciganos foram enviados em grandes levas para o Brasil já no início do século XVIII. A chegada dos ciganos não teve boa repercussão, pois não foram recebidos com bons olhos, sendo tratados como uma subespécie humana – ladrões, trapaceiros, sujos, dentre outras qualificações.

Definições errôneas foram usadas para denegrir a imagem destas pessoas⁴ – e o que é pior, foram aceitas pela maioria da população, ainda prevalecendo até hoje por conivência ou ignorância⁵. Prevaleceu e prevalece o imaginário de que os Ciganos são povos contrários ao cristianismo e contra Jesus – portanto, inimigos da Igreja.

Padre Raphael Bluteau, [...] repercute as preocupações que a Igreja tinha com o comportamento considerado herético dos Ciganos, no início do século XVIII: no seu dicionário segue a definição abaixo dos Ciganos: ‘Ciganos – Nome que o vulgo dá a uns homens vagabundos e embusteiros, que se fingem naturais do Egito e obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento nem domicílio permanente, como descendentes dos que não quiseram agasalhar o Divino Infante quando a Virgem Santíssima e São José peregrinavam com ele pelo Egito. (TEIXEIRA, 2008, p. 2).

Outras formas de repúdio contra os Ciganos foram promovidas por regimes autoritários durante a Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX. Em primeiro

⁴ Os ciganos passaram pelo que denominamos hoje “xenofobia” ou preconceito quanto a seus costumes.

⁵ Tal fato não expressa os sentimentos do autor e sim o que foi constatado em pesquisas no campo.

momento os italianos e os alemães executavam os ciganos e, posteriormente, apenas os alemães.

Entretanto, nem mesmo a Revolução Industrial conseguiu colocar os Ciganos no modo de produção capitalista como força de trabalho, ou sob o domínio da ideologia capitalista servil, pois estes sempre permaneceram fiéis a seus costumes e ao seu modo de vida. Teixeira (2008) aponta que a Quiromancia (a arte de ler a mão para prever o futuro), sempre praticada pelas mulheres, foi e é uma arte dos Ciganos e, também, uma forma de venda de serviços por onde estes circulassem; um meio de prover algum recurso para a família.

Em relação a quiromancia, a igreja julgou e condenou os Ciganos, qualificando-os como feiticeiros ou praticantes de atos pagãos. No entanto, mantinham-se e mantém-se os mistérios de sua cultura, os quais afastam as pessoas. Por outro lado, não se misturavam facilmente e não queriam comprometer sua coexistência com os Camponeses. Assim, apenas realizavam negócios.

Não há notas ou documentos que apresentam uma nova vinda de Ciganos oriundos de Portugal para o Brasil entre 1574 a 1685, após a vinda do Cigano João Torres e sua família. Compreendemos que os Ciganos vinham de forma mais discreta, passando-se por negociantes portugueses, sem apresentar sua identidade. No entanto, após essa data, começa haver registros sobre deportação ou banimento dos Ciganos portugueses para as colônias – Brasil e Países da África como a Angola e Moçambique. No Brasil, os estados que mais receberam os Ciganos foram o Maranhão e Ceará (TEIXEIRA, 2008).

Os estados de Maranhão e Ceará foram destino dos Ciganos deportados, pois eram locais onde os Ciganos ficavam longe dos grandes centros urbanos e de grandes portos brasileiros como o do Rio de Janeiro e Salvador (principais pontos de chegada e de partida). Também era objetivo deixá-los o mais longe possível das áreas de mineração, assim os deixaram longe do Estado de Minas Gerais e áreas de agricultura (TEIXEIRA, 2008).

Nos estados que estavam destinados a receber os grupos de Ciganos, muitas recomendações eram impostas, tais como não deixar que retornassem a Portugal e nem que fizessem uso de sua língua. O objetivo era fazer com que estes esquecessem seus costumes e sua cultura, afinal a liberdade cigana – eram homens livres e sem pátria – gerava certo incômodo nas elites portuguesas e no Clero. Os decretos feitos para o banimento de Ciganos

eram emitidos por atos de Estado, em praça pública, com data marcada, e anunciados por oficiais agentes de governo.

Comunidades inteiras foram deportadas para o Brasil, não se considerando serem velhos, mulheres ou crianças. Para a Metrópole, todos eram criminosos simplesmente por terem nascido Ciganos. Kidder (1980) *apud* Teixeira (2008) reporta a esses atos:

Eu, Dom João, pela graça de Deus, etc., faço saber a V. Mercê que me aprovou banir para esta cidade vários Ciganos – homens, mulheres e crianças - devido ao seu escandaloso procedimento neste reino. Tiveram ordem de seguir em diversos navios destinados a esse porto, e, por lei recente, o uso de sua língua habitual, ordeno a V. Mercê que cumpra esta lei sob ameaça de penalidades, não permitindo que ensinem a dita língua a seus filhos, de maneira que daqui por diante o seu uso desapareça. (KIDDER, 1980, p. 39 *apud* TEIXEIRA, 2008, p. 10).

Os Ciganos não eram bem vistos em nenhum lugar e, se estavam sendo banidos para o Brasil, algum motivo haveria. Era isso o que todos pensavam. Entretanto, estavam sendo deportados por não se adequarem a formas impositivas da Coroa portuguesa, que os qualificava como presunçosos, sem envolvimento com o trabalho servil e rotineiro e, ainda, não servidores da igreja. Isso gerava desconforto nas autoridades locais do Brasil colônia, pois não sendo donos de engenho ou outro modo de produção, ainda gozavam de certa liberdade, que poderia gerar insatisfação entre os demais súditos da coroa. Não se iria querer que estas pessoas, de forma alguma, pudessem interferir no modo de vida e dominação exercida pela metrópole portuguesa. Ante isso, foram criadas as medidas de segurança contra o modo de vida cigano.

Em relação às medidas legais, foram criados artigos que proibiam a realização de comércio com Ciganos. Teixeira (2008, p.33) cita que

o ultimo código de postura que tivemos conhecimento é o de Dores de Boa Esperança (Atual Estrela do Sul), de 1895, quando é feita atualização do código de 1872, que apresentava menções a Ciganos sendo a última referência citada de código de posturas que citam Ciganos.

Assim, normas como os Códigos de Posturas foram efetivadas para que os Ciganos não adentrassem aos centros urbanos e que, quando por estes locais passassem com suas caravanas, fossem, de antemão, advertidos a fim de não praticarem crimes como o roubo de animais, assaltos a comitivas, brigas, dentre outros delitos. Todavia, muitos destes crimes eram praticados pelos campões e a culpa era sempre imputada aos Ciganos. Para Teixeira (2008), a partir do momento em que os Ciganos começaram a fazer parte do processo de formação das cidades mineiras, o controle de entrada e saída deste tornou-se um problema público, de segurança e qualidade de vida para populações locais.

Dessa forma, muitas caravanas Ciganas eram já avisadas por cidadãos e policiais até mesmo antes de entrar no perímetro urbano. Ficavam então os Ciganos acampados à margem das cidades. Mesmo assim, os Ciganos não se intimidavam e, mesmo naquela época, século XIX, iam aos espaços públicos vender seus serviços e oferecer a leitura de mãos. Para os homens Ciganos, mesmo sitiados pela ordem policial, o espaço público era espaço de oportunidades para negócios e conhecimento de possíveis ações contra eles, mesmo por parte dos agentes de segurança (TEIXEIRA, 2008).

Muitos Ciganos que se passavam por negociantes portugueses trabalhavam com comércio de negros/escravos. O higienismo praticado no Rio de Janeiro e a abolição da escravatura em 1888 motivaram a ida de Ciganos para o Estado de Minas Gerais entre os séculos XIX e XX, aumentando, no Estado, a população de Ciganos procurando oportunidades de melhoria de vida para os grupos aos quais pertenciam (TEIXEIRA, 2008).

Desta forma, gerou-se uma demanda muito grande por novas frentes, possibilidades de ganho para Ciganos – seja por meio de seus habituais serviços como caldeireiros, ferreiros, comerciantes, entre outros, pois a vastidão do território brasileiro era cheia de possibilidades para todos.

Considerando todo o processo da chegada dos Ciganos no Brasil, percebemos que a lógica consiste em sempre estar em movimento, sem nunca abandonar seus costumes, língua, identidade⁶ e modo de vida⁷ desde a origem. Partimos para a compreensão do território dos cignos.

⁶ Segundo Maia (2008, p.18-19) Ao apresentar-se para as atividades da vida social, o cidadão recebe o aviso para se identificar, deve comprovar que ele é ele mesmo. A identidade é essa circularidade ou aparente tautologia. Pelo registro geral (RG), que leva um número, comprova seu nome, a filiação, a data e lugar de nascimento.

1.2 O território Cigano

Neste item, trabalharemos com o teórico e empírico, vamos nos apropriar do conceito de território para entender, com o cotidiano dos ciganos, como são formadas as territorialidades ciganas, e como os ciganos se mantém em um “mundo cheio de regras”. Regras como utilizar terrenos de outras pessoas ao fixar acampamento nas cidades, utilizar água, etc. Pensando nessa questão nos remetemos ao Calhoum (1994) apud Castells (2003):

não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros (CALHOUM *apud* CASTELLS, 2003, p. 2)

Com nossa ida ao campo, começamos a entender que essa constante, parte da vida desse grupo de ciganos, era chegar a um determinado lugar, seja em pequenos lugarejos como distritos municipais ou mesmo fazendas, para armar as barracas. Assim, partimos do conceito de território para compreender as dinamicidades presentes no assentamento. Segundo Haesbaert (2004),

desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterritor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “temtorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufrui-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido Território e Multiterritorialidade: Um Debate mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004, p.20-21).

⁷ Aqui o modo de vida tem um estatuto de conceito que propõe um fio condutor para a análise das práticas sociais, a construção simultânea e articulada de relações sociais.

Em tempos pretéritos, os ciganos chegavam a um determinado local e ali pediam pousada, ou seja, autorização do dono (da fazenda ou do terreno) para acampar por alguns dias, utilizar seus pastos na alimentação dos animais (principalmente “tropa” de cavalos e “muares”, burros), utilizar as instalações como currais, dar água aos animais. Dependendo do local e da camaradagem do anfitrião, utilizavam até mesmo a cozinha e alguns utensílios domésticos.

No grupo de ciganos há uma divisão do trabalho bem definida: as mulheres cuidam dos afazeres domésticos, do preparo dos alimentos, da venda de alguns serviços (como a mão de obra doméstica, paga em itens alimentares: um frango ou um litro de banha etc.). Já os homens ficam com a parte “bruta” do trabalho: montar e desmontar acampamento, cuidar das tropas de animais, sair para realizar alguns contatos para a venda de animais pela vizinhança do fazendeiro ou até mesmo para o dono da fazenda onde estavam acampados, bem como fazer consertos em selas e arreios etc.

Assim, é preciso tratar as diferenças a partir da valorização e do respeito, reconhecendo-as como formas distintas – seja de percepção, de cultura, entre outras, a fim de não tratar tudo de uma forma única, homogênea e que não permita a mesclagem de pessoas. Segundo Damiani (2006), “é a dialética que consegue captar a diversidade da vida humana, atingindo o entendimento do sujeito e potencializando-o como tal”. Para Santos (2004), por sua vez:

a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária das imposições espaciais (SANTOS, 2004, p.171).

Em Santos (2004) e Damiani (2006) percebe-se que o Espaço Geográfico é constituído de diálogos, de relações sociais, e o simples o fato do convívio das pessoas gera essa modificação no que se chama de “lugar”. O respeito por diferenças – sejam econômicas ou sociais – deve ser pautado no dia a dia, pois o espaço está sempre em mutação e são as ações humanas que condicionam esse espaço a essas mudanças.

As formas e as estruturas do espaço são uma constante mutável e também uma forma de trabalhar o uso por todos os agentes modificadores, sejam eles sociais, políticos, morais e até econômicos. É nessa linha de transformação que se deve pensar a formação desse espaço – por meio do diálogo, das relações cotidianas, nos encontros com os demais cidadãos. Segundo Heidrich (2000):

[...] diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir de sua delimitação, quer dizer: por sua apropriação como território, em parte determinada pela necessidade de domínio e posse de recursos naturais – para a conquista das condições de sobrevivência – e, por outra parte, por sua ocupação física como *habitat* (HEIDRICH, 2000, p. 24).

Percebe-se que, para os ciganos, os recursos naturais são importantes. Recursos como a água se tornam primordial na escolha de onde serão armadas as tendas. Assim, aquele espaço escolhido pelos ciganos já não é mais a mesma coisa – muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se devido às novas realidades reafirmadas. É efetivado, assim, o território, o qual:

[...] é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS, 1999, p. 07)

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e, obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico. Os sujeitos exercem domínio sobre o espaço tanto para realizar trabalhos quanto para produzir significados relacionados que justificam o uso da terra. O território é funcional a começar pelo território como fonte estrutural, seja como proteção ou abrigo, seja como fonte de recursos naturais. Segundo Santos (1999):

o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O

território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 08).

Já, Chelotti (2010) afirma que a criação de territórios é representada pela territorialização. A sua destruição (por mais que seja temporária) dá-se pela desterritorialização e pela sua recriação, a partir de processos de reterritorialização, já que o seu uso está ligado à movimentação social dos sujeitos.

Dessa maneira, um pertencimento a um grupo social e cultural corresponde a um processo de territorialização, de modo como quê se entende por uso do espaço. Assim, conforme Chelotti (2010):

o território além de sinônimo de poder, também, é sinônimo de diversidade. E é na diversidade dos territórios que se constroem novas geografias, muitas vezes, fazendo o percurso contrário dos interesses dos grupos historicamente hegemônicos. Existe um consenso de que toda identidade é uma construção social. Assim, os diferentes grupos sociais, ao longo do tempo, criaram significados, construindo identidades, sejam elas vinculadas a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, territorial, dentre outros. (CHELOTTI, 2010, p. 170)

Portanto, essas mudanças de territórios e sua aplicação geram outras nuances no contexto geográfico. Segundo Santos (2008),

o exame do que significa em nossos dias o espaço habitado, deixa entrever claramente que atingimos uma situação limite, além da qual o processo destrutivo da espécie humana pode tornar-se irreversível [...] Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático (SANTOS, 2008, p. 44).

Assim, o processo de territorialização representa materialização, encurtamento das distâncias, localização e controle do espaço. Com isso, a questão socioespacial é entendida como a nova ideia de criação de um espaço que sofre a influência da globalização e dos efeitos do capitalismo. Santos (2009) fala sobre a globalização:

[...] o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade. Ele não se verifica de modo homogêneo, tanto em extensão quanto em profundidade, e o próprio fato de que seja criador de escassez é um dos motivos da impossibilidade da homogeneização. Os indivíduos não são igualmente atingidos por esse fenômeno, cuja difusão encontra obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares. Na realidade, a globalização agrava heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural. (SANTOS, 2009, p. 142-143)

Contudo, analisando-se a conjuntura vivenciada pelo meio rural, observa-se que a organização voltada para o produtor rural assentado padece de problemas que, apesar de não serem de difícil solução, necessitam, primeiramente, de vontade política para serem resolvidos. Santiago (2012) diz que há uma carência enorme em relação à infraestrutura, uma inadequação dos espaços físicos existentes, bem como uma distribuição geográfica que não atende as demandas regionais.

Nesta lógica de território, usamos a leitura de Haesbaert (2004) para analisar os Ciganos, seus territórios e seus fluxos em rede, reconhecendo quatro perspectivas que abrangem o processo de territorialização: (a) as concepções materialistas, nas quais o território é entendido como um objeto material e, mesmo sendo concebida sua determinação por relações, é visto como um produto definido, consolidado; (b) as concepções idealistas, que veem o território a partir da ação de sujeitos e comunidades; (c) as concepções que integram as diferentes dimensões do social e acolhem as objetivações delineadas pelos enfoques materialista e idealista; ainda, incluída nesse último grupo: (d) a concepção relacional, que compreende a articulação entre os processos sociais e o espaço material, nas quais o território é entendido primordialmente como uma relação, mais do que por fato consolidado.

1.3 Territórios em rede dos ciganos em Minas/Goiás

Originalmente, o objetivo era entender os ciganos nos municípios do Prata e de Campo Florido (MG). No entanto, no campo descobriu-se que os ciganos “teciam” uma “rede”⁸ de territórios os quais englobam municípios do estado de Goiás e Minas Gerais – Tupaciguara, Araguari, Campina Verde, Prata, Campo Florido, todos no Estado de Minas Gerais, e Corumbaíba, Marzagão, Anhanguera e Cumari, no Estado de Goiás. Assim, nesse item construímos um mapa identificando os municípios em questão e debatemos sobre os conceitos de território e rede.

É de extrema importância entender a dinâmica desse grupo social que vivia viajando e agora “fixaram” moradia no assentamento. Para tecer o item, utilizamos a história oral dos ciganos e dados de prefeituras. Assim, analisamos a construção da identidade dos ciganos travestidos de camponeses por meio de um processo relacional efetivo de construção identitária que se estabelece no assentamento, devido a um amadurecimento com lideranças de movimentos de luta pela terra que se efetiva com a posse desta.

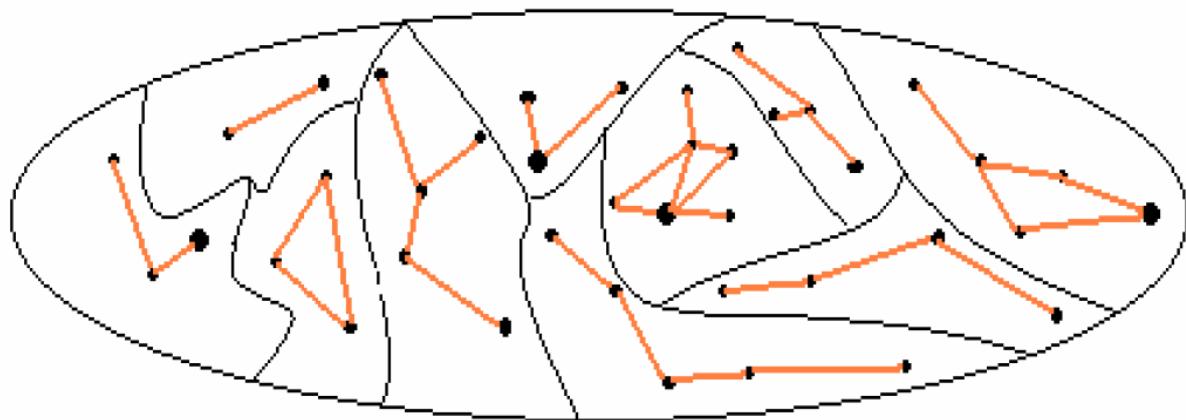
Compreendemos que os ciganos teceram uma rede de território, os quais servem como ponto de comércio. Os ciganos compram cavalos de uma determinada região e depois se mudam para vender em outro município.

Em vez de chamar de “território integrado”⁹ (expresso na Figura 01), como Heidrich apresenta na obra “Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social”, utilizamos o termo “Território em rede”, no qual se mostra e determina os “nós” construídos pelos ciganos.

⁸ De acordo com Pons; Reynés (2004), “[...] las redes no son las que imponen las estructuras espaciales, sino que ellas mismas devienen el producto de las leyes que dominan, las propias organizaciones espaciales. Como tales, pueden adoptar niveles de complejidad y eficacia territorial diversos. Así, encontramos redes equilibradas, conexas y desarrolladas que van a posibilitar los intercambios a diferentes escalas, desde la planetaria a la regional [...]” (p. 38).

⁹ Segundo HEIDRICH (2004, p. 07), este é um cenário de integração social e territorial, no qual se somam elementos que contribuem para a formação de um ambiente comum de interesses como a língua, a moeda, um sistema jurídico que permite o desenvolvimento da economia. Tudo isto vai tornando material a unificação sociopolítica nacional. Diferentes áreas que antes se relacionavam de modo autônomo, passam a se relacionar como partes de um sistema.

Figura 01 – Territórios Integrados



Fonte: Heidrich (2004, p.07).

Entendemos também que não seria o caso de chamar esses movimentos territoriais de “desterritorialização”, já que, para Chelotti (2010), o processo de desterritorialização evidencia-se na sociedade contemporânea com um complexo universo organizado por diversas concepções a respeito de territórios, o que é uma autêntica multiterritorialidade em meio às situações complicadas do meio em que se vive. De acordo com Ianni (1995),

o conceito de desterritorialização aplica-se não apenas a óbvios exemplos como corporações transnacionais e mercados monetários, mas também a grupos étnicos, lealdade ideológica e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transcendem fronteiras e identidades territoriais específicas. A desterritorialização tem afetado as lealdades de grupos envolvidos em diásporas complexas, suas manipulações monetárias e outras formas de riqueza e investimento, bem como as estratégias de Estado. O debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e territórios, por sua vez, tem alterado a base de muitas interações globais significativas e, simultaneamente, põe em causa a definição tradicional de Estado (IANNI, 1995, p. 93 *apud* CHELOTTI, 2010, p. 168).

O principal ponto a partir do qual se determina denominar “territórios em rede” em vez “desterritorialização” reside no fato de o grupo de ciganos não terem sido afetados tanto na lealdade ao grupo envolvido ou mesmo por perda de identidade. Assim, mostra-se que o homem, em seu processo de busca pela sobrevivência através do campo (espaço rural), firma-

se em locais distintos à sua cultura se territorializa para buscar formas de sobreviver. Os ciganos instalados nesses “nós” estão agregados ao movimento crescente de reterritorialização em rede. Segundo Haesbaert (2004),

[...] o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca[sic] antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetoificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou ‘multiterritórios’ da globalização. Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema desse novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de desreterritorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou ‘aglomerados’ crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial (HAESBAERT, 2004, p. 372).

Na lógica dos ciganos, esse processo de fixar-se em um territórios-rede serve como escape nesse movimento de exclusão social. Haesbaert (2004) esclarece:

talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento (HAESBAERT, 2004, p. 279-280).

Desta forma, esses territórios redes e essa mobilidade territorial são processos que foram estabelecidos nos grupos dos ciganos por meio de processos familiares e coletivos de socialização com outros grupos Camponeses que os acolhem em suas andanças. Informações são transmitidas aos futuros andantes desses territórios, estabelecendo-se uma memória coletiva de seus territórios-rede, repassados às gerações seguintes pelos membros mais velhos do grupo.

Esses pontos fixos nas andanças, como se pode observar no Mapa 02 já estavam estabelecidos nos deslocamentos ciganos, pontos chave da rede de fuga; como exemplo, a sede a antiga fazenda, que acolhe o cigano, já tinha sido usada em outras andanças.

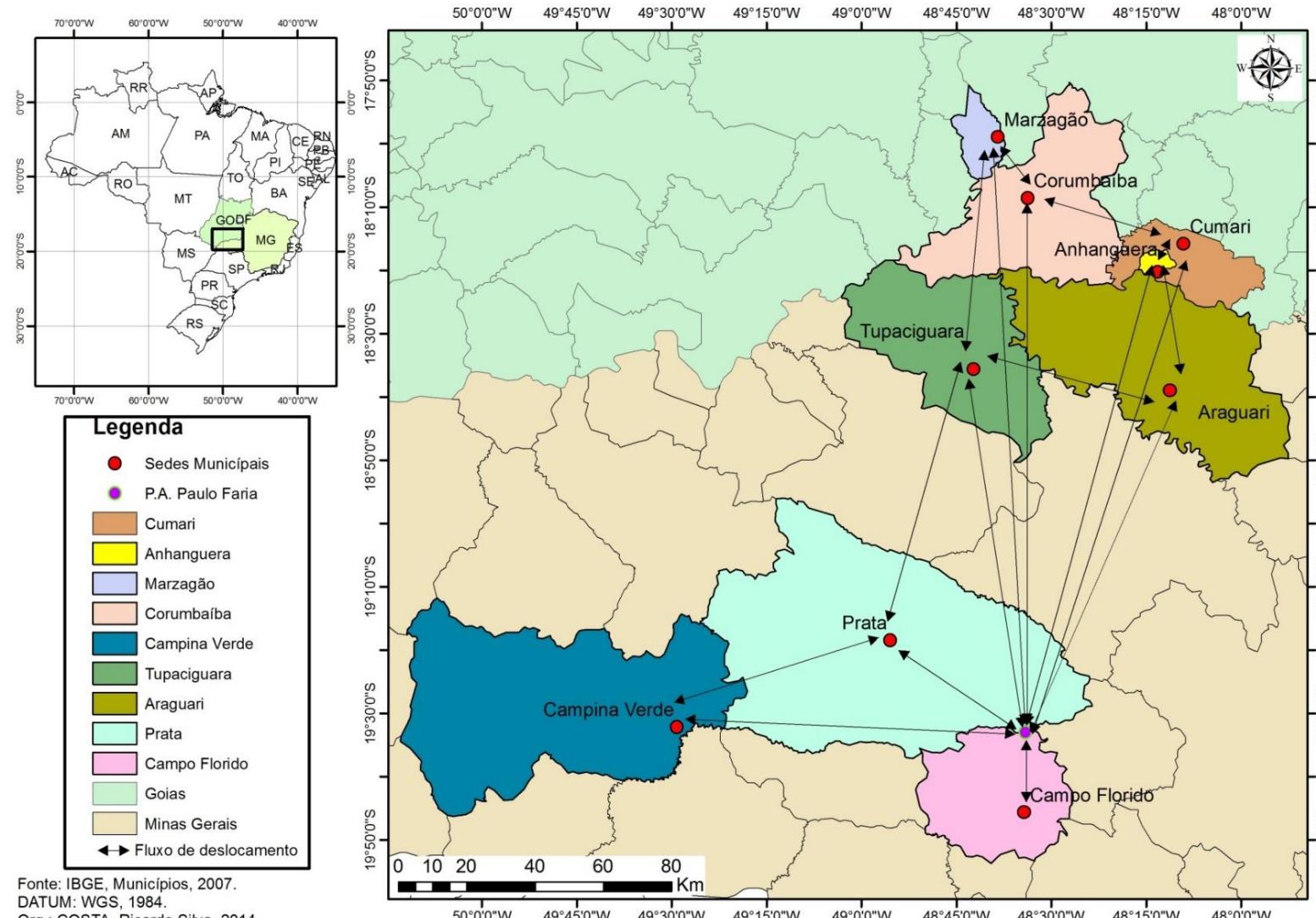
Quando da permanência do estreito laço de amizade com o fazendeiro, os ciganos permaneciam por um período maior na fazenda; Em períodos cíclicos, de colheitas, os homens trabalhavam nas lavouras de feijão, algodão, arroz, sementes de capim para formação de pastos, como cita um entrevistado do grupo cigano. O Cigano 8 narra, em uma fala, um pouco de como era ser cigano, trabalhar na roça, fala de estigmas sofridos:

Se tivesse serviço, nós fazíamos aqui mesmo nesta região, já trabalhei tirando semente... é como se falou, tinha preconceito sim. Nós entramos dentro docaminhão lá em Comendador Gomes... quando entramos no caminhão, eles achou que nós não sabia cortar arroz. Éramos violento (bons de serviço): enquanto eles pegava uma rua só, nos pegava duas; hora que eles chegava no meio da linha, já estava saindo na de lá. Batemos arroz normal, saca de arroz de 60 quilo. Éramos dois, enquanto eles eram três; depois havia leilão para levar nós para colher arroz. Enquanto chegava um que pagava dez reais, outro oferecia doze para levar nós para trabalhar. Ficamos uns três meses assim. Aqui em Comendador Gomes, e Algodão lá em Carneirinho¹⁰.

Isto nos mostra que os ciganos, ao contrário de muitas das inquietações sobre estes, não passam de cidadãos como outros e que, por condições peculiares e culturais, diferenciam-se e se inserem, de forma laboral, no processo produtivo da sociedade que os julga. No mapa 02, apresenta-se o território-rede formado pelos ciganos do Assentamento “Paulo Faria”.

¹⁰ Entrevista com Cigano 8.

Mapa 02—Assentamento “Paulo Faria”: Rede formada pelo deslocamento dos ciganos.



Da forma como estão inseridos em um contexto – seja este local, regional ou global – são pertencentes a este espaço. Bourdieu (1998) assinala que essas ligações não se reduzem às relações objetivas de proximidade no espaço geográfico ou mesmo no espaço econômico e social, posto serem, inseparavelmente, fundadas em trocas materiais e simbólicas, cuja prática supõe o reconhecimento dessa proximidade.

São eles também que o produzem e o vem sendo alterado por diversos seguimentos da sociedade. Podem todos estes, então, requerer benefícios que os dignifiquem como a qualquer outro cidadão brasileiro – seja a segurança da polícia para com seu patrimônio e sua família; a rede pública de escolas (as quais, em muitos lugares, fazem a inclusão das comunidades locais); a rede pública de saúde e demais serviços públicos oferecidos a todos os cidadãos natos, inclusive Defensoria Pública. De acordo com Monteiro (2013), as relações de poder perpassam todo corpo social e seu exercício, contribuindo para a produção territorial e para a construção de territorialidades, conexões cotidianas efetuadas por grupos sociais em seus lugares de vida, trabalho, em comunidade e reciprocidade com outras coletividades sociais.

Assim, têm direito aos órgãos de defesa do consumidor, defensores dos interesses dos cidadãos que utilizam serviços ou compras de produtos. Haesbaert(2004) fala que a compreensão do conceito de rede permite conhecer os nós do território:

numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (‘ação à distância’, como destaca Machado, 1998) e ‘profundidade’, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2004, p. 286-287).

Considera-se a abordagem das redes como importante âmago analítico geográfico para o estudo desse grupo social. A rede é uma realidade material e um dado social partindo do qual se pode compreender a dinâmica desse povo nômade; com essas ligações, comprehende-se como é constituído o capital social.

Neste aspecto, o *quantum* de capital social por um dado agente depende da extensão da rede de relações por ele mobilizada, assim como do volume de capital – econômico, cultural ou simbólico – que é exclusivo de outro agente ou grupo de agentes ao qual se encontra vinculado, como é o caso da Reforma Agrária. Logo, o capital social, apesar de ser irredutível ao capital econômico e ao cultural portado por certo agente, não pode jamais ser visto como independente de ambos, já que as trocas geradoras do interconhecimento pressupõem o reconhecimento de um mínimo de realidade objetiva. Isto quer dizer que o reconhecimento das diferentes manifestações do capital não deve deixar de lado nem a capacidade de transformação de cada uma delas – a mútua conversibilidade entre os diferentes tipos de capital – nem, sobretudo, a referência última de cada uma delas ao capital econômico.

Afinal, são essas propriedades que permitem explicar a reprodução do capital social ao longo do tempo e, com ela, em termos globais, dar conta de uma economia geral das práticas e movimentos sociais. Por certo essa rede de relações não é um dado natural ou socialmente constituído de uma vez por todas e para sempre, mas sim produto de um trabalho permanente de instauração e manutenção, que produz e reproduz relações duráveis capazes de assegurar ganhos materiais ou simbólicos (NEVES; PRONKO; MENDONÇA, 2008).

1.4 A cultura Cigana: desafios da diáspora à globalização

Quando se fala dos Ciganos, em qualquer lugar que estejamos, haverá sempre algum tipo de preconceito em relação a essas pessoas¹¹. Diz-se, por exemplo, que são pessoas perigosas, ladrões de cavalos e galinhas, que se deve tomar cuidado com as crianças, pois os Ciganos as roubam. Por onde costumam passar, sempre são tratados com desdém, intolerância, são perseguidos e discriminados. O preconceito é produzido por todos, que têm medo de se aproximar e conhecê-los, deixando de lado rótulos e qualificações negativas (re)transmitidas ao longo do tempo. O “estranho” representa desconfiança para o outro. Nesse sentido, as afirmações de Bittencourt (2009); apesar de assegurar que o medo do estranho não é uma novidade em nenhuma sociedade: o sentimento de medo tem levado os Camponeses a se manterem desconfiados diante dos ciganos. Já de acordo com Tuan (2005),

¹¹ Fato constatado nos trabalhos empíricos.

[...] paisagens do medo são as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas. Ou seja, é tudo aquilo que o Homem constrói mental e materialmente a fim de controlar o caos e descansar temporariamente de novos conflitos e dúvidas. (TUAN, 2005, p.12).

Compreendemos que o medo ocorre devido os Ciganos possuírem uma cultura peculiar ao seu grupo étnico, mantida por meio da oralidade, repassada de geração a geração: suas danças, suas roupas coloridas, o jeito de vestir das mulheres, principalmente – com grande quantidade de enfeites e cores, muitos adornos que enfeitam o corpo, vestidos sempre longos, cabelos amarrados com lenços coloridos com toda uma simbologia própria, além uso frequente de adornos. As Fotografias 01 e Mosaico 01 nos mostram um pouco sobre o modo das mulheres vestir; o vermelho é comum e sempre usual em todas as ocasiões, seja para o homem ou para a mulher cigana; o chapéu que é parte do traje masculino. Em se tratando desse grupo específico, houve também uma aculturação em relação às vestimentas, dificultando a diferenciação entre ciganos e camponeses, como podemos observar nas Fotografias abaixo.

Fotografia 01 – Assentamento “Paulo Faria”: Vestimentas ciganas – homens e mulheres
(2013)



Fonte: trabalho de campo (2013). Autor: BORGES, FRANCO ANDREI, 2013.

Mosaico 01 – Assentamento “Paulo Faria”: Vestimentas ciganas – homens e mulheres



Fonte: Trabalho de campo (2013). Autor: BORGES, FRANCO ANDREI, 2013.

Os Ciganos são identificados pelo pertencimento ao grupo, pelo local em que são encontrados realizando suas tarefas cotidianas, por seus negócios. No Brasil, identificamos o

comércio de animais, joias, carros e imóveis; essas atividades são realizadas pelo homem Cigano. Em minhas lembranças pessoais da infância, os homens Ciganos faziam utensílios de cobre (alambique e tachos); atualmente, é raro encontrar tais produtos fabricados manualmente pelos ciganos. As mulheres comercializam tapetes, mantas e utensílios domésticos. O que mais se destaca é a leitura da mão, Quiromancia. É o que diz Pereira (1999, p. 34): “[...] não se pode conhecer o Cigano isolado de seu contexto, isto é, dos condicionamentos socioculturais de sua etnia. No entanto, as chaves da identidade desse não se encontram no indivíduo, mas no grupo”. De acordo com o entrevistado:

cigano é ser livre, é não se prender a ninguém e sim é estar bem com todos os da família, viver e continuar passando nossos conhecimentos pra novas gerações, [...] nossa preocupação é com a nossa saúde se um tá doente, todos se preocupam [...] para ganhar dinheiro as mulheres leem as mãos¹²

Mas não são todos os ciganos que leem as mãos. Em Uberlândia, de acordo com Borges (2010), pouco da Quiromancia se vê nas ruas e praças devido ao grande número de Ciganos que se converteram à fé Evangélica e, com isso, há um acordo estabelecido para que os mesmos não pratiquem a leitura de mão. Apesar de continuarem com os outros costumes – vestimenta, catira etc., após se converterem para o protestantismo, as ciganas deixam de praticar a quiromancia.

Os Ciganos sempre fascinaram muitas pessoas que, na maioria das vezes, nunca tiveram contato direto com os mesmos, mas que viam acampamentos Ciganos e ficavam curiosos, tentando entender o modo de vidas destas pessoas – tão diferentes, inclusive na questão da língua cigana, já que entre eles existe dialeto específico.

A cultura Cigana é rodeada de grandes mistérios que os caracterizam ainda mais fortemente como povos de qualidade distintiva dos demais povos. Outros povos são distintos por peculiaridades intrínsecas, mas os Ciganos estão enraizados em processos e lendas que os caracterizam, justificando suas mudanças de um local para outro, sejam estas mudanças cíclicas ou apenas para visitar parentes em outras localidades. O mistério de andar ou vagar com a liberdade de ser Cigano por entre localidades diferentes é justificado por meio de lendas (*Paramiches*).

¹² Entrevista com Cigano 4.

Pensando na vivência dos Ciganos nos cerrados Mineiros/Goianos, compreendemos, um pouco de sua história local, suas atividades voltadas à sobrevivência. Os contatos com os Camponeses, denominados por eles como *Gadjo* é marcado por desconfianças de ambos os lados. Percebemos nas incursões a campo que os Ciganos negociam¹³ com os *Gadjo* e, em primeiro momento, há uma tensão de ambos os lados. Os Ciganos. Preocupam-se em receber primeiro e o *Gadjo* quer levar o animal primeiro (antes de pagar), como se pode observar no diálogo abaixo:

- *Quanto você quer nessa égua? (pergunta o Gadjo)*
- *Procê, faço por 2200 [...] ela é muito boa, mansa, e ela é nova! (responde o Cigano)*
- *Te pago 1500 nela, com prazo de 30 dias! (Gadjo)*
- *Desse preço, até eu compro (responde outro Cigano)*
- *Num posso dá prazo não, tô bem apertado [...] faço ela por 2000, mais cê tem que pagá agora! (Cigano)*
- *Ta bom, fico com ela. Mais posso pagar quando voltar da roça? (Gadjo)*
- *Cê tem que paga ela pra podê levar, porque eu tenho que ir lá em Tupaciguara passá um dinheiro pro meu irmão!*¹⁴.

Percebemos que a negociação é bem difícil. Após o término da negociação (o comprador pagou e levou a égua), o Cigano explicou o porquê de não dar prazo e receber no ato da entrega. Segundo ele,

*é muito difícil [...], por que foi a primeira vez que eu vi a cara dele, vai sabê se o cheque dele tem fundo; fora que se ele levá minha égua sem pagá, vô lá sabê como achá ele, e como e que vô prova que vendi a égua purque num tenho guia!*¹⁵

Compreende-se com a fala do Cigano que o medo do desconhecido exerce desconforto. Além deste fator, os Ciganos sabem que trabalham em desacordo com a lei, pois a guia de venda de animais é a prova que o animal saiu da propriedade cigana e foi para outro comprador. No entanto, os Ciganos não tem como emitir a guia, já que para a emissão dela é

¹³ O grupo de ciganos que compreende o estudo negocia cavalos, muares e equinos de um modo geral.

¹⁴ Entrevista com Cigano 6.

¹⁵ Entrevista com Cigano 1.

necessário ter terra vinculada ao vendedor. Com isso, muitas vezes os ciganos vedem seus animais mais barato para um atravessador, como é o caso do comércio de cavalos para o frigorífico. Já que o frigorífico não compra cavalos sem nota fiscal (guia), os ciganos vendem para um dono de terra para que, assim, ele venda os animais ao frigorífico.

Outra questão que chama a atenção é o matrimônio. Percebemos várias questões, as quais causam estranhamento ao pesquisador. Questões como: ao nascer o bebê Cigano, este já fica noivo; os pais já escolhem o companheiro ou companheira, sendo que ambos os escolhidos ficam em contato até se casarem e, quando se casam, a mulher se junta à família do noivo. Ocorre o contrário apenas quando a família do noivo apresenta algum tipo de doença física ou mental.

Outro fator importante é que a mulher é obrigada a se casar virgem; caso ela não seja virgem, o noivo pode devolvê-la para a família. A menina se casa quando ocorre a primeira menstruação. O casamento fora do ciclo Cigano pode acontecer quando o homem (Cigano) se casa com uma mulher não cigana. O contrário não acontece (pelo menos no grupo em questão); caso a mulher cigana apaixone por um Camponês, é expulsa e não pode mais viver nas tendas.

O casamento Cigano é uma festa realizada/custeadas pela família da noiva e, em média, a festa costuma durar três dias, regada de muita bebida, churrasco e música. À noite, geralmente fogueiras são acesas, os ciganos dançam, cantam e comem à sua volta.

O Cigano é constituído tradicionalmente por uma união cultural que os caracteriza de forma distinta dos demais povos – seja pela associação de todos os seus hábitos ou por sua forma de conduzir a vida. Essas tradições são herdadas ao longo da história desse povo; são estabelecidas e inscritas no dia a dia e por meio das gerações que se intercomunicam. Os Ciganos consideram-se excelentes comunicadores. E o são – seja pela forma como realizam seu comércio e suas transações financeiras, seja pela transmissão desta cultura pela oralidade, o que também os caracteriza.

Muitos cidadãos nas comunidades Ciganas existentes não são pessoas analfabetas – pelo contrário, sabem ler, escrever, fazem contas, têm acesso a telefones celulares, TVs de diversos modelos, possuem equipamentos eletrônicos diversos, são portadores de Carteira de Identidade, CPF e Título de Eleitor. Alguns são adeptos do Catolicismo, outros seguem linhas evangélicas. São cidadãos brasileiros com um modo distinto de viver e realizar suas

manifestações culturais, fazendo parte de uma comunidade de pessoas que têm, na grande maioria, uma alfabetização instrumental – sabem ler, escrever o suficiente para conduzirem-se no universo da sobrevivência.

Elas têm a oralidade como forma de conhecimento do mundo, algo diferente da forma e da história como a temos. A nossa história é, principalmente, da escrita e da leitura; a oralidade liga-se às produções em imagens e sons por muitos fios, mas principalmente pelo seu realismo e pela sua sucessividade no tempo. (ALMEIDA, 2004).

Em Almeida (2004) pode-se perceber que o fator primordial na oralidade da cultura cigana é o tempo. Isto enfatiza as características inerentes dessa cultura por meio de trocas entre grupos, repercutindo suas danças e mistérios nas condições de vida em que estão inseridos – sejam Ciganos nômades com condições mais limitadas, ou grupos sedentários, que já estão estabelecidos em uma estrutura que oferece um pouco mais de conforto, e até altera o modo de viver destes.

A coletividade do Cigano é marcada por sua união e o seu modo de comunicar por meio da história, como afirma Claval (1995, p. 12): “os indivíduos e os grupos, são marcados pela Educação que receberam: a cultura aparece, assim, como uma herança”. É essa herança que os caracteriza como Ciganos, mantendo costumes e condições que os cercam há gerações. Segundo Siqueira (2003), “o conceito de cultura tem sua origem em culto. Não se trata de algo inefável, impossível, distante, separado do que poderia ser pensado como o ‘resto’ da experiência humana”. Já Laraia (1986) entende cultura como:

No final do século XVII e no princípio do seguinte, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocabulário inglês Cultere, que tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (LARAIA, 1986, p.25).

Os Ciganos, apesar de estarem inseridos em um processo de produção oral da cultura, são influenciados pelos processos eletrônicos (TV, internet, rádio etc.). Muitos desses meios de comunicação mostram abertamente para a sociedade a intimidade do Cigano. Mas isto não

enfraquece a cultura Cigana, pois esta representa pouco do que realmente é vivido por eles no seu dia a dia. As imagens podem mostrar cores, gestos e faces, todavia existe muito mais não captado por estes meios de comunicação. Os Ciganos sempre foram povos globais, sempre interagiram com outros povos – seja na condição de escravos, servos, parceiros, comerciantes ou professores – a fim de aproveitarem oportunidades para manterem-se vivos frente às adversidades.

Em sua origem, a diáspora pelo mundo e o contato com outras culturas caracteriza os Ciganos como povos globalizados, mas únicos em suas tradições. É exclusivamente neles a linguagem corporal e os olhares que dizem tudo. O Cigano tem características únicas e são dotados de uma coletividade milenar, mesmo não possuindo uma transmissão cultural escrita e sim por meio de uma oralidade por meio de uma língua própria, o *Romani*, estes mantêm tradições seculares.

As tradições que os mantêm unidos por sua cultura e todas as atividades empreendidas pelo coletivo de seu grupo, utilizando não de escritas, mas de transmissões orais de seus costumes que os caracterizam como Ciganos.

De acordo, com Ong (1998, p. 19) caracteriza a oralidade em dois processos: “Oralidade primária”, a oralidade de uma cultura totalmente desprovida de qualquer conhecimento da escrita ou da impressão. Esta é “primária” em oposição à “Oralidade Secundária” da atual cultura de alta tecnologia, na qual uma nova oralidade é alimentada, pelo telefone, pelo rádio, pela televisão ou por outros dispositivos eletrônicos cuja existência e funcionamento dependem da escrita e da impressão. Partindo desta análise e sabendo terem eles uma alfabetização instrumental ou um baixo nível escolar, percebe-se que os Ciganos estão inseridos no contexto de uma oralidade secundária.

Na realidade, as culturas orais produzem realizações verbais impressionantes e belas, de alto valor artístico e humano, que já não são sequer possíveis quando a escrita se apodera da psique. Contudo, sem a escrita, a consciência humana não pode atingir o ápice de suas potencialidades, não é capaz de outras criações belas e impressionantes, neste sentido a oralidade, precisa e está destinada a produzir à escrita (ONG, 1998).

Partindo deste princípio e seguindo a leitura de Ong (1998), pode se perceber que a oralidade limita-se ao que foi produzido e reproduzido por meio dos tempos apenas a partir da recordação do que é culturalmente adquirido. A partir do momento em que a escrita começa

fazer parte do processo de construção de saber cultural, perde-se muito da oralidade, pois a escrita instiga a pensar e reescrever de forma distinta, colocando em risco o que já é estabelecido como cultura.

Os indivíduos Ciganos raramente chegam a cursar o Ensino Médio – o que seria um bom nível escolar para a grande maioria destes. Entretanto, um menino com doze anos de idade já é considerado um homem. A menina é considerada mulher (entre doze e treze) anos e pronta para o casamento logo após a primeira menstruação. Assim, a permanência por um maior de tempo em uma escola poderia gerar conflitos nas crianças ciganas – e um conflito maior nos pais. A escrita constitui um modo dialético de se perceber a realidade e os processos culturais Ciganos não se baseiam em escritas e sim na oralidade.

Segundo Ong (1998, p. 20), “quando uma História Oral contada e recontada, não está sendo narrada, tudo que dela subsiste é seu potencial de ser narrada por certos seres humanos”. Os meios de se contar uma história dependem muito mais de quem conta do que do próprio enredo, pois podem ser usados diversos meios para se chamar a atenção, tais como os gestos, a entonação da voz entre timbres graves e agudos de modo a não dispersar os ouvintes e ou para que os mesmos não percam o foco da lição.

É fundamental destacar que as histórias do povo cigano são contadas por eles mesmos, assim, não só por refletirem essencialmente sua tradição, seus costumes, sua cosmovisão, mas também por ditarem normas de comportamento para os que as ouvem: são os mais velhos passando o seu verdadeiro ouro – os *paramiches*– aos mais jovens e as crianças, ao pé do ouvido, de boca em boca, de geração em geração (PEREIRA, 1999. p.34).

O bem maior de todos os Ciganos é constituído por todos os seus indivíduos que os caracterizam. Um Cigano não é Cigano sozinho: necessita de outro para compreender a si mesmo. Os valores dos grupos residem também no respeito para com os mais idosos, uma vez que estes representam verdadeiros “livros” para todos os Ciganos. Os anciões, por meio de suas histórias, os *paramiches*, ministram ensino sobre verdadeiros valores que o Cigano deve ter ou saber para compreender o mundo que o cerca.

Na sociedade atual, as pessoas mais vividas são “deixadas de lado”, não se nota respeito dos mais jovens para com os mais velhos. Algo que nos Ciganos é muito belo é o respeito de todos para com todos: de uma criança, que representa futuro, a um ancião, que constitui a história do grupo. Todos fazem parte da conversa na casa Cigana. Mesmo as

crianças participam ativamente de determinados assuntos, tais como os negócios da família. No entanto há um momento em que as crianças não participam das conversas, é o que se percebe na fala de Fonseca (1996): “o único tópico que as crianças são permanente excluídas das conversas adultas é concernente ao sexo e reprodução”. Ainda em conclusão da autora, longe dos pais, principalmente em fase adolescente, as crianças ciganas trocam informações entre si, ou seja estão interligados aos sistemas de informações interligados/gerados pelo processo de globalização. De acordo com Lastres; Albagli (1999):

a globalização implica espaços homogêneos e um mundo “sem fronteiras” são as que supõem que as informações, conhecimentos e tecnologias são simples mercadorias, passíveis deserem “transferidas” sob a mediação dos mercados via mecanismos de preço. Nestas análises, credita-se aos avanços nas tecnologias de informação e comunicação a possibilidade de realização conjunta e de coordenação de atividades de pesquisa e desenvolvimento por participantes localizados em diferentes países do mundo, permitindo tanto a integração das mesmas em escala mundial, como a difusão rápida e eficiente das tecnologias e conhecimentos gerados. Por um lado, porque tais avanços supostamente possibilitam uma mais fácil, barata e, portanto, intensa transferência dessas informações e conhecimentos. (LASTRES; ALBAGLI, 1999,p.13)

Com isso, partimos para o próximo capítulo, onde apresentaremos os Ciganos na luta pela terra.

2A INSERÇÃO DE CIGANOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO

2.1 Triângulo Mineiro enquanto foco da luta pela terra

Os movimentos de luta pela terra projetam um modelo de desenvolvimento baseado na fixação e permanência da população no campo, com sua atividade agrícola voltada em grande medida ao abastecimento alimentar do país. As reivindicações dos movimentos sociais, que lutam pela reforma agrária alcançam vários setores, buscando assim, reestruturar vida social no campo. Pensando, nas reivindicações apresentamos a tabela 01.

Tabela 01– Municípios de Minas Gerais com os maiores números de manifestações 2000-2013.

CLASS.	MUNICÍPIO	Nº MANIFESTAÇÕES	Nº PESSOAS
1º	Belo Horizonte	218	97.602
2º	Uberlândia	44	13.137
3º	Montes Claros	31	14.900
4º	Governador Valadares	26	11.485
5º	Buritis	11	4.570
	Uberaba	11	2.910
6º	Pirapora	10	16.480
7º	Unaí	8	2.150
	Jequitáí	7	1675
8º	Ouro Preto	7	1100
	Ponte Nova	7	3.530
	Aimorés	6	1150
	Campo Do Meio	6	2.954
9º	Diogo de Vasconcelos	6	2700
	Felisburgo	6	3.300
	São João das Missões	6	9.220
	Abre Campo	5	2.200
	Brumadinho	5	3.450
	Frei Inocêncio	5	2.050

Cont. Tabela 01

10º	Januária	5	6.100
	Jequitinhonha	5	1.050
	Prata	5	2.150
	Rio Doce	5	600
	Betim	4	850
	Engenheiro Navarro	4	300
	Manga	4	1.100
	Monte Alegre de Minas	4	1072
11º	Muriaé	4	1.095
	Rio Pardo de Minas	4	1.150
	Salto da Divisa	4	250
	Santa Cruz do Escalvado	4	1.050
	Tumiritinga	4	7215
Total		481	220.545

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014.

Não só os camponeses aderiram aos movimentos sociais pela luta por terra. Os Ciganos, em sua constante movimentação, podem ter assumido – ou olhado com mais critério – o seu entorno, percebendo, assim, a possibilidade de terem atributos condizentes com o que estava acontecendo à sua volta. Mas, para isso, era preciso se adaptarem (como o caso deles terem adentrado/unido-se aos movimentos de luta pela terra). Como sujeitos pós-modernos de que Hall (2009) nos fala – aquele capaz de se mesclar e atender às necessidades impostas, algo representado na fala de um sujeito cigano sobre o movimento socioterritorial.

Em nossas “viage”, quando saímos, em visita a outros parentes, para acompanhar nossos entes em situações de enfermidades ou até mesmo quando nós estava realizando nossos catiras com outros negociantes víamos estes pessoal ai embarracado e começemos a buscar informações sobre o que eles queriam e que se realmente iam conseguir, e de uma hora para outra aos poucos fomos chegando e enturmando no meio deles e hoje estamos aqui com nosso chão¹⁶.

Percebe-se, na fala do entrevistado, que os ciganos não tinham tanta certeza se iriam conseguir lote no assentamento. Foi possível entender/ouvir tal fato, pois, para conhecer os

16 Entrevista com o Cigano 1.

Ciganos, é preciso manter contato, aproximar-se do saber de suas histórias, de seu modo de vida presente e passado, e acompanhar seu curso de deslocamento que se mistura às suas vidas.

Nos últimos anos, essas lutas pelo acesso à terra, incorporadas num contexto mais amplo de luta pela reforma agrária, têm configurado a região do Triângulo Mineiro como objeto de atuação de diversos movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, representado pela atuação da FETAEMG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais, bem como seus sindicatos de trabalhadores rurais. Para enfatizar construímos a tabela 02.

Tabela 02–Ocupações por ano em Minas Gerais 1990-2013.

ANO	Nº DE OCUPAÇÕES	Nº DE FAMÍLIAS
1990	2	170
1991	0	0
1992	2	106
1993	4	553
1994	4	762
1995	8	1.112
1996	31	1.597
1997	17	2.006
1998	65	4.567
1999	58	5.621
2000	19	3.760
2001	58	4.772
2002	39	4.134
2003	61	7.966
2004	55	6.768
2005	49	4.515
2006	57	4.600
2007	47	4.412
2008	17	926
2009	27	1.903
2010	23	2.042

Cont. Tabela 02

2011	16	2.749
2012	14	2.386
2013	16	1.220
TOTAL	689	68.647

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014.

A ação desses movimentos sociais associada à resposta que o poder público tem dado ao problema da ampliação dos conflitos fundiários na região possibilita a implementação de um número significativo de assentamentos rurais, como o P. A. “Paulo Faria”.

Segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), dados de 2013, a Agricultura Familiar se configura nos seguintes números: 8.769 projetos de Reforma Agrária; 931.009 mil famílias assentadas; 87,5 milhões de hectares. A atividade rural tem um papel social extremamente relevante, pois é responsável pela fixação do homem no meio rural, impedindo que ocorra um processo migratório maior para as cidades, o que aumentaria a demanda urbana por postos de trabalho de baixa qualificação e todos os serviços públicos decorrentes. Através de dados do DATALUTA, construímos a Tabela 03:

Tabela 03 – Número de ocupações e de famílias por Mesorregião (1990-2013)

CLASS.	MESORREGIÕES	N° DE OCUPAÇÕES	N° DE FAMÍLIAS
1º	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	235	23.240
2º	Norte de Minas	193	17.278
3º	Noroeste de Minas	110	10.324
4º	Vale do Rio Doce	51	7.231
5º	Jequitinhonha	31	3.412
6º	Metropolitana de Belo Horizonte	30	3.866
7º	Sul/Sudoeste de Minas	17	1.461
8º	Vale do Mucuri	7	1.003
9º	Oeste de Minas	6	455
10º	Central Mineira	4	160
11º	Zona da Mata	4	177
	N.I.	1	40
TOTAL		689	68.647

Fonte: DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra, 2014. Org.: BORGES, F. A., 2015.

Observando a Tabela 03, constatamos que a região com maior ocupação foi o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – 235 ocupações, existe um novo contexto a ser distinguido no meio rural que é o desenvolvimento dos territórios rurais. Para isso, o autor sugere que o conjunto de transformações necessárias para firmar o desenvolvimento rural deve contar com a vontade política dos municípios para a elaboração de um plano de trabalho.

Com esta estrutura fundiária desproporcional concentrada nas mãos de poucos, geram índices de desigualdades em distribuição de terras no Brasil, em especial nesta área de pesquisa. Analisando através do coeficiente *Gini*¹⁷ que mede as proporções de desigualdades entre as sociedades, diante de uma análise de zero onde seria o estado absoluto de distribuição de terras e igualdades entre os sujeitos envolvidos sua variação percentual até 1 que é o limite máximo como parâmetro e a representação da total concentração de terras chegaram a seguinte tabela 04:

Tabela 04—Índice *Gini* de concentração fundiária.

Município	2012	2003	1998	1992
Campo Florido	0,606	0,593	0,564	0,559
Prata	0,614	0,619	0,601	0,646
Uberlândia	0,698	0,687	0,673	0,654

Fonte: Lagea, Banco de Dados DATALUTA. Org.: BORGES, Franco Andrei. 2015

Os dados acima nos dão parâmetros para analisar a questão da estrutura fundiária nos municípios limítrofes com a área de estudo. O assentamento P. A. “Paulo Faria” como dito anteriormente tem em sua formação terras nos dois municípios de Campo Florido e Prata, que em sua essência se torna um dos maiores assentamentos de reforma agrária de Minas Gerais, e de base dos dados acima, mostra que apenas o município de Prata, apresenta estabilidade na evolução da estrutura fundiária entre os anos de 1992 a 2012, Campo Florido e Uberlândia nos determina que a estrutura fundiária ainda é altamente concentrada.

Por outro lado em uma análise histórica de dados de assentamentos e famílias assentadas, temos a evolução no Triângulo Mineiro da efetivação de assentamentos em grande escala, que proporciona uma demanda maior de assentados devidos a grande quantidade de movimentos socioterritoriais estabelecidos na região. Em destaque na tabela 05 o

¹⁷O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" ("Variabilidade e mutabilidade" em italiano), em 1912.

assentamento P. A.“Paulo Faria” com enormes proporções, seja em famílias assentadas e em área destinada ao assentamento.

Por outro lado não observávamos uma evolução constante de assentamentos nos municípios de Prata e Campo Florido, sendo que após o assentamento P. A.“Paulo Faria” em 2005. Somente nos anos de 2012 e 2013 foram efetivados no assentamento, por sua vez, o Município de Campo Florido que tem parte do assentamento P. A.“Paulo Faria” em suas divisas, desde 2005 até a data atual (2015), não apresenta mais nenhuma efetivação de assentamentos em sua dimensão territorial. Por sua vez Uberlândia que apresenta índices altos de concentração e terras, também não apresentou novas efetivações de assentamentos em seus limites territoriais.

Tabela 05 –DATALUTA - assentamentos de reforma agrária (atualizado em 03/10/2014)

CRIAÇÃO	REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	NOME_ASSENTAMENTO	CAPACIDADE	FAMILIAS ASSENTADAS	AREA
1994	SE	MG	CAMPO FLORIDO	PA NOVA SANTO INÁCIO/RANCHINHO	118	112	3.584
1998	SE	MG	UBERLANDIA	PA RIO DAS PEDRAS	87	73	1.909
1999	SE	MG	UBERLANDIA	PA NOVA PALMA	15	15	446
1999	SE	MG	UBERLANDIA	PA PALMA DA BABILÔNIA	13	12	466
1999	SE	MG	UBERLANDIA	PA ZUMBI DOS PALMARES	22	21	546
2003	SE	MG	UBERLANDIA	PA NOVA TANGARÁ	250	222	5.095
2004	SE	MG	UBERLANDIA	PA CANUDOS	24	22	668
2004	SE	MG	UBERLANDIA	PA EMILIANO ZAPATA	25	25	638
2004	SE	MG	UBERLANDIA	PA FLÁVIA NUNES	15	13	417
2005	SE	MG	CAMPO FLORIDO	PA FRANCISCA VERAS	35	33	1.045
2005	SE	MG	PRATA	PA NOVA CACHOEIRINHA	77	58	1.653
2005	SE	MG	PRATA	PA “PAULO FARIA”	220	252	5.854
2005	SE	MG	PRATA	PA SIDAMAR	28	25	852
2005	SE	MG	UBERLANDIA	PA FLORESTAN FERNANDES	22	22	495
2005	SE	MG	UBERLANDIA	PA JOSÉ DOS ANJOS	45	43	1.016
2005	SE	MG	UBERLANDIA	PA PACIÊNCIA	26	24	469
2006	SE	MG	UBERLANDIA	PA ELDORADO DOS CARAJÁS	24	24	609
2008	SE	MG	UBERLANDIA	PA VALCI DOS SANTOS	42	37	802
2009	SE	MG	UBERLANDIA	PA DOM JOSÉ MAURO	205	198	4.471
2012	SE	MG	PRATA	PA TERRA PROMETIDA II	70	70	1.440
2013	SE	MG	PRATA	PA DOURADINHO II	43	43	1.433

Fonte: LAGEA/DATALUTA (2014)

ORG. BORGES, Franco Andrei. (2015)

Assim, o assentamento proporciona algo que este não tinha antes, mas que buscava constantemente: o acesso um lugar propriamente seu. O lote é seu território, é onde

se estabelece, é onde dorme e monta acampamento sem ter que pedir autorização para ninguém, estabelecendo e firmando sua base em um local. Com essa nova identificação que os sujeitos se propõem exercer, deixam um imenso universo de riscos para trás, o qual sempre foi entrave para a própria existência, pois coloca-os frente ao inesperado.

Pois, compreendemos que o “desenvolvimento” rural é um procedimento multinível, multiatores e multifacetado, já que é preciso considerá-lo em um nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade. Com isto, a complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural é o que faz com que se dependa de múltiplos atores envolvidos em relações locais, e entre as localidades e a economia global (redes). De igual modo, torna-se importante destacar que tais instituições são representantes políticas e sociais das comunidades do campo (PLOEG et.al., 2000).

Por isso, Anjos (2003) fala que:

os novos esquemas de desenvolvimento rural erguem-se sobre duas estratégias ou proposições fundamentais: ‘diversificar e aglutinar’. O primeiro dos termos diz respeito ao incentivo a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela. Aglutinar, por outra parte, significa a possibilidade de que a união dos distintos ingressos gerados mediante a diversificação sirvam para garantir um nível de vida socialmente aceitável. O crucial é que a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma única fonte de ingresso, o exercício de múltiplas atividades simultaneamente permite um maior grau de autonomia e uma ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico. (ANJOS, 2003, p. 76).

No atual momento, observa-se um grupo que não era composto de agricultores familiares e que, após o engajamento na militância de luta pela terra, passou a fazer parte do grupo de agricultores, os Ciganos perceberam que teriam de se aliar a grupos/movimentos sociais de luta pela terra para que assim, conseguissem obter terra.

O desenvolvimento de políticas sociais na América Latina e no Brasil, nos anos 2000, inspiradas na utilização deste conceito vem-se constituindo em instrumento de apassivamento dos movimentos sociais, pela conversão da sociedade civil de espaço de confronto a espaço de colaboração. Elas são executadas diretamente pelos órgãos governamentais e indiretamente pelos variados parceiros na sociedade civil, notadamente, os empresários nacionais e

transnacionais, as igrejas e, até mesmo, parcelas da classe trabalhadora (NEVES; PRONKO; MENDONÇA, 2008).

Finalmente, é importante ressaltar que essa estrutura fundiária altamente concentrada se refletiu na constituição de inúmeros conflitos fundiários na região, configurando um quadro de disputas entre os trabalhadores sem-terra e os grandes proprietários, ampliando os problemas sociais no campo. Isto é, num contexto em que a modernização da agricultura ao mesmo tempo que amplia a capacidade produtiva no setor e penaliza os trabalhadores rurais, pela incapacidade do processo em absorver mão-de-obra de forma intensiva e contínua, consolidando a figura do trabalhador volante, a luta pela posse da terra passa a ser uma alternativa para esses trabalhadores impossibilitados de ter acesso ao trabalho.

2.2 Características do Assentamento “Paulo Faria”

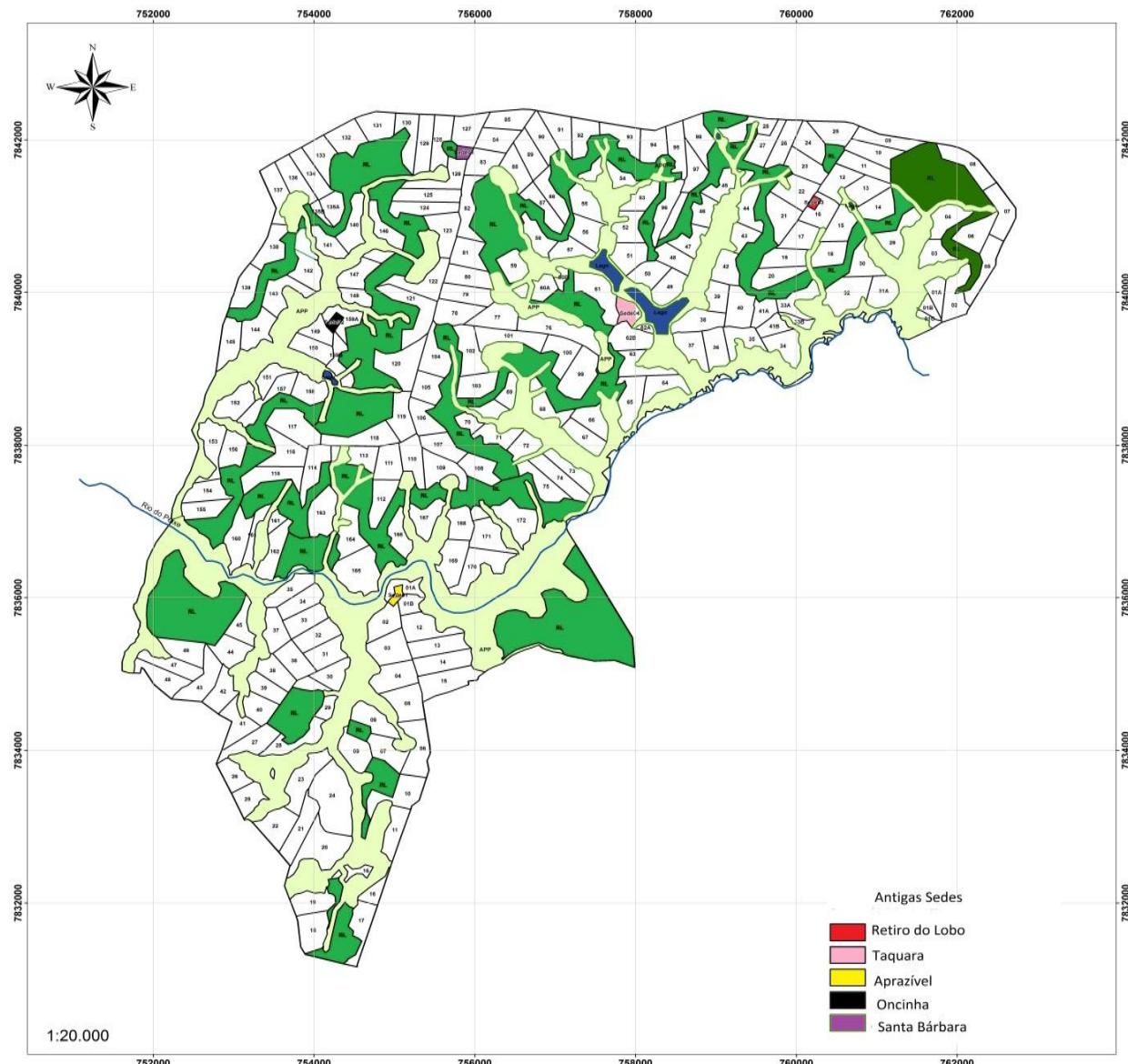
O Assentamento “Paulo Faria” foi instituído em 26 de outubro de 2005. Contudo, a formalização ocorreu por meio da Resolução nº 4, de 04 de março de 2010, do Diário Oficial da União (D.O.U). O assentamento está localizado na divisa dos municípios de Campo Florido e Prata, no distrito do Rio do Peixe. O assentamento foi implantado na Fazenda Taquara, que corresponde a uma área de 5.860 ha, sendo que a distância entre o assentamento e Uberlândia é de 80 km. A área da propriedade é composta pela sede principal e por barracões. Um deles possui 746 m² de área construída, onde atualmente está o principal centro de atividade coletiva do assentamento.

Em princípio, o assentamento tinha sido programado para atender 310 famílias, mas, no Plano de Desenvolvimento Agrário (PDA) são apresentadas as propostas de desenvolvimento da comunidade nos aspectos social, econômico, territorial, ambiental, cultural e político, concluindo-se que o P.A.“Paulo Faria” suportaria apenas 220 famílias. As coordenadas geográficas do Projeto de Assentamento “Paulo Faria” são 19° 30’ e 04” de latitude Sul e a 48° 31’ 01” de longitude Oeste, sendo formado pelas propriedades“Oncinha”, “Retiro do Lobo”, “Taquara”, “Santa Bárbara” e “Aprazível”. Destaca-se, ainda, que o assentamento é dividido pelo Rio do Peixe, divisa natural entre os municípios de Prata e Campo Florido.

O assentamento dista cerca de 67 km da sede do município do Prata, que abriga a maior parte do imóvel, e cerca de 38 km da sede do município de Campo Florido. Partindo do município do Prata, o acesso ao P.A. “Paulo Faria” é feito, em parte, por estrada asfaltada que encontra-se em excelente estado de conservação, e por estrada de terra que também está em bom estado.

Nesse ano de 2015, antes da efetivação do PDA e da implementação do modelo de organização territorial do assentamento, as famílias assentadas vivem em cinco núcleos distribuídos dentro da área de “Santa Bárbara”, “Aprazível”, “Oncinha”, “Taquara”, “Retiro do Lobo” (ou “Vargem do Lobo”). O mapa 03 ilustra as antigas sedes administrativas.

Mapa 03 – Assentamento “Paulo Faria”: Antigas Sedes das fazendas que formam o assentamento



Fonte: Supram; Uberlândia, 2014. Org.: BORGES, Franco Andrei, 2014.

A formação desses núcleos tem origem na organização das famílias em torno de grupos de interesses e de afinidades. Partindo desses princípios, as famílias foram se distribuindo no interior do imóvel, de forma a garantir a permanência na terra e o acesso a um lote após a compra do imóvel pelo INCRA. É nesses locais que as famílias vivem, em barracos (cf. Fotografia 02), e realizam atividades produtivas de baixo impacto – principalmente pequenas hortas destinadas ao consumo doméstico – e também mantêm algumas mudas, geralmente de espécies frutíferas (laranja, manga) além da cana-de-açúcar e mandioca, que, posteriormente, deverão ser transferidas para os locais dos lotes familiares.

Fotografia 02 – Assentamento “Paulo Faria”: Barracos.



Fonte: Trabalho de campo (2015).BORGES, Franco Andrei, 2015.

Os imóveis que deram origem ao P. A. “Paulo Faria” não possuíam áreas de reserva averbadas. Estas foram delimitadas no decorrer do PDA, considerando-se o critério de destinação em locais de maior interesse ambiental pela existência de remanescentes florestais.

As grandes áreas de pastagens plantadas que caracterizam o assentamento são utilizadas para a pecuária extensiva de gado por algumas famílias que utilizaram os recursos

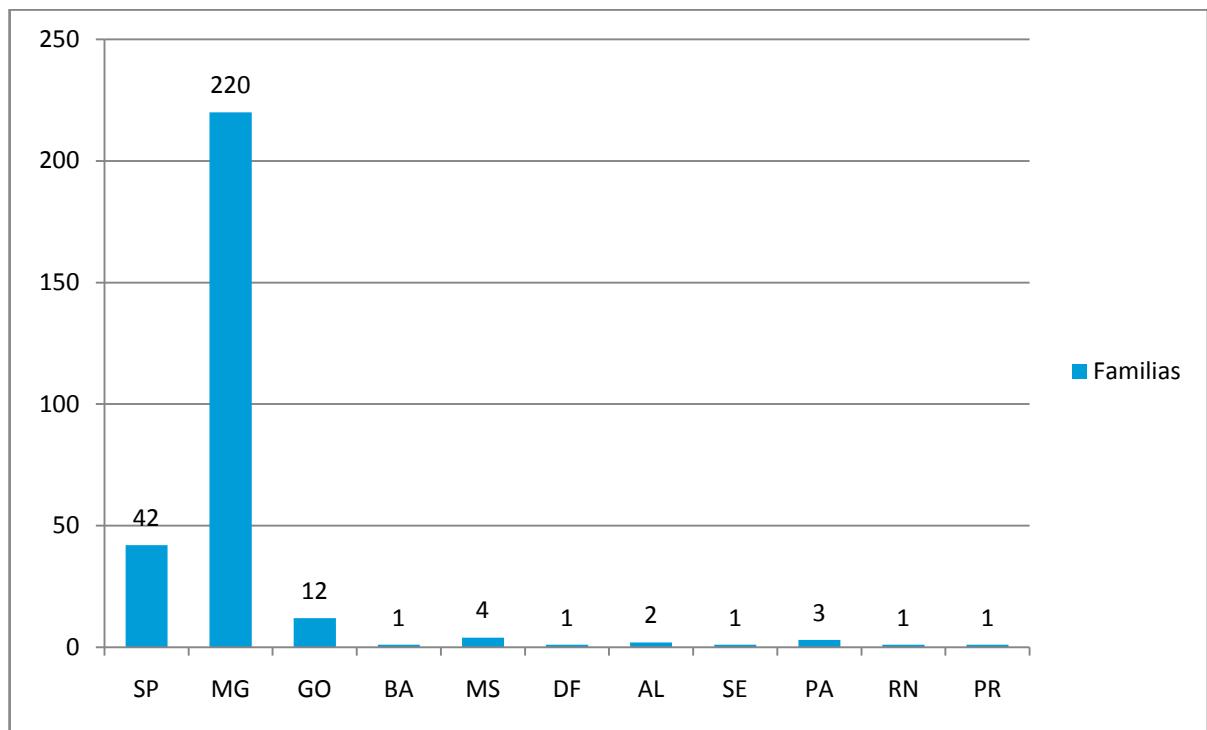
do Crédito de Apoio para a aquisição de matrizes. Normalmente, essa utilização é feita sem delimitação de piquetes, estando o gado à solta.

Como foi dito anteriormente, o assentamento é composto por 220 famílias. Dentre estas, em 2005 – ano que se estabeleceu o assentamento –, 60 famílias eram de ciganos e 160 famílias de “Camponeses”, que vivem até hoje em condições precárias, sem saneamento básico e energia elétrica, e apresentam sérios problemas de insegurança alimentar¹⁸. Diante desta situação, os moradores se organizaram e constituíram a Associação Assentamento “Paulo Faria” (AAPF), a qual representa estes trabalhadores de forma comunitária.

O Assentamento em questão é um Mosaico de sujeitos dos mais diversos estados do Brasil, estabelecendo como referência a emissão dos documentos de identidade dos Assentados por meio do Quadro de Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – Relação de Beneficiários. Percebe que a expressiva maioria (quase 77% destes assentados) é oriunda do próprio estado de Minas Gerais. 15% são do estado de São Paulo; 4% do estado de Goiás 2% do estado do Mato Grosso do Sul, e 1% do Estado do Pará. Para enfatizar melhor as informações, construímos o gráfico 01.

¹⁸ Segundo IBGE: Insegurança Alimentar que inclui problemas com a quantidade e qualidade dos alimentos e a incerteza sobre o abastecimento de alimentos, afetando a saúde em vários aspectos.

Gráfico 01 – Assentamento “Paulo Faria”: Origem dos assentados (2005)



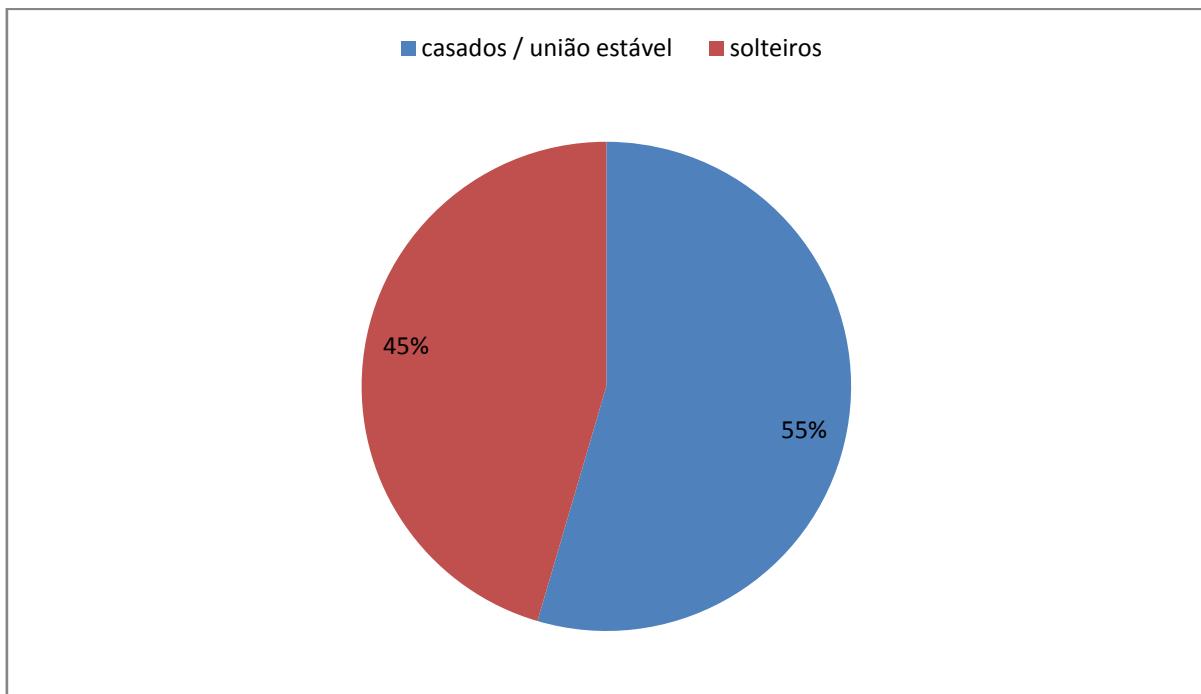
Fonte: INCRA: Projetos de Reforma Agrária – Relação de Beneficiários 2005.

Org.: BORGES, Franco Andrei, 2015.

O outro fator importante é que o quantitativo de sujeitos Ciganos vem diminuindo de forma significativa, sendo que, no início do assentamento, eram 60 famílias; hoje, existem 20 famílias assentadas¹⁹. Em relação ao quantitativo de sujeitos por Estado civil, notamos que 55% dos lotes estão sobre cuidados de famílias casadas ou com união estável. No restante, de 45%, estão os solteiros. É o que se pode observar no gráfico 02:

¹⁹ Um dos motivos relatados é a falta de auxílio do poder público, muitas famílias não conseguiram se manter assentadas por falta de recursos financeiros.

Gráfico 02 – Assentamento “Paulo Faria”: Estado civil dos assentados.



Fonte: Projetos de Reforma Agrária – Relação de Beneficiários do P.A. “Paulo Faria”, 2005.
Org.: BORGES, Franco Andrei, 2015.

Além da precariedade da infraestrutura do assentamento, todos os assentados estão envolvidos em um contexto sociopolítico devido o P.A. “Paulo Faria” estar localizado na divisa territorial dos municípios de Prata e Campo Florido, o que dificulta obter melhorias para a comunidade de produtores. O que ocorre é um “jogo de empurra-empurra” pois, ao solicitar algum serviço ao poder público municipal, os assentados recebem negativa, pois os representantes dizem que quem deve resolver a situação seria o outro município; quando se vai ao outro município, recebe-se a mesma resposta.

O assentamento está localizado numa confluência entre os municípios do Prata e Campo Florido. Por isso, o pouco apoio das prefeituras no auxílio aos assentados. Auxílio que garanta acesso à escola, saúde, fornecimento de água e energia elétrica, consultoria, dentre outros, que possam possibilitar o direcionamento desses produtores em seus respectivos espaços. Apesar de quase nove anos de existência do assentamento, vários dos assentados sequer têm uma casa para morar. A maioria vive sob barracos de lona (Fotografias 03 e 04).

Fotografia 03 –Assentamento “Paulo Faria”: Visão frontal do barraco/tenda Cigana.



Fonte: Trabalho de campo, 2014. Autor: BUENO, C. A., 2014.

Fotografia04– Assentamento “Paulo Faria”: Visão interna de um barraco/Tenda.



Fonte: Trabalho de campo. Autor: BUENO, C. A., 2014.

Observando as Fotografias 03 e 04, percebemos que a vida debaixo de uma lona não é fácil: no calor, é possível imaginar como é viver embaixo de uma lona. Idem também no período de chuva. Enfatizando essa observação, perguntamos ao assentado se o conforto que ele tinha antes (na cidade) e tem hoje (no assentamento) seria muito diferente. Segundo ele:

[...] conforto é pior, muito... não tem nem comparação...e tinha casa boa, eu tinha meus móveis todos arrumadinho. Eu numa imaginei, pensei que iria enfiar debaixo uma lona. Mas em termos em outro lado, de pensar que estou no que é meu...se eu falo “hoje eu trabalho ou não trabalho”, eu vou por mei do gado, por meus bezerinhos para mamar ou não...então é, em termos...a questão de paz, tranquilidade, paz... tá muito melhor, mas em conforto... lá fora tava melhor²⁰.

Essas dimensões materiais consistem em questões de infraestrutura que, geralmente, é precária; principalmente nos primeiros anos de assentamento. O que constitui fator desmotivador para os que querem tornar-se camponeses nos seus respectivos lotes. E as imateriais refletem as questões culturais e de identidade territorial destes agricultores.

No final do ano de 2014, o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Triângulo Mineiro (SINTRAFTRIM), juntamente com a Associação das mulheres do Assentamento “Paulo Faria”, conseguiram o benefício para a construção de 33 casas por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), sendo que 10% deste montante foram destinados às famílias ciganas. Entretanto, mesmo com a construção das casas de alvenaria não se proporcionou pleno conforto, pois, algumas casas ainda não possuem energia elétrica, mesmo com a proximidade da rede de retransmissão.

Também, há de se relacionar a isso o fato de que não existe uma verdadeira política de extensão rural e de financiamento para as atividades agropecuárias específicas de camponeses e pequenos produtores em assentamentos. Consequentemente, é uma realidade desmotivadora para esses agricultores, que, ao buscarem melhores condições de vida nos assentamentos, deparam-se com uma dramática falta de estrutura básica para implementação de seus projetos. De acordo com o entrevistado:

²⁰ Entrevista com Cigano 2.

a habitação rural essas casas, que você tá vendo era no valor de 28.500...o agricultor contribui e retorna para o governo 1140,00...quase todas subsidiadas pelo governo; mas aqueles critérios, de quatro módulos rurais etc. não ultrapassar renda de 15000 por ano, então foi o avanço que teve. Hoje tem PRONAF do agricultor familiar com juros de 0,4 por cento ao ano com carência de 3 anos para pagar²¹

O contexto deste rural que analisamos é que talvez esteja aí, à disposição, há bastante tempo, mas não tenha sido até então percebido como um rural multicultural, no que se refere à composição social dos sujeitos e suas territorialidades no assentamento.

2.3 Os Ciganos na luta pela terra

Assim, a presença de um número significativo de assentamentos rurais nessa região, apesar de insuficiente pela dimensão da concentração de terras, significa um elemento importante para a interpretação da dinâmica econômica e social regional. Bem como serve de instrumento para se buscar novas formas de ocupação da terra, buscando configurar modelos de ocupação que tenham menor impacto tanto em termos de utilização do solo, quanto em termos da demanda intensiva de recursos hídricos. Segundo o entrevistado,

Reforma Agrária, na verdade fala na constituição, mas o Brasil não faz, o governo faz a distribuição de terras sobre pressão dos movimentos sociais, então o assentado de Reforma Agrária hoje, chama se assentado de Reforma Agrária, mas na verdade é um assentamento feito as duras penas de muita luta, se depender do governo para fazer, um assentamento, chegar desapropriar uma fazenda ou fazer distribuição de terra, ou delimitar o tamanho da propriedade no Brasil, viu? O governo não faz isso entendeu, isso é Reforma Agrária é assentamento de trabalhadores, porque? Não tem talvez interesse político, não tem. Segundo, este interesse político por conta do poder dos ruralista que tem muito mais poder com o dinheiro que não deixa o governo fazer isso, porque não é interessante para eles, vender parte das terras deles para distribuir pro monte, um bando como eles chamam, né? Então junta a falta de interesse de político e apressão financeira do latifundiário que não permite que o governo faça isso, então se não entrar um governo que faça realmente e tenha a Reforma Agrária no sangue, isso

²¹ Entrevista com Cigano 3.

não acontece, vai continuar sempre estas briguinhas ai de movimento forçando o governo fazer aquisições de terra aqui ali acola e deixar no abandono também, né porque reforma agraria tem de ter um projeto de desenvolvimento do próprio governo²².

Segundo Oliveira (2007), no Brasil, a implantação de políticas neoliberais foi marcada no início da década de 90, por dois planos de controle financeiro e combate à inflação. Primeiro foi o Plano Collor e seu confisco temporário do dinheiro depositado nos bancos. Depois da saída compulsória de Fernando Collor de Mello e, sua substituição pelo vice Itamar Franco, foi implantado o plano real. Já na “era” Fernando Henrique Cardoso, foi quando houve o domínio quase que absoluto das políticas neoliberais no país, inclusive no campo. A consequência direta da expansão das culturas de exportação, particularmente da soja, e o crescimento da violência (massacres de Corumbiara - RO e de Eldorado dos Carajás - PA) levaram os movimentos sociais a exercerem o direito da pressão social e política pela reforma agrária. Contudo, a luta constantemente é injusta devido ao fato do teor das estratégias políticas dos planos de apoio aos assentados.

Atualmente, num reflexo desse processo de modernização da agricultura que privilegiou um modelo de grande investimentos em insumos e equipamentos, com baixa absorção de mão-de-obra ao longo de todo o ano e, principalmente, pelo fim das relações parceria, colonato e moradia nas grandes propriedades, os municípios do Prata e Campo Florido possuem a maior parte da população vivendo nas áreas urbanas.

O processo de organização social que deu origem ao P. A. “Paulo Faria” tem origem num amplo conjunto de lutas e reivindicações levadas a efeito pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST em todo o Triângulo Mineiro, a partir de meados do ano de 2001 e que culminaram com a criação de vários assentamentos rurais na região como os PAs. Esse processo de organização dos trabalhadores rurais da região para reivindicarem o acesso a terra se, por um lado obteve sucessos pela criação dos assentamentos, por outro demanda uma contínua ação dos movimentos sociais, tendo em vista que as conquistas não são suficientes para atender à demanda dos milhares de sem-terra que atualmente encontram acampados e aguardando o tão sonhado “pedaço de terra”. É nessa perspectiva que, a partir de meados de 2003 lideranças regionais do MLST, com base em Uberlândia, passam a pressionar o INCRA para disponibilizar novas áreas para o movimento no sentido de atender à demanda de

²² Entrevista com Cigano 3

centenas de trabalhadores sem-terra, principalmente para os excedentes daqueles assentamentos já implementados, que já se encontravam vivendo em acampamentos por muitos anos. No entanto, a grande demanda por terra na região, o alto valor dos imóveis, a pluralidade de movimentos reivindicando terra e as dificuldades operacionais do INCRA em se antecipar aos movimentos, realizando desapropriações e criação de assentamento dificultava o atendimento às demandas do MLST, como de resto dificulta o atendimento e o cumprimento das metas de reforma agrária em todo o país.

É nessa conjuntura que o MLST além de continuar a pressionar o INCRA para a criação de assentamentos, busca se antecipar ao órgão buscando identificar imóveis rurais passíveis de desapropriação e/ou aquisição pelo governo para a implantação de novos projetos de assentamento. Como forma de pressionar o INCRA a vistoriar a propriedade as lideranças do MLST organizaram no início de 2004 uma ocupação imóvel por cerca de 290 famílias provenientes de vários acampamentos do movimento e por grupo de aproximadamente 50 famílias de ciganos que viviam nas proximidades do município do Prata.

Essa ocupação foi útil para aproximar, as lideranças do movimento com os proprietários, da fazenda que se mostraram dispostos negociar o imóvel com o INCRA. Com o início da negociação os trabalhadores optam por terminar a ocupação de forma que a propriedade pudesse ser vistoriada e o processo de desapropriação ou de eventual compra pudesse ter continuidade. Nesse sentido a ocupação durou poucos dias e não houve incidentes entre os trabalhadores e os proprietários e empregados do imóvel. Assim, os trabalhadores interrompem a ocupação e montam um acampamento na estrada que dá acesso à fazenda nas proximidades do distrito de Patrimônio do Rio do Peixe. O acampamento recebeu o nome de “Paulo Faria” em homenagem a uma liderança nacional do MLST que havia falecido recentemente. No decorrer desse processo o INCRA determina a realização de vistoria da propriedade como forma de verificar se a mesma cumpria a sua função social e se seria passível de desapropriação para reforma agrária.

A efetivação do assentamento P.A “Paulo Faria” somente foi realizada em 2005, mas, todo o trâmite, a entrada para acampamento, a negociação do INCRA, fazendeiro e intermediários, neste caso, organizadores do assentamento, os líderes propriamente dito. Todo esse processo foi realizado em pouco mais de um ano e meio, relativamente rápido para os padrões de acampamento e assentamentos que ser efetivam na região como na leitura em uma

das falas de uma das organizadoras sobre como aconteceu o processo de negociação (Camponês 2, 2014).

“[...] precisa é que o senhor faça a negociação com o INCRA e se o senhor negociar com o INCRA nos saímos da fazenda, ai ficamos lá, e assim nos fizemos, nos entramos na sexta, sábado domingo e segunda, e na terça ele entrou em contato com o INCRA, ai ele falou que na terça ele tinha dificuldade de marcar com INCRA e falei se eu marcasse, na hora liguei e marquei para o dia 9 de junho de 2004, ai e ele foi na reunião no dia 09 isso deu em uma sexta feira, se não me engano, ai abriu negociação e abriu vistoria, avaliação e tudo, isso na sexta e quando foi no domingo a noite saímos da fazenda, eu falei isso para ele, se abrisse a negociação. Ai desmontamos tudo e ele deu tudo, ônibus caminhão, ne pra gente levar os trens numa boa, ai juntou jagunços ali menino.... é era ele que queria vender, os fazendeiros da região rapaz!!! E ele falou que a fazenda é minha, é ninguém entra e bati em ninguém em minha terra e eu tenho um acordo com aquela menina. E vou manter, e ninguém entrou!!, mas nois arrumando para sair²³. ”

Neste trecho percebemos como o processo negociação de se torna mais flexível quando há o interesse em se desfazer da propriedade por parte do dono da fazenda, por outro lado o intermediário na figura de um dos líderes dos assentados se torna protegido do proprietário, desta forma um acordo entre as partes se mostra claro na leitura e análise desta citação, afinal ambas as partes havia interesses no que se estava acontecendo, por outro lado é notável a coragem de pensar em entrar em terras alheias e requerer a desapropriação de determinadas glebas, haja vista, que esta região ainda mostrava pouco incipiente na determinação de acampamentos de movimentos socioterritoriais e o pavor de alguns proprietários já faziam a mobilização de agentes patrimoniais, para que não diga “jagunços” para a segurança de suas terras. Como na fala de (Camponês 2, 2014).

“Veio ônibus... depois fez com alguns fazendeiros da região que viu que nos era pessoa diferente, e veio aqui na fazenda e me convenceram que deveria colocar segurança senão que iria virar uma desgraceira tudo. Vinham ônibus [...] Um serviço de jagunçagem, que já foi denunciado em audiência pública, muito sério isso. E já houve uma ação de ministério público que prendeu

²³ Entrevista com Camponês 2.

muita armas de grosso calibre aqui nas fazenda, assim é meu rapaz o negocio aqui é muito serio aqui.²⁴

O terror generalizado e o medo de invasão era onipresente, e um simples ato poderia ter gerado consequências desastrosas que a história dos movimentos de acesso a terra nos conta em detalhes, se não fosse um detalhe, todo o processo foi negociado de forma a atender os interesses de cada lado e cada passo foi previamente estudado e definido conforme iam evoluindo as negociações, pois, houve em um primeiro momento a procura e os interesses de corretores em vender a fazenda, devido as dimensões e proporções que se faziam ao imóvel, poderiam tomar algum tempo para real efetivação da concretização da venda, diante disto,

[...] quando eu fiquei sabendo desta fazenda, foi através de um corretor de imóveis, que ele falou “você quer uma fazenda grande?”...ele que era amigo da gente, “então, eu tenho uma lá no Prata que o cara tá vendendo²⁵”.

A partir daí a evolução para se tornar um assentado, se mostra na fala seguinte da mesma organizadora com o proprietário das terras:

uai, menina... “se você trazer isto tudo escrito e assinado pelo INCRA, eu vendo a fazenda para você” – mas ele não falou dessa forma, né? E disse que não tinha garantia que isso era verdade. E disse que “você não tinha competência para isso”. Aí eu disse que não se tratava de garantia. Eu trago a garantia de compra. Se eu trazer a garantia, me vende a fazenda? “Opa! Eu vendo”. Eu falei “escreve ai, essa fazenda vai ser minha eu vou comprar ela”, e saí dela e peguei uma carona no mesmo dia e fomos para Belo Horizonte. Que fez? Cheguei lá e falei com o Superintendente que era muito amigo da gente e disse para ele “eu quero que o senhor faz isso e isso para mim”²⁶

Os pontos se mostram acordados em atender a demanda da terra para o assentamento, a linha de frente da ocupação aguardava as ordens que poderiam surgir a qualquer momento por parte dos organizadores do movimento (CAMPONÊS 2, 2014):

²⁴ Entrevista com Camponês 2.

²⁵ Entrevista com Camponês 2.

²⁶ Entrevista com Camponês 2.

Aí saímos da fazenda...quando foi...e o INCRA avisou que iria fazer a vistoria da fazenda em setembro de 2004... quando foi no dia 11 de novembro de 2004, ele fizeram a reunião e fechou a negociação da fazenda. E aí...mas quando ele viu que o negócio era sério e bom, ele me chamou lá no escritório e falou o “A. R., só vou negociar a fazenda com você se você ‘negociar’ e ‘encaminhar’ mais duas fazendas com você”, e falei “dá cá”. Que hoje é o assentamento 21 de abril hoje, entendeu, é lá pertinho é 18 km dali indo para Veríssimo, duas fazendas que eram a Maribondo e a Santo Antônio e falei “da cá, meu fí, cêta bobo, é lógico que eu quero. Ele tem mais três aqui em Comendador Gomes. Que, inclusive, uma que os cara acampou e não deu negociação que os cara não eram gente séria.²⁷

Atendidos todos os trâmites legais, houve a concretização do assentamento, no ano de 2005. A terra foi comprada e os lotes distribuídos. A citação anterior destaca o termo “gente séria”, termo usado por um dos organizadores para se referir a outro organizador do assentamento que era visto com certo receio quanto a sua conduta, idoneidade, moral, honestidade e modos de agir (mas não adentraremos em tal questão). Analisamos que a fala de um dos organizadores não representa todos os organizadores. Exatamente isto que procuramos mostrar: no assentamento não houve apenas um organizador, mas vários, em torno de seis a sete membros organizadores. Muitos destes em destaque em nossas entrevistas, mas não se mostram como organizadores. Alguns, assentados ainda. Outros, venderam os direitos sobre os “seus” lotes; outros, são atuantes do legislativo municipal de cidades importantes e possuem lotes; outros, na administração indireta.

Percebemos que a atual conjuntura de alguns lotes – ter ou não infraestrutura – resume exatamente nessa questão da premissa inicial de organização do assentamento. Fala-se muito em distribuição de lotes por afinidades e por compadrios, mas, na realidade, o que percebemos é que esses organizadores, já experientes de outros processos, compactuam para o referido assentamento. Cada um começa a chamar pessoas de seu círculo, que tenha, talvez, a ideologia do movimento. Assim, gera-se realmente uma distribuição por afinidades e os que se mostravam pouco representados ou sem apoio ficaram com os lotes ruins (terras mais fracas). Visualiza-se isto no campo realizado.

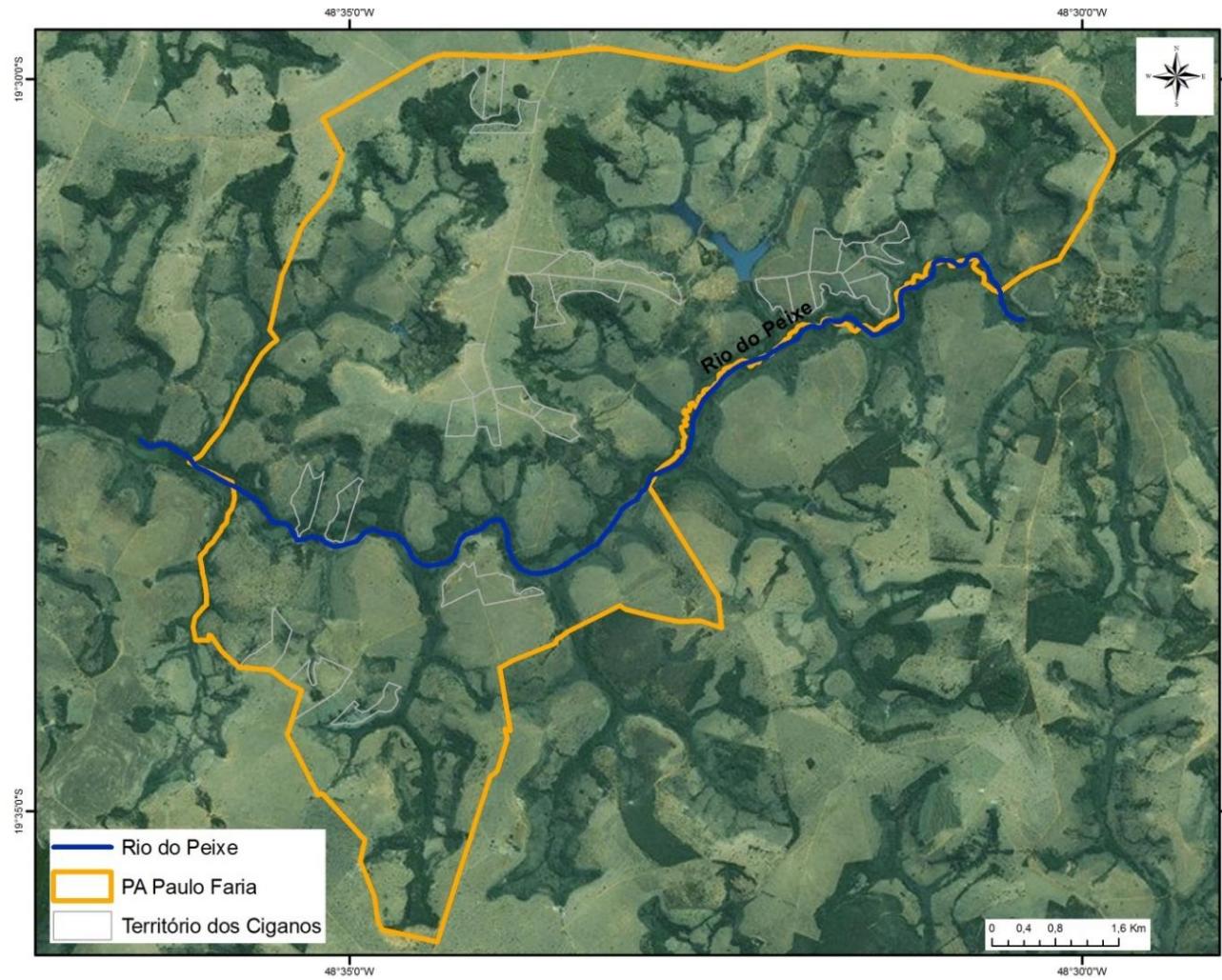
²⁷ Entrevista com Camponês 2.

Talvez a essência do assentamento – o processo de busca de terras, o acampamento, a negociação, a militância, as noites de frio e mal alimentadas – passa despercebida, o assentamento em si não seria tão interessante, e sim a pilhagem que se faria com isto. Assentados abandonariam seus lotes por falta de condições de cuidar, fatores diversos obrigariam muitos deixariam seus lotes – tudo previsível. Ressalta-se a negociação de lotes a preços variados e altos, inclusive por vizinhos fazendeiros da região e legisladores com cargos de vereadores.

No meio desse jogo, aqueles que tinham um sonho de ter um pedaço de terra para tocar suas vidas. Retornar ao campo e ter no fundo da casa uma horta, alguns pés de mandioca, um porco na engorda, galinhas a pôr ovos, a vaca de leite para fazer queijo, estes se veem em uma guerra de interesses e uma especulação imobiliária que acontece por parte de muito dos ex-organizadores.

Esses organizadores colocaram aqueles do seu grupo em locais que eram interessantes, se olharmos as várias cartas do processo de loteamento, podemos analisar que depois de definido os assentados, três ou quatro redimensionamento foram feitos para atender as demandas. Observe-se no mapa 04.

Mapa 04 – Assentamento “Paulo Faria”: Localização dos lotes dos Ciganos



Fonte: INPE.Org.: BORGES, FRANCO ANDREI, 2015.

Alguns lotes se localizam em áreas bem íngremes, com terrenos com alta declividade. Por outro lado, uma grande parcela dos ciganos ficou em áreas privilegiadas na distribuição dos lotes. Nos loteamentos e os territórios ciganos, alguns lotes estão claramente na chapada e com boa distribuição hídrica. Muitos desses lotes estão em divisas com as grandes propriedades rurais da região, como no mosaico 02, que mostra colheitadeiras de um lado próximo à divisa de lotes de assentados ciganos, ou a estrada que separa o assentamento da grande propriedade, a devastação causada pela derrubada de árvores e o impacto nas nascentes em lotes deassentados.

Mosaico 02– Assentamento “Paulo Faria”: Vizinhos da grande propriedade (lado verde, assentados)



Fonte: BORGES, Franco Andrei, 2015.

A terra passa a ter um papel essencial na vida dos Ciganos, já que, por meio do título de posse, os Ciganos conseguem se adequar a leis. Leis estas que impediam ou dificultavam o transporte dos animais, já que são necessárias guias de transporte de animais para ir de um município para outro e principalmente de um Estado para outro. Observamos atropa de animais saindo de Minas Gerais para Goiás na Fotografia05.

Fotografia 05 –Assentamento “Paulo Faria”:Triângulo Mineiro - Animais destinado ao comércio



Fonte: Trabalho de campo (2013).BORGES, FRANCO ANDREI, 2013.

No caso dos cavalos e muares, o deslocamento desses animais não era anteriormente problema, era mais facilitar com a sazonalidade das andanças, em função dos meios de vida. No entanto, as leis sanitárias modificaram esse costume, já que foi imposta a emissão de Nota para transporte e propriedade de terra para emissão das notas.

E para conseguir a guia, é necessária a ligação legal com a terra (ser dono ou arrendar). Era muito oneroso para os Ciganos obterem terra, então o movimento permitiu de forma mais “fácil” a adequação à legislação. No próximo item compreende-se como são as territorialidades dos Ciganos.

3AS DIFERENTES TERRITORIALIDADES DO ASSENTAMENTO “PAULO FARIA”

3.1 Territórios Camponeses e Ciganos:

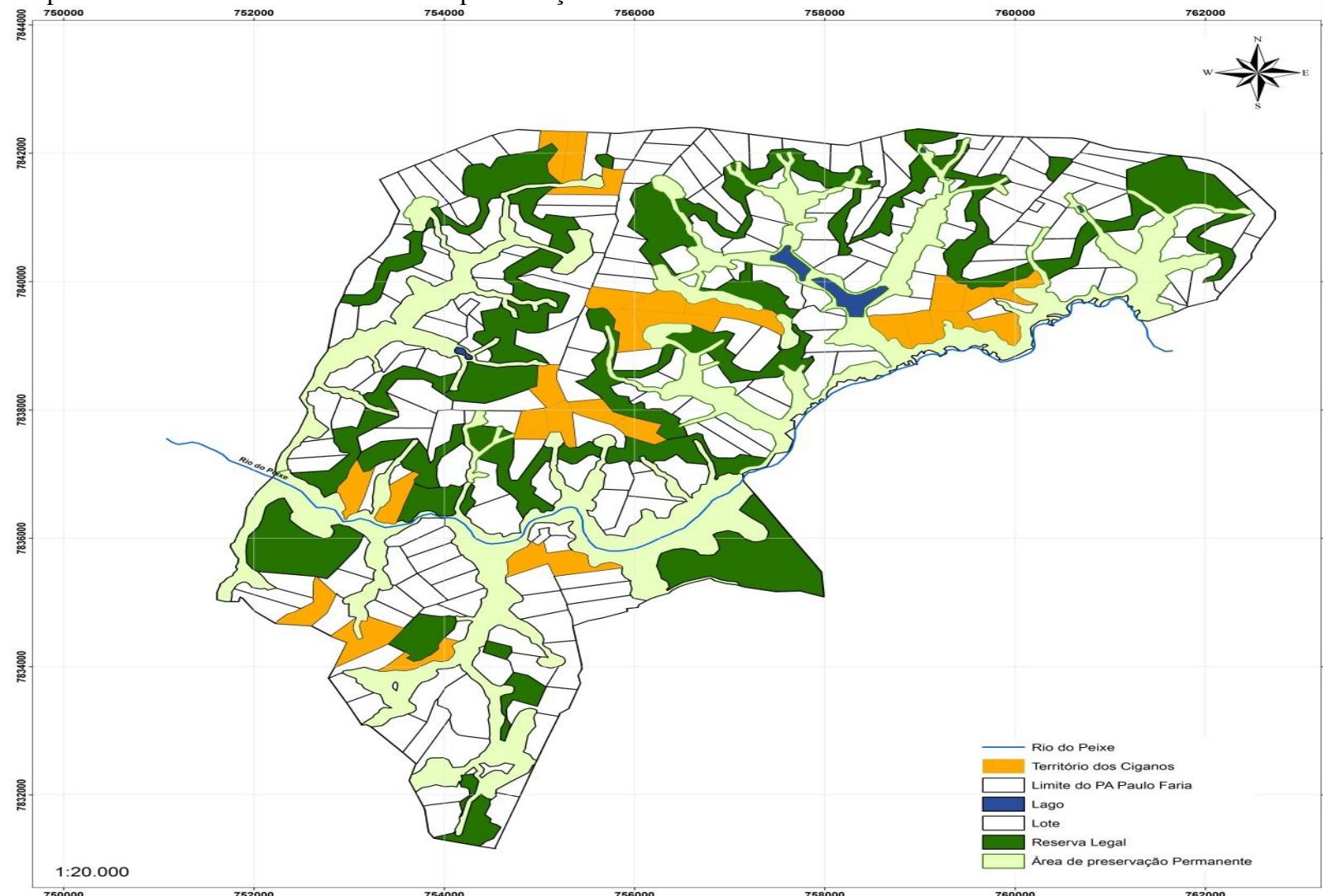
Neste item, vamos tratar das relações entre os Ciganos e os Camponeses “residentes” no P.A. “Paulo Faria”. Entendemos que seja importante a compreensão das relações sociais existentes no assentamento, já que os dois grupos são bem distintos.

Percebemos a apropriação da área de estudo ao observar os grupos territorializados no assentamento, os quais “lutam” pela concretização do território. Como falamos anteriormente, o assentamento P.A.“Paulo Faria” é dividido em dois grupos: de um lado, os Ciganos que “deixam” seu modo nômade de viver, com seus territórios móveis, para se estabelecerem em territórios fixos.

Os Ciganos carregam consigo uma lógica de organização diferente, inerente a seu meio e à sua coletividade – com os laços familiares fortes, por exemplo. Com essa organização, o grupo de Ciganos acampados, conseguiram os lotes e ficaram próximos entre si, gerando uma vizinhança geograficamente fronteiriça entre amigos e ou parentes.

De outro lado, ficam os posseiros, camponeses expropriados do campoque, por processos de conduta governamental (principalmente de ordem econômica e política), são tirados de seus meios de produção e de sobrevivência. Como ocorreu com a expansão das monoculturas no cenário do Cerrado brasileiro promovido pela Revolução Verde, que os levou em direção aos centros urbanos. Agora, retornam ao campo na forma de “assentados”. É o que se pode observar no mapa 05.

Mapa 05 – Assentamento “Paulo Faria”: Espacialização dos lotes



Fonte: SUPRAM Uberlândia, 2014. Org.: BORGES, Franco Andrei, 2014.

Parte desse grupo se mantém em movimento por meio das lutas por acesso à terra, como os movimentos socioterritoriais, na tentativa de serem instalados no campo que, outrora, os abrigou. A região do Triângulo Mineiro também é foco de tensão na luta pela terra, principalmente em função da atuação desses diversos movimentos sociais.

De acordo com os dados do DATALUTA (2013), entre os anos de 1990 e 2015 a região do Triângulo Mineiro foi palco de 235 ocupações de movimentos de luta pela terra, destacando-se o município de Uberlândia, que teve o maior número de ocupações, totalizando 54 dessas ocupações; logo em seguida, tem-se o município de Prata, com 19 ocupações, sendo seis somente entre os anos de 2009 e 2013. Portanto, fica claro que a luta pela terra na região é fator determinante da movimentação e conclusão de vários assentamentos efetivados, onde muitas famílias tiveram a conquista de seus lotes.

3.2 Produção e meio de vida

Analisamos a forma de produção e que tipo de produção é praticado pelos Ciganos no assentamento e pelos camponeses. Compreendemos que ambas as formas de produção se enquadram na produção familiar. Esse fato é de extrema importância, pois, o fornecimento de alimentos (principalmente hortifrutí) são originários dos agricultores familiares.

Os agricultores familiares, são aqueles que, ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para sua subsistência como para o mercado. Assim, a produção no Plano de Assentamento “Paulo Faria” é orientada para a satisfação das necessidades e desenvolvimento das famílias. Nesse sentido, o conjunto de mecanismos de políticas públicas, que envolvem desde a Reforma Agrária até o crédito, estes são aspectos essenciais para garantir que os agricultores familiares ampliem suas potencialidades por meio de projetos e estratégias de crescimento.

Os ciganos do assentamento “Paulo Faria” focam suas atividades na produção de leite através de matrizes que foram compradas com recursos próprios e outras com recursos como do PRONAF. Desta forma os meios produtivos dos ciganos giram em torno de pecuária leiteira, investiram no tanque de resfriamento como podemos observar na Fotografia 06, o tanque está localizado no lote do assentado cigano. Já outros ciganos arrendam o pasto como

forma de obterem renda, inserem também nestes pastos, cavalos, mulas, éguas que são destinados ao comércio com outros proprietários ou para catira com outros animais de menor valor ou veículos, que geram parte da renda dos referidos sujeitos.

Fotografia 06 – Assentamento “Paulo Faria”: Tanque de resfriamento de leite: assentado cigano.



Fonte: Trabalho de campo (2014). Autor: BORGES, Franco Andrei, 2014.

De acordo uma das coordenadoras, 108 famílias – e entre estas, ciganos – conseguiram recursos do PRONAF do grupo A, na ordem de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais). Alguns mais de uma vez²⁸. 101 famílias, também contabilizando família de ciganos entre os mesmos, conseguiram também recursos do PRONAF mais Alimentos, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), os quais foram destinados aos mais diversos fins, sendo que alguns – como essa coordenadora – prefere seguir a real destinação para que os recursos são efetivados, tendo em vista evitar transtornos futuros.

A Agricultura Familiar abrange diferentes públicos, conforme consta na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), formulada pelo Departamento

²⁸ Referimos ao PRONAF mais de tipos diferentes (PRONAF Mulher, PRONAF Jovem)

de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Assim, a atuação do assentado abrange o conceito de buscar respostas aos problemas; adequar meios estruturais à realidade e priorizar ações sociais, culturais e políticas no cerne do cotidiano das comunidades rurais, o que pode gerar conflitos ideológicos devido ao não entrosamento de grupos – como os Ciganos e os camponeses (PNATER, 2004).

Segundo Wanderley (2004), o agricultor familiar constrói a sua história no emaranhado campo de forças e interesses que envolvem a agricultura e o meio rural, no sentido de adaptar-se aos desafios do desenvolvimento rural, propostos pela modernidade. Assim partimos para compreender os ciganos e seus territórios no assentamento.

Assim percebemos que o principal recurso advém do PRONAF, já que é por meio desse recurso que os camponeses e os ciganos conseguiram investir em seus lotes, seja na construção de moradias, investimento em gado, genética e equipamentos.

3.3 Os Ciganos e suas territorialidades

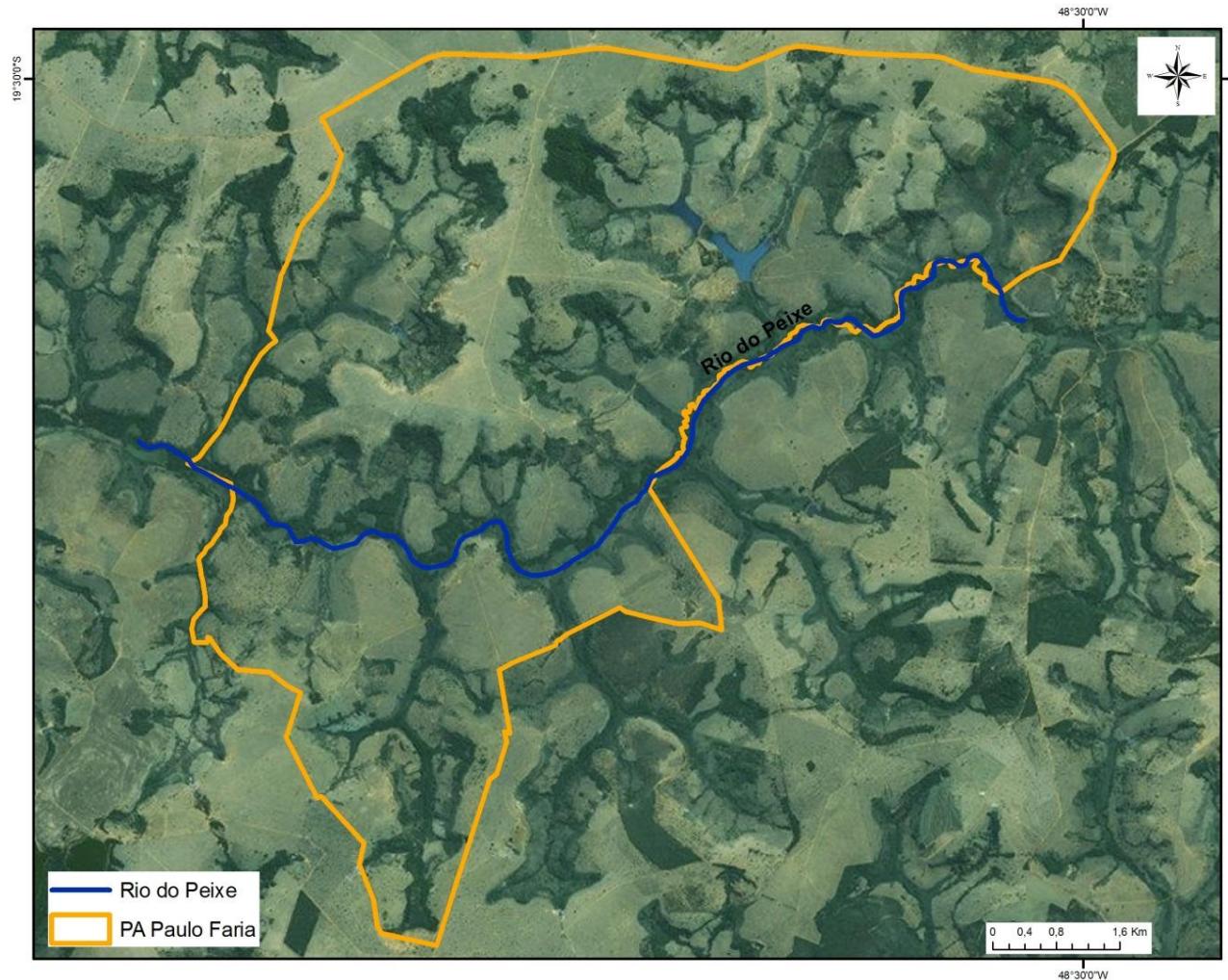
Durante a vistoria do INCRA no início da implantação do P.A “Paulo Faria” constatou-se um total de 23 pessoas vivendo no imóvel. A conclusão da equipe de vistoria do INCRA, no entanto, não contemplou as expectativas dos acampados, uma vez que o imóvel foi declarado como produtivo, conforme se pode observar pelo trecho transcrito a seguir.

Os dados apurados para aferição do Grau de Utilização da Terra (GUT) e da Eficiência na Exploração (GEE) comprovam que o aproveitamento do imóvel é racional e adequado. No que concerne às disposições que regulam as relações de trabalho, a propriedade as atende, uma vez que o assalariado do imóvel possui carteira de trabalho e previdência social registrada.... Em função do imóvel rural Taquara, atender ao que determina o art. 9º da Lei nº 8.629/93 e art. 2º da Lei nº. 4.505/64 (Estatuto da Terra) a sua classificação atual é de **Grande Propriedade Produtiva**, portanto não passível de desapropriação. Para que o imóvel seja objeto de assentamento de trabalhadores rurais sem terra é necessário a sua aquisição considerando-se o decreto 433 de 24 de janeiro de 1992, que trata da compra de imóveis para fins de reforma agrária ...” (INCRA, 2004, p. 29-30, grifos do original).

Ao tomarem conhecimento dos resultados do Laudo de Vistoria e Avaliação do imóvel, os Camponeses e os Ciganos passaram a pressionar o INCRA para que realizasse a sua compra, uma vez que a expectativa dos trabalhadores era grande e não havia outros imóveis na região com capacidade para o assentamento do mesmo número de famílias. Os técnicos do INCRA estimaram a capacidade de assentamento do imóvel em cerca de 250 famílias, e o seu valor total em R\$30.532.931,33 (Trinta milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e trinta e um reais e trinta e três centavos). Em virtude do alto valor da propriedade e do que isso significaria em termos de custo médio por família, a direção estadual do INCRA reuniu com as lideranças do MLST para apresentar as dificuldades de aquisição do imóvel, informando que o número estimado de beneficiários pelo Laudo de Vistoria seria muito pequeno em relação ao preço a ser pago. Após muita pressão do movimento social, que buscou apoio em lideranças estaduais e nacionais, o INCRA aceitou adquirir o imóvel para o assentamento de 310 famílias. A elevação do número de beneficiários apresentou-se como uma alternativa, ainda que frágil, para reduzir o custo médio por família assentada. E, em certa medida, justificar o investimento de recursos públicos no projeto.

Os Ciganos dentro de seus lotes se estabeleceram em um perímetro de domínio, uma área dentro de outra maior, que caracteriza um território específico, é visto e respeitado pelos demais assentados ante fronteiras físicas e simbólicas, dentro da lógica de um espaço peculiar de domínio. Isso é demonstrado no Mapa 06.

Mapa 06— Assentamento “Paulo Faria”: Perímetro do assentamento



Fonte: Supram; Uberlândia, 2014.Org.: BORGES, Franco Andrei, 2014.

Ao mesmo tempo, por extensão, para aqueles que usufruem deste espaço, o território inspira a identificação positiva e a efetiva “apropriação”. Território, em qualquer acepção, está relacionado ao poder, mas não apenas ao tradicional, mas ao político. O território é sempre múltiplo. Para Haesbaert (2005), está inserido em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaco, e a territorialização deve ser trabalhada na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, incorporados pelos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos, como é o caso do Assentamento “Paulo Faria”. Este agrupa espaços, sendo alguns deles posse de Ciganos, povos nômades que, nessa circunstância, fixaram moradia nessa localidade específica, trazendo sua própria identidade cultural, seus modos de vida e seus recorrentes significados, no intuito de garantir sua sobrevivência.

Desta forma, entendemos que os Ciganos possuem processos intrínsecos e únicos de sobrevivência e de organização. Principalmente nos aspectos culturais, mostram-se fechados em si mesmo, pois seus processos tradicionais (vestimenta, transporte etc.) caracterizam seu modo de vida. No entanto, em outros aspectos, por meio de contatos e interesses comerciais e laborais, mostram-se abertos a processos comuns, como se observa nos relatos das entrevistas. Percebe-se que os mesmos estavam sempre em contato com o campo, por meio de um processo laboral de força de trabalho volante e sazonal, como indica fragmentos da fala do entrevistado Cigano (2014): “[...] Meu irmão e eu já ajudava a mexer com gado; se tivesse serviço, nós fazia. Aqui mesmo nesta região, já trabalhei desde a colheita de “arroiz” quebrando “mit²⁹”. Tem-se, assim, interação entre grupos de distintos sujeitos, mas com interesses comuns. Com isso, partimos para a compreensão das territorialidades dos ciganos.

Conforme Haesbaert (2005) deve-se primeiro distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem – sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas ou instituições.

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para se estabelecer e permanecer no contexto geográfico no qual o ser humanoexpérience o mundo dotado de significados (HAESBAERT, 2004 *apud* SACK, 1986, p. 219).

²⁹ Entrevista com Cigano 3.

Claude Raffestin(1993, p. 161) considera que a “territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”. Observamos tal fato nas reuniões dos Ciganos assentados, os quais interagem mais entre si que com os camponezes. Considerando o caráter identitário na compreensão do território, algo feito por Roncayolo (1986), nota-se que a territorialidade tem um sentido essencialmente coletivo dependedoras relações entre os indivíduos ou grupos que expressam um estatuto, uma expectativa, definindo-se em função do “outro” grupo ou indivíduos.

Portanto, todo território é (ao mesmo tempo e obrigatoriamente), em diferentes combinações, funcional e simbólico. Os sujeitos exercem domínio sobre o espaço, tanto para realizar trabalhos quanto para produzir significados relacionados, que justificam o uso da terra. O território é funcional, a começar pelo território como lugar de uso e vivência. Assim, para Guatari; Rolnik(1996),

os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

A questão dos Ciganos e suas relações sociais com os Camponeses no campo é objeto de estudo que podemos qualificar como singular. Essa dualidade Cigano-Camponês serve apenas para estes se afirmarem, ainda mais, em seus processos culturais – não se isolando, mas consolidando-se como Ciganos e afirmando isto por meio de um novo processo identitário – dos Ciganos camponeses.

Essa característica, desses sujeitos nômades, marca a sua sobrevivência no mundo globalizado e está ligada ao caráter da mudança da realidade social e econômica. Portanto, a identidade cigana está sendo reconstruída em diversos trâmites da vida social

para que haja condição de manter a cultura viva, mesmo sendo os ciganos assentados. Segundo o assentado Camponês 3:

Temos várias famílias ciganas, conheço todos [...], tenho ótima relação com eles, é a maior amizade. Bom demais de estar com eles, ótimas pessoas. Você só tem de saber de lidar com eles. A questão de produção, que eu saiba, não, são poucos que produzem; agora os outros, não, eles mexem mais com catira, né, continuaram o processo cultural; agora os que estão lá, estão produzindo lá.³⁰

No mundo moderno, as culturas regionais se unem para manter suas próprias identidades culturais. De acordo com Castells (1999), ocorrem em meio a um “processo de construção de significados, tendo como base a experiência de um determinado povo”. De acordo com esse autor, na perspectiva sociológica, toda e qualquer identidade é construída muitas vezes. A criação da identidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder. Por exemplo, uma “identidade de resistência”, caracterizada pela mobilização de agentes/sujeitos “[...] que se encontra em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência”. Na luta pela defesa de seus territórios e identidades, esses grupos foram reforçando o limite de “[...] resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável.” (CASTELLS, 1999, p. 22-25).

A relação com o território está intrinsecamente ligada à construção das identidades dos sujeitos. Há (re)construção das identidades e reafirmação de culturas, sendo estas a base das práticas sociais, das representações e das significações, mesmo que estejamos diante de uma reconstrução de territórios – que eram móveis – para a construção de um território fixo.

Os Ciganos são muito unidos entre si. Em nossas pesquisas de campo, observamos que os mesmos estão sempre em contato com os vizinhos no intuito de saber se precisam de ajuda e com os vizinhos do grupo Cigano. Percebemos que a união entre os membros Ciganos se faz mais forte ainda pelos laços de parentesco. Além de pertencerem ao grupo e aos processos culturais que são inerentes entre si, esses

³⁰ Entrevista com Cigano 3.

Ciganos, em sua maioria, são parentes entre si: sogros, cunhados, irmãos, pais e filhos, padrinhos e tios fortalecem o grupo.

Isto torna a comunidade cigana unida. Mas, nem por isso, livre de desentendimentos, como se observa na fala de um entrevistado Camponês:

“[...] Eles são um pouco assim... tão si matando entre eles e se você chegar lá para separar eles de briga, eles juntam os dois e te batem. Tem que chamar, dar um conselho, mas não entra na vida deles não. Eles sempre se defendem, entendeu? Se dá um problema para um ali, ele se mexe como um... mexe com todos igual maribondo; tem conversá, cabeça fria, primeira coisa... porque não se pode perder as estribeira de jeito nenhum. Pegar os líderes do grupo, os mais velhos, e chamar para a razão.³¹

Tudo é resolvido entre eles. São desconfiados, como cita nossa entrevistada:

a coisa fica feia, eles amarram os carros um dos outros e saem puxando, como forma de provocar o outro. O mais engraçado é que no final da tarde todos já estão conversando e rindo entre eles. Dá impressão que não fica mágoa entre eles, é só naquele momento. Mas não se deve entrar para separar brigas...³²

Entre os assentados Ciganos – em grande parte, assentados Camponeses –, poucos foram os que tiveram, na posse do lote, recurso próprio para dar início algum processo produtivo. Muitos desses assentados começaram motivados e produzindo hortifrúti como jiló, quiabo, pimenta, mas não conseguiram dar continuidade devido a uma série de fatores como planejamento, assistência técnica especializada, escoamento de produção, falta de recursos que não viabilizavam o processo.

Os Ciganos que tinham algum recurso investiram naquilo que sabiam fazer de melhor, como catira³³ e comprar, recriar e vender, cavalos, éguas, burros, catirar carros velhos. Alguns assentados produzem leite que é entregue à Cooperativa do Prata, devido

³¹ Camponês 4.

³² Camponês 5.

³³ Ato de trocar uma mercadoria por outra, recebendo ou não algum recurso a mais pela troca.

a investimento com recursos próprios. Outros Ciganos que possuem pouco ou quase nenhum recurso oferecem sua mão de obra dentro do assentamento ou fora, nas fazendas vizinhas, como peões de gado, ou mesmo nas colheitas sazonais da região.

Perguntamos a um entrevistado Camponês e assentado sobre o que os Ciganos fazem. O que nos possibilita ver que a coesão do assentamento é vista por muitos como um agrupamento e não como partes culturais separadas.

Eu tenho certeza que os Ciganos produzem sim, é uma coisa que tem de ter uma visibilidade, e nos desmitificar que o Cigano é aquele cara que vive debaixo de uma lona preta, que vive roubando galinha, porco...os que não produzem leite, mas eles criam muito, cavalos ou de gado; os que são trabalhadores, sobrevivem do jeito deles. Os peão de gado, tem gente que ajuda nesse ponto com eles, eles fazem catira dentro do assentamento mesmo: gado, cavalo, carraiada velha caindo aos pedaços³⁴

Pode-se observar que no lote de um assentado Cigano não se plantam lavouras de subsistência, como mandioca; não há frutas ou pomar plantados no quintal. Algumas ervas e condimentos são cultivados nas casas não são comuns. A maioria de barracas e tendas ciganas são praticamente idênticas em relação à divisão interna. AFotografia 07 mostra a tenda cigana com um pouco de lenha amontoado, uma carroça ao fundo e carros mais velhos frutos de catira.

Este despojamento, em não se ter ao fundo do lote pequenas hortas e animais, é um processo cultural intrínseco que remete às andanças, ao deslocar constante, ao levantar do acampamento a qualquer momento sem se ter em mente a preocupação de dar trato para galinhas, porcos, ou mesmo regar plantas. Ainda um processo que pode se perder com a sedentarização, mas algo recente para esses Ciganos.

O Cigano, quando precisa resolver algo como doença em família, casamento, visita a parentes, vão todos eles juntos. Não se tem a preocupação em deixar alguém para cuidar das coisas da casa. Principalmente em questão de doença, todos ficam a postos em hospitais. Mas, na atual conjuntura, alguns já se mantêm enraizados e com pequenos negócios que exigem a permanência e o cuidado, como observado em campo. A

³⁴ Camponês 2.

necessidade de deixar alguém tomando conta do gado de leite, por exemplo, já acarreta a necessidade de alguém ficar para trás ou se terá prejuízo.

Fotografia07-Assentamento “Paulo Faria”:Lote Cigano.



Fonte: Trabalho de campo (2014).Autor: BUENO, C. A., 2014.

Percebemos que as barracas dos ciganos são bem próximas umas às outras. Geralmente esses lotes não são dotados de infraestrutura básica, exceto energia elétrica (em alguns casos). Mas água tratada, tratamento de efluentes domésticos ainda não existe no assentamento. A água é retirada de cisternas escavadas a mão e o esgoto geralmente³⁵ é jogado em fossas negras,³⁶ o que poderia ocasionar em contaminação do solo e lençol freático.

³⁵ Utiliza-se se modo geral, pois em alguns casos não foi encontrado banheiro próximo às barracas.

³⁶ É o termo utilizado para os buracos abertos no chão, sem nenhum tipo de precaução em relação à contaminação do lençol freático.

Fotografia08-Assentamento “Paulo Faria”:Barraca cigana.



Fonte: Trabalho de campo (2014).Autor: BORGES, FRANCO ANDREI, 2014.

A Fotografia08 nos mostra outra barraca cigana, também com uma carroça e cavalo selado amarrados à cerca que servem para conduzir gado e também deslocar com maior facilidade entre os lotes de outros vizinhos. Algumas moitas de bananeiras, alguns frangos caipira e galinhas da angola ciscam no terreiro, à entrada da tenda que está coberta de esterco de gado leiteiro.

Entretanto, a mesma escassez de recursos afeta a todos os assentados. De outro lado, observamos que os assentados Camponeses estabelecem e reclamam para si um vínculo maior com a terra. Suas casas ou barracas são feitas de lonas –geralmente, aquelas lonas amarelas às quais sempre observamos nos acampamentos, lonas brancas feitas de fardos enormes de sementes ou sacarias de adubo.

Percebemos que os lotes destes assentados Camponeses diferem na questão do que é produzido. Mesmo que seja no fundo de casa, observa-se uma horta cercada no sentido de não sofrer com a interferência de galinhas e outros animais, árvores frutíferas, mesmo ainda incipientes (como caju), muitas moitas de bananeiras, carás, um pequeno

lago para patos, parreiras de uva e maracujá em formação nas cercas de tela, uma pequena quantidade de pés de milho granando para o consumo. Em alguns lugares, um porco engordando para carne e banha, muitas flores plantadas em vasos e outras tantas em formação para serem replantadas, como observamos no mosaico 03, que mostra um pouco do quintal de um assentado Camponês.

Mosaico 03–Assentamento “Paulo Faria”: Quintal de Assentado Camponês.



Fonte: Trabalho de campo (2014). Autor: BORGES, Franco Andrei, 2014.

Dentro do lote do assentado Camponês, observa-se que há, em alguns, plantações de subsistência como milho, feijão, mandioca, banana, maracujá etc. Muitos destes itens suprem as necessidades alimentares de muitos assentados. Em outros lotes de Camponeses, observamos que, além da falta de recursos financeiros que afeta drasticamente a todos sem distinção, a falta de otimismo e de perspectivas pode gerar em todos, uma apatia e desânimo total no grupo. Por outro lado, observamos em alguns lotes de Camponeses com a mesma condição socioeconômica dos demais – ou seja, quase nada – um processo que caracteriza os assentados: a família trabalhando em seu lote, com dedicação.

O mosaico 04 nos mostra um lago pequeno de peixes que serve como reserva de proteína para a família, e mostra um curral modesto e simples, apenas com alguns mourões que servem de sustento para os arames que cercam as vacas leiteiras.

Mosaico 04 – Assentamento “Paulo Faria”:Camponeses e desenvolvimento de seus lotes



Fonte: Trabalho de campo (2015).Autor: BORGES, FRANCO ANDREI, 2015.

Vê-se que um pomar com diversas árvores frutíferas em idade produtiva (mangueiras, abacateiros, bananeiras, laranjais etc.) reforça a oferta de alimentos. Soltos a ciscar no quintal, têm-se patos, galinhas de angola, galinha caipiras as quais fornecem ovos e também proteínas aos assentados. A organização dos pastos em forma de piquetes evita com que haja o pisoteamento do capim. O pisoteamento do capim ocasiona perda de massa alimentar para o gado e, com os piquetes, os manejos ficam mais organizados (cf. mosaico 05). Também, a vista de frente ao lote mostra a vizinhança da grande fazenda de monocultura, com suas terras aradas que contrastam com o verde dos lotes.

Mosaico 05-Assentamento “Paulo Faria”:Lote Camponês – organização e produção de alimentos (galinhas e frutas).



Fonte: Trabalho de campo (2015).Autor: BORGES, FRANCO ANDREI, 2015.

Observamos que a realidade rural do Brasil nos apresenta novos sujeitos nos embates políticos e de luta pela terra. Sujeitos que, antes, eram excluídos das literaturas sociológicas e geográficas, vêm apresentados agora em uma nova e magnífica roupagem, a de sujeitos que lutaram e conseguiram seus lotes de terra nos processos de Assentamentos propostos pelo INCRA. A partir daí, esses sujeitos (ciganos, quilombolas etc.), antes não sendo eram camponeses, “tornam-se camponeses”, passando a ter um discurso que busca soluções para as dificuldades enfrentadas individualmente e pela classe.

Vimos que estes sujeitos, Ciganos e camponeses, fundem-se no que autores Canclini(1997), nos apresenta como a fusão entre os que são e os que se tornam; ou, ainda, o sujeito pós-moderno de Stuart Hall, aquele que têm a capacidade de se adaptar diante das circunstâncias que o cerca.

Mesmo diante da condição de uma sociedade de dominação, de apropriação do espaço vivido, os Ciganos conseguem manter-se com suas tradições, seus processos simbólicos e culturais. Assimilam aquilo que lhes for útil, participam ativamente da construção e conquistas para o assentamento, sem que, com isso, percam sua identidade.

3.4 Mudanças e Permanências no Modo de vida do Cigano assentado

Muitos anos se passaram e várias coisas evoluíram na vida desses sujeitos; muitas transformações importantes ocorreram, tais como os avanços na saúde, na alimentação, etc. Por outro lado, quando se passa próximo ao acampamento Cigano, vê-se que na realidade destes, o tempo pouco mudou. Os Ciganos nômades ainda permanecem em sua diáspora pelo mundo, viajando de um lugar para outro. Conforme suas necessidades utilizam fogareiro ou fogão de lenha para preparar seus alimentos, algo observado na Fotografia 03. Eles usam roupas muito coloridas e ainda comercializam seus produtos – relógios, carros, utensílios domésticos, enxovais e cavalos.

Fotografia 09 –Assentamento “Paulo Faria”: Fogão a lenha – residência (2015)



Fonte: Pesquisa de campo (2015). Autor: BORGES, Franco Andrei, 2015.

A Fotografia 09 apresenta matriarcaproxima ao fogão. Observamos que o fogão a lenha continua a ser utilizado diariamente na propriedade: “*aqui nós não tem fogão a gás*

não, fazemos tudo aqui nesse fogão e difícil cozinha nesse fogão, mas pra comprágás temos que ir longe, ai prifiru esse fogão mesmo". Esse costume de cozinhar utilizando lenha continua bem vivo nos lotes ciganos, assim como permanece o comércio entre os mesmos.

Neste sentido, o comércio itinerante também faz parte do modo de vida dos Ciganos, já que eles compram uma mercadoria em um local e vendem em outro, mesmo residindo no assentamento. Como na leitura de Haesbaert; Barbara (2001), “o processo de constituição identitária de um grupo, portanto, é sempre de caráter relacional”. Ocorre, por isso mesmo, a partir da relação entre os que, de algum modo, são classificados e reconhecidos como semelhantes (mas não idênticos) e os “outros”. Já, segundo Souza (2013):

a relação identidade-território toma a forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo, tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do homem, aqui entendido como sujeito ou grupo social, com o seu espaço de vivência [...]. (SOUZA, 2013, p. 205).

Transferindo a reflexão de Souza para o campo, percebe-se essa relação nas espacialidades dos Ciganos, os quais vivem em grupo. Reforça essa ideia Costa (2014), quando afirma que:

a espacialidade é explicada por intermédio da organização dos grupos sociais onde se destaca as características de um modo de vida específico. Seguramente, resultante de articulações políticas, representadas nos lugares, como criações de sujeitos que construíram os seus territórios em função de suas necessidades, interesses ou preferências. (COSTA, 2014, p. 113).

Os Ciganos constituíram uma rede de territórios, o qual serve as suas necessidades de sobrevivência, reforçando assim seus modos de vida. De Acordo com Marques (2004), os modos de vida têm valores como a família, tradições, contato com a terra, como segue:

(...) um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valoress nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004, p. 145).

Como percebemos na pesquisa, por meio de um processo de construção, relacional e de relações imediatas se mostram diante de todos os processos vividos durante a permanência dos Ciganos em contato direto e efetivo com grupos Camponeses.

Em nossas observações em campo e diálogos com líderes do movimento e outros camponeses, é perceptível que, em muitas situações, os Ciganos estavam na linha de frente das negociações para a efetivação dos acampados – Ciganos ou Camponeses. Diante de situações em que se mostram as religiões e credos defendidos por muitos – como nas festas católicas em louvor à imagem de santos –, os Ciganos se mostram organizadores e festeiros, interagindo com os campesinos, mostrando-se como uma célula do grupo. Cada família com seus aspectos próprios, modos de condução de suas vidas, assim como sua cultura inerente e seus laços permanentes no campo e vínculo com a comunidade, o que observamos nos festeiros Ciganos na festa de São José, de 19 de março de 2014. Os Ciganos não se mostram como parte da comunidade, fora do período de festa, mas ela os reconhece como campesinos, por meio de uma construção de identidade que se forma comessa integração e reconhecimento do outro. Segundo, Kinn (2010),

é como parte da história do lugar, como conjunto de práticas e representações sociais, como expressão de um modo de vida, da produção dos meios de vida, material e imaterial de um grupo social que os símbolos ganham e (re)definem seus significados (KINN, 2010, p. 198).

Estes símbolos podem ser os mais diversos possíveis, como é o caso das lonas amarelas, lonas estas que diferem os ciganos dos Camponeses, que utilizam desde restos de materiais de construção como telhas de amianto, sacas vazias de armazenar sementes etc., o que é possível observar na Fotografia 10.

Fotografia 10 –Assentamento “Paulo Faria”: Barraca cigana (2015)



Fonte: Pesquisa de campo (2015). Autor: BORGES, F. A., 2015.

Assim, partimos para o P. A. “Paulo Faria”, onde foram construídas relações de amizade entre sujeitos e pesquisador. É possível compreender que o trabalho empírico tem um papel muito importante para poder conhecer a realidade da vida cigana. É nele que podemos ver o dia a dia dos sujeitos e, assim, entender como são/se dão as vidas dos Ciganos. Por meio da compreensão do cotidiano dos Ciganos podemos entender, por exemplo, onde as operações mínimas de matemática os marcam como grandes comerciantes.

No entanto, a tenda³⁷ é um ponto comum para todos os Ciganos e Camponeses, a partir do que se percebem como diferentes, pois todos os são, não somente os Ciganos. A tenda é um lugar de se aprender a viver e conviver com as diferenças, e também aprender com essas diferenças o respeito por cada ser como único em suas concepções, sejam elas

37 Este trabalho tenda e barraca são sinônimos. Serão utilizados os dois termos, pois como identificado no campo, alguns Ciganos denominam “Barracas”, outros “Tendas”. Assim, para manter essa dicotomia de termos, decidimos utilizar os dois termos.

políticas, culturais, sociais, religiosas, ou a forma de vivê-las – sejam em grupos, sozinho, etc.

Os ciganos passaram a residir em um local, com isso tiveram que se adequar/compreender essa dinâmica de viver em grupo, grupo este que agora não é formado somente por ciganos, agora tem em seu território outras pessoas as quais fazem parte/compõem o assentamento P. A. “Paulo Faria”.

Ao mesmo tempo, por extensão, para aqueles que usufruem deste espaço, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva (apropriação). Território, assim, em qualquer acepção, está relacionado ao poder, mas não apenas ao tradicional, mas ao político (HAESBAERT, 2005).

Segundo o autor:

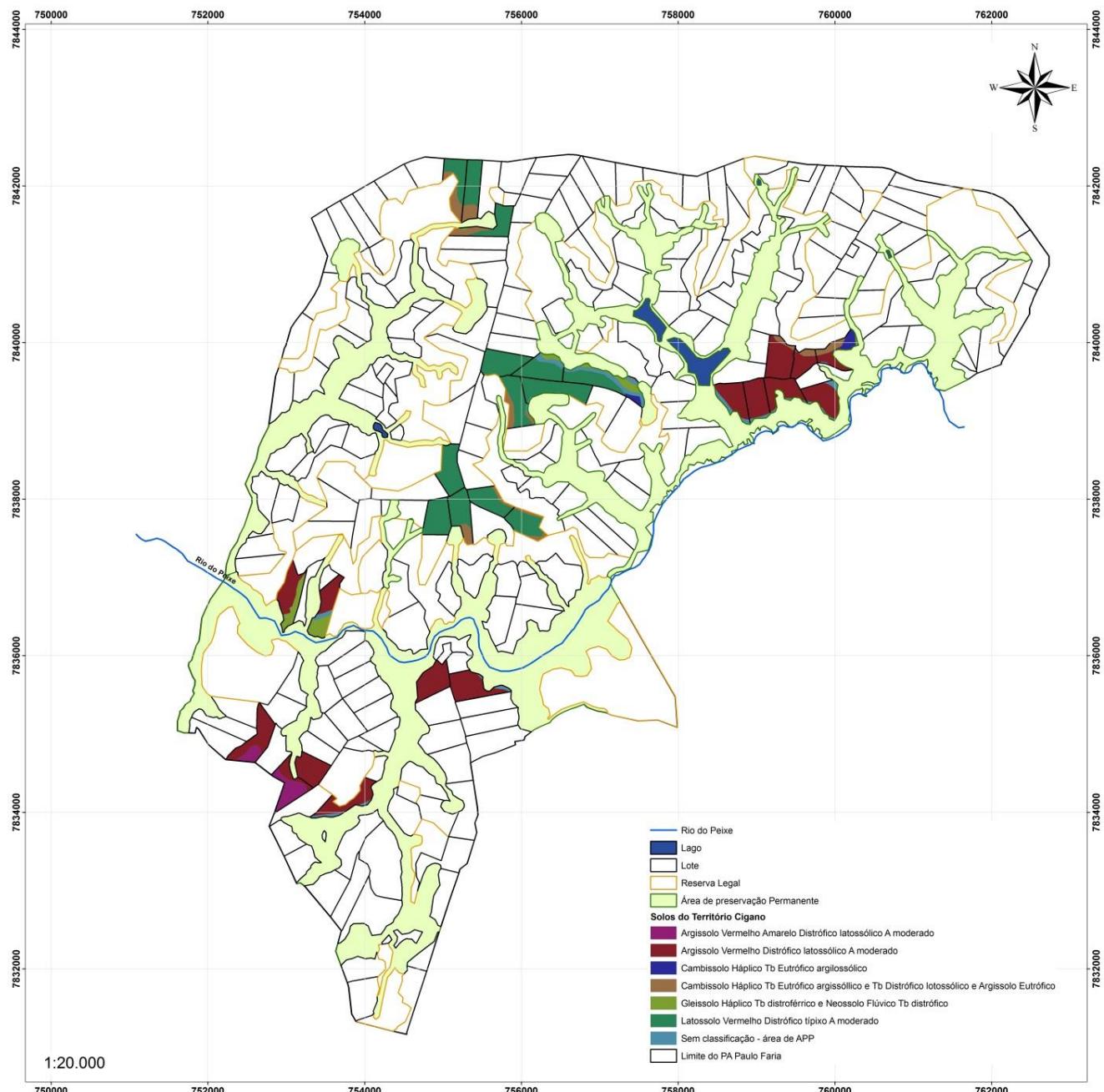
o uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica ‘apropriação’ e não ‘propriedade’. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412 *apud* HAESBAERT, 2005, p. 67).

O território é sempre múltiplo. Para Haesbaert (2005) está inserido em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espacó, e a territorialização deve ser trabalhada na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, incorporados por meio dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. É o caso do Projeto de Assentamento “Paulo Faria”, que agrupa espaços e alguns destes são posses de Ciganos, povos nômades que, nessa circunstância, passaram a fixar moradia nessa localidade específica, trazendo para sua própria identidade cultural os seus modos de vida e seus recorrentes significados no intuito de garantir sua sobrevivência. Por isso, conforme o autor, deve-se primeiro distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, ou mesmo instituições como a Igreja.

Para se estabelecerem no Projeto de Assentamento, os Ciganos “tiveram” que unir-se a grupos de luta pela terra e, por isso, vivenciam a adaptação de sua identidade

cultural a uma nova realidade, pois o uso da terra é uma forma básica pela qual os homens se territorializam, desenvolvem atividades econômicas, implantam estruturas e sistemas de fixação. O uso da terra é cada vez mais normatizado e regulado face às exigências sociopolíticas, bem como ambientais. Como exemplos dessas formas de normatização/regulamentação de uso têm-se nos zoneamentos de planejamento e gestão territorial; nas áreas urbanas, destacam o estatuto da cidade e os planos diretores municipais; no campo, destacam-se os zoneamentos agrícolas, a demarcação de territórios étnico-culturais e a criação de áreas de preservação. O Mapa 07 elucida essa questão.

Mapa 07 – Assentamento “Paulo Faria”: Zoneamentos de planejamento e gestão territorial



Fonte: SUPRAM Uberlândia, 2014. Org.: BORGES, Franco Andrei, 2014.

Ocorre que nem sempre o que é normatizado é o que vigora efetivamente em tais territorialidades. Como exemplo, tem-se o INCRA, que tem como diretrizes a democratização do acesso e do direito à terra de maneira a implementar a reforma agrária por meio de estratégia que envolve a implantação de assentamentos sustentáveis em áreas compradas pela da União, regularizando terras públicas.

As terras desocupadas são destinadas para pessoas que possuem vínculo com a área rural, promovendo uma gestão mais organizada e justa da estrutura fundiária do Brasil; tudo isso, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, para que ocorra uma desconcentração da estrutura fundiária, atualmente composta em sua imensa maioria por latifúndios³⁸. No entanto, percebemos que essa “democratização” não é exercida 100% no P. A. “Paulo Faria”.

Nem todos os assentados tiveram acesso aos recursos para construção de uma nova casa em seu lote. Casa esta propiciaria mais conforto para os assentados. De acordo com o Cigano 3:

Cadê o dinheiro que disse que tava pronto para nossas casa e cadê o dinheiro de nossas casas? Cadê ele? Não existe mais. Cadê o fomento de 3200? Depois que a Dilma entrou e sumiu, esse documento tá assinado com o povo do INCRA, não foi repassado. Eu tive participação, cansaram de falar para nós, eu fui no INCRA, não foi ninguém que fez para nós. Fizeram cotação com aquele cara lá do Uberlândia, trouxe cerâmica, todo mundo escolheu o tipo da casa, o tipo de material, nós todo mundo escolheu, escolhemos o material, foi barrado e não saiu. Entramos nesse negócio da Minha casa Minha vida, não saiu, tem problema que esses políticos forte lá em cima que tá esbarrando aqui. Eles não falam claramente porque esse negócio aqui... aqui foi falado que esse dinheiro do INCRA não ia ser mais liberado para o assentamento, aí o cara que trabalha que esse negócio de Minha casa Minha vida disse que até dezembro de 2013 ano passado ia sair, mas topei de novo e disse que foi barrado, mas tá tentando organizar... tem uns trem, queria pegar os negócios que eu assinei, se eu pegasse e comprasse metade em tijolo em metade de tijolo, já tinha feito minha casa, a casa do amigo tá para sair³⁹.

Além da distribuição desigual de verbas, percebemos que, em muitos casos, permanecem vínculos comunais e representações que contrariam as territorialidades em

38 Um resumo do papel/função do INCRA.

39 Entrevistado com Cigano 3.

implantação. Há um “conchave” para certas pessoas ficarem próximas uma das outras. Em muitos destes casos, a configuração territorial não se coaduna com os processos econômicos e ou com as representações (HEIDRICH, 2012). Trazendo a citação de Heidrich para no loco de estudo, constamos que os ciganos ficaram bem próximos um dos outros, facilitando as conversas. Registrarmos uma dessas conversas na Fotografia 11, na qual, observamos os Ciganos negociando gado.

Fotografia 11–Assentamento “Paulo Faria”: Conversa para vender gado (2014)



Fonte: Pesquisa de campo (2015). Autor: BORGES, Franco Andrei, 2014.

Em conformidade ao que está sendo explanado, Haesbaert (2004) complementa que o geógrafo deve pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, ou seja, fundamentais para que sejam compreendidas as práticas humanas.

Nesse raciocínio, há outro aspecto que deve ser destacado: a identidade cultural⁴⁰, relacionada e premente ao processo de fixação do território pelos Ciganos. A característica nômade é o que marca a sua sobrevivência no mundo globalizado, e está ligada ao caráter da mudança da realidade social e econômica; portanto, a identidade cigana está sendo reconstruída em diversos trâmites da vida social para que hajam condições de manter a cultura viva. O exemplo da “fixação” dos ciganos pode ser observada na Fotografia 12.

40 Oliveira (2004, p.131) afirma que identidade cultural seria uma espécie de “sentimento de pertencimento”.

Fotografia 12 –Assentamento “Paulo Faria”: Lote Cigano: construção da casa pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)



Fonte: Pesquisa de campo (2015). Autor: BORGES, Franco Andrei, 2014.

No Assentamento “Paulo Faria”, esta premência destaca-se em dois grupos distintos já referenciados e, neste estudo, fala-se dos Ciganos. Analisar o processo de fixação do território desse grupo cultural é entender que o território é um elemento preponderante na (re)construção das identidades e reafirmação de culturas, sendo a base das práticas sociais, das representações e das significações.

Os ciganos que estão no assentamento, mesmo não deixando seus costumes de lado, passaram/modificaram certos ideais. Por exemplo, agora depois de assentados, construíram casas de alvenaria e colocaram móveis, o que antes era algo impensável. Outro ponto importante e que mudou a vidas dos ciganos, foi que, com a legitimação da posse da terra, os ciganos conseguiram se cadastrar na Secretaria Estadual da Fazenda, o que agora os permite emitir guias de venda de animais.

Neste item, obteve-se a oportunidade de analisar parte de como estão os modos de vida Cigana e a sua relação com a identidade. Tentou-se contribuir para a produção de uma

melhor maneira de inserí-los, de forma mais humana, no espaço, o qual utilizamos a Geografia para explicá-lo. Muitas questões que ainda vão ser trabalhadas na realidade dos Ciganos podem ser estudadas junto à Geografia como meio de contribuição com os povos Ciganos. Devido aos estigmas que sofriam, andavam em povoados e fazendas sem querer mostrar muita presença, como exemplifica Borges (2010), ainda jovem, a respeito das lembranças de caravanas ciganas que passavam na fazenda de seu pai Manoel Horácio Salgado.

Os Ciganos chegavam, com as tropas de éguas, mulas e cavalos, pediam permissão para armar acampamento – geralmente para pernoite, outras vezes eram para passar algum tempo. Chegavam muito magros, com muitas crianças sujas, mas mesmo assim com suas vaidades – roupas brilhantes, as mulheres com muitos adornos. A depoente relata que, enquanto os homens Ciganos conversavam com seu pai e tios, as mulheres Ciganas iam logo ao encontro de sua mãe, Senhora Maria. Pediam “banha” para cozinar, sabão para lavar roupas, entre outros, tentavam vender alguns produtos como roupas e enfeites, trocar algo do interesse de ambas as partes ou mesmo ofereciam a Quiromancia, a leitura das mãos, posto que, naquela época, o dinheiro nas roças era muito raro [...] relata que muitos trabalhavam de sol a sol por um litro de banha; os homens tentavam negociar seus cavalos ou outros produtos, tais como a sela e arreios em outros sítios na região. Permaneciam na região por um tempo e, de um momento para outro, partiam para outra localidade, ficando a amizade e a troca cultural, mesmo que de forma imperceptível (BORGES, 2010, p. 10).

Talvez passassem despercebidos pela maioria, mas eles sempre estiveram ali no meio rural, trabalhando e viajando informalmente pelo rural brasileiro, convivendo com o que havia de mais atrasado e moderno no campo brasileiro.

A forte presença da pecuária, associada a um modo de vida fortemente vinculado ao comércio de animais (equinos) dos Ciganos fez com que eles fixassem seu território em rede.

Os animais servem para venda ou para catira. Tem-se na “catira” denominação popular para a troca de um produto por outro – seja carros ou cavalos. Os ciganos realizam muitos negócios – principalmente com pessoas que utilizam esses animais para fins diversos como, por exemplo, pequenos fretes em carroças, usos em fazendas da região, cavalgada etc.

Quando se passa próximo a um acampamento Cigano, sempre chama atenção a quantidade de panelas de alumínio areadas, sempre muito brilhantes de tão limpas, as quais

ficam expostas do lado de fora das tendas, de modo a encantar com seu brilho – como em uma vitrine de comércio: o comprador entra para olhar as panelas expostas e acaba levando outros produtos. Afirmando camponeses e também ditos populares que os Ciganos são excelentes vendedores. Como podemos observar na Fotografia 13.

Fotografia 13 – Assentamento “Paulo Faria”: Panelas de Alumínio arreadas – Lado de fora da barraca.



Fonte: Trabalho de campo (2015). Autor: BORGES, FRANCO ANDREI, 2013.

Os utensílios de cozinha, expostos, geralmente são comercializados pelas mulheres ciganas. O brilho das panelas chama muito a atenção de quem passa próximo, já que a maioria das tendas não utiliza fogões a gás e sim a lenha – o que era para deixar as panelas bem escusas em razão da fuligem.

Como foi dito anteriormente, as panelas servem também de chamariz. É o que podemos constatar no diálogo entre uma cigana e uma compradora de panelas que mora na cidade do Prata.

- _ Bom dia! Quanto custa essa panela de faze café? (compradora)*
- _ Essa grande? Custa cinquenta reais. E a menor custa trinta reais (cigana)*
- _ Eu quero a grande me faz ela por trinta! (compradora)*
- _ Não tem jeito posso te faze por quarenta e cinco reais! (cigana)*
- _ Eu vou levar! (compradora)*
- _ Também tenho uns tapetes vem aqui para você vê! (cigana)*
- _ Cadê? (compradora)*
- _ Olha aqui (cigana)*
- _ São lindos! Quanto custa? (compradora)*
- _ 15 reais cada (cigana)*
- _ Vou levar 10 tapetes (compradora)*

Percebemos, no diálogo, que as ciganas não perdem tempo na negociação de seus produtos. Ao final da negociação, a cigana vendeu a panela e mais dez tapetes de grade, o que rendeu quase duzentos reais, fato que se percebe também nos estacionamentos de grandes supermercados nas cidades como Uberlândia, onde, atrás de um rosto bonito, tez morena e cabelos negros como atrativos, surge uma cigana vendendo panelas na carroceria de uma camionete, sendo observada de meia distância por membros masculinos do grupo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar abordagens que discutem a territorialidade, território e espaços, surge a imediata necessidade de analisar as questões pertinentes a esses temas – como o poder, o capital social, a Reforma Agrária, as políticas públicas de assentamento e desenvolvimento rural. Nesse raciocínio, há outro aspecto que deve ser destacado: a identidade cultural relacionada e premente ao processo de fixação do território dos Ciganos.

Conforme foi visto, tratar desses assuntos requer o entendimento de que fatores como falta de infraestrutura, apoio institucional e financeiro, dentre outros, representam enormes desafios internos quanto à gestão desse território, principalmente agravados com a parca presença de órgãos governamentais para apoiar o desenvolvimento dos assentamentos. Em geral, questiona-se sobre quais são atualmente os principais problemas da agricultura brasileira. Com certeza, são muitos e graves para que se possa apontar este ou aquele como mais premente. Trata-se de uma questão político-cultural e, também, educacional. Os assentados, em geral, não recebem assistência técnica para exercerem suas atividades como plantar ou mesmo lidar com a pecuária.

Os ciganos, como enfatizamos várias vezes nesse trabalho, são sujeitos que têm em seu âmago muitas variáveis que os diferenciam dos demais beneficiários da reforma agrária, sendo sua cultura a mais peculiar. A transmissão dos seus conhecimentos, se dá por meio da oralidade, única forma de “passar adiante” os ensinamentos de geração a geração apenas pela transmissão falada. A musicalidade é outro ponto importante na cultura cigana, pois os ciganos gostam muito de dançar de confraternizar em nascimentos, casamentos, e apoiar perdas no grupo, como as observadas em momentos de campo. Há muita alegria entre os membros, há uma comunicação muito efetiva entre os homens e as mulheres ciganas, de forma a ordenar o que tem ser feito.

Quanto à questão de suas andanças, muitos são caracterizados como nômades, e neste trabalho não se pode concluir desta forma, pois os Ciganos têm suas saídas e andanças, mas se deslocam em pontos fixos do território rede que faz parte de seu planejamento para obtenção de meios de vida.

Talvez o que mais caracteriza o cigano para os *Gadjos* são as catiras, o comércio – desde aqueles que vendem enxovals nas ruas ou panelas em estacionamentos de supermercados, e outros que vendem cavalos, éguas, mulase o que conseguem em suas paradas nos deslocamentos. Adquire novos produtos em um local, antes de ir para outro ponto através da compra ou catira, e vendem na próxima parada. Alguns ciganos ainda prestam serviço de amansar cavalos mais bravios ou mais novos, tendo em vista o arreio e montaria. Mas todos estes sujeitos são reconhecidos por suas tendas, por sua cultura, por suas cores nas camisas dos homens, nos lenços e vestidos coloridos das mulheres, nos adornos que enfeitam seus corpos, na fala enrolada ou quase incompreensível que se pronuncia nas conversas entre ciganos. Estes costumes não são abandonados no assentamento.

Assim, os assentamentos de Reforma Agrária, em suas especificidades, apresentam características organizacionais que, em sua maioria, necessitam investimentos para fortalecimento e geração de renda. Por meio da produção de determinados produtos, podem integrar ações e pessoas, promovendo o desenvolvimento da comunidade (GREGOLIN; BOTELHO FILHO, 2005, p.3). Neste trabalho, buscamos esses elementos que compõem uma estrutura agrária antiga estabelecida no campo brasileiro – a busca de terras por aqueles que queriam se estabelecer novamente no campo, por meio dos movimentos socioterritoriais.

A história se faz construindo no campo brasileiro e se mostra homogênea na composição dos sujeitos que são inseridos nas frentes de lutas por terras. Sempre constituída por sujeitos desapropriados de seus meios de produção, com passados ainda recentes de vida em processos agrícolas de produção, desapropriados de qualquer meio ou tempo/espaço, sujeitos que se mostram às margens das cidades, com diversos interesses individuais natala por terra. Mostrando-se, também, a saga de novos elementos que ainda não se percebiam nesses movimentos – sujeitos ciganos os quais foram apresentados, que se mostram dispostos a lutar por um pedaço de terra visando construir novos processos históricos em suas vidas.

Para muitos assentados, mesmo que não demonstrem em sua fala, os ciganos são vistos com desconfiança. Não seriam aptos para a vida em lote de reforma agrária. No P.A. “Paulo Faria”, os ciganos nos contam suas histórias, as quais se passam à margem da história agrária brasileira; todas as dificuldades enfrentadas por estes sujeitos são praticamente as mesmas enfrentadas por outros sujeitos que margeavam a história agrícola e agrária do Brasil. Viviam em processos sazonais, participando dos ciclos produtivos e regionais como mão de obra volante, afim de atender suas necessidades, visto que nem todos os sujeitos são

constituídos de recursos e posses para se manterem apenas em deslocamentos, vivendo de catiras.

As informações de sujeitos Camponeses e depoimentos de não ciganos mostram também que esses sujeitos ciganos realmente estavam ali na periferia das fazendas, pedindo pousadas e trabalhando nas colheitas – seja de arroz, sementes de capim. Com o processo da revolução verde sendo estabelecida, muitos que ajudavam os ciganos deslocaram-se para as cidades, ocasionando uma ruptura de cooperação no elo cigano camponês e prejudicando diretamente os ciganos em seus pontos de apoio. Desta forma, a desconfiança que se estabelece dos ciganos no assentamento decorre do que alguns sujeitos Camponeses apresentam devido à leitura que os mesmos têm dos ciganos no campo – trabalhadores sazonais e volantes, não produtores efetivos. No entanto, em nossa percepção dos assentamentos constituídos, que se mostra também em análise, nem todos os sujeitos constituídos dos lotes de reforma agrária foram outrora campesinos; muitos ali são trabalhadores da linha de produção industrial e os interesses diversos e individuais de cada sujeito – seja Cigano ou não – é o que prevalece após a efetivação os lotes.

A fixação dos assentados ciganos, como enfatizamos no trabalho, se constitui nos termos culturais destes sujeitos, em seus processos de vida e uso dos elementos que os caracterizam como ciganos. Em sua essência, são cidadãos brasileiros, não existe entre os mesmos sequer um cigano que não seja de nacionalidade brasileira ou que não tenha documentos (Registro de Identidade, CPF etc.).

A princípio, nosso discurso começou motivado pela ideia de que os ciganos partiam de uma lógica de saída de um ponto fixo onde há o estabelecimento e permanência por algum tempo (desterritorialização ou abandono da área para se fixar em outro ponto, ou seja, reterritorialização e se estabelecimento em um local), até outros processos de deslocamentos que se fariam pertinentes. A partir de nosso campo, visualizamos outro processo, diferente da ideia original que defendíamos veementemente: na realidade os ciganos não se movem nesta lógica de desterritorializar e reterritorializar, eles simplesmente criam territórios rede que são estabelecidos durante seus processos de deslocamentos, muitas vezes estes territórios rede o qual referimos são pontos de paradas, ultrapassam a linha Geográfica e política estadual, como mostramos no primeiro capítulo “Ciganos: Territórios e Redes no Cerrado Mineiro/Goiano”, assim utiliza destes pontos de rede de forma conveniente em seus deslocamentos como apoio e com finalidade de aqueles que passam para outras áreas, ciganos

parentes e como ponto de rede mesmo, como um nó que utiliza com o intuito de fixarem momentaneamente, sejam em colheitas sazonais, sejam para passarem um tempo e venderem seus produtos e ou para visita a parentes etc.

Muitos ciganos possuem, mas muitos não admitem terem, lotes em áreas urbanas ou até casas nestes pontos redes para se estabelecerem sem ter que pedir autorização a órgãos oficiais dos municípios e a moradores, geralmente são terrenos muito grande, com espaço para armarem suas tendas, estacionarem os carros, aqueles que têm cavalos, éguas entre outros, área para pasto e água, esses locais quase sempre como uma regra, nas entradas ou saída destas cidades, onde há pasto e disponibilidade hídrica, além do ponto de referência ser melhor, todos que chegam ou saem das cidades se depara com a tenda dos ciganos, assim todos da cidade sabem onde os ciganos estão.

Outra discussão que empreendemos e tentamos elaborar, foi se os ciganos “deixam” de serem ciganos a partir do momento em que fixam-senos lotes. Na realidade outra afirmação que fazíamos junto a estes ciganos especificamente se seriam os mesmos, sujeitos ciganos nômades, o que não é verdade, mostramos que eles não são nômades, não saem por aí em seus deslocamentos se aventurando sem algo preestabelecidos, eles tem um processo de deslocamento e organizado. Em nossa análise o lote para muitos ciganos é algo conveniente, pois, a partir do momento que estão estabelecidos tem em suas mãos a possibilidade de deslocarem seus animais como provenientes de catiras e compras sem que haja a possibilidade de serem confiscados como ocorridos sem a comprovação de posse, através de guias estaduais de deslocamentos.

Compreendemos em nossa leitura que, os ciganos não deixam de serem ciganos apenas pelo fato de terem sido assentados, aqueles que não desenvolveram nem processo produtivo dentro do lote, ainda continuam seus deslocamentos rede e seus lotes ficam sob a vigília de outros ciganos assentados, e nestes lotes ainda ficam os animais que não consegue viajar seja pela fraqueza ou por conveniência.

O número de ciganos no assentamento começou com sessenta famílias e foi diminuindo o quantitativo, para hoje em de vinte famílias. A saída não somente de ciganos se dá por um universo de possibilidades e variáveis, desde problemas conjugais, saúde, financeiros e até de se perceberem que não têm em sua essência e aptidão para a vida

camponesa e a reclusão em um lote de terra não faz parte de seu processo evolutivo ou também ocorrendo devido à venda de seus lotes.

Demostramos que os ciganos remanescentes estão em áreas com pouca declividade, mais precisamente na chapada, onde são áreas que tem uma melhor valorização, uma aptidão agrícola mais favorável, não necessariamente com as melhores terras, e alguns lotes fazem divisa com as grandes fazendas de monocultura que cercam o assentamento, comprovando que as terras dos Ciganos são propícias para a agricultura. Como apresentadas em fotografias de colheitas de grãos feitas por colheitadeiras na divisa de lotes ciganos e a grande monocultura.

Assim, a pesquisa procurou mostrar que a mescla de sujeitos envolvidos no processo de reforma agrária, a qual abrange para uma democratização de novos sujeitos. Atendidos com os lotes, mostram também que muitos problemas continuam e perpetuam diferentemente da localização em que estão. Como a falta de apoio técnico e recursos governamentais para a real efetivação destes empreendimentos e não importa quem são os sujeitos envolvidos se são ciganos, remanescentes de quilombolas, indígenas ou trabalhadores fabris, que são brasileiros em busca de melhores condições de vida, mesmo que seja em seus mais íntimos e individuais desejos.

Por isso, conforme foi pesquisado, percebemos que há uma aquisição de outros significados na vida dos ciganos, devido às novas realidades reafirmadas/praticadas pelos ciganos e os Gadjos no mesmo espaço. Apesar dessa absorção os ciganos não vão deixar de serem ciganos, mas passam a serem detentores de meios técnicos e funcional, para sobreviverem em uma sociedade gerida de regras.

Com isso, o grupo Cigano permanece unido no assentamento principalmente aqueles entre si que são compostos por membros e parentescos próximos como os do assentamento “Paulo Faria”, tios, primos, sogro, cunhado, filhos, etc. Assim começam a se estabelecerem diante de uma nova ótica de vida, como a construção de sua casa, o que estabelece novos valores de conforto. O Programa Nacional de Habitação Rural, que são recursos destinados a construção de casas populares de quarenta e oito metros quadrados na zona rural e financiados pela Caixa Econômica Federal, destinou em um primeiro momento no assentamento a construção de trinta e uma casas populares, sendo que quatro destas casas, para famílias ciganas.

No campo, percebemos que o cigano ainda continua como cigano. Entretanto, na questão de suas vestimentas, percebemos que há mudança significativa. Poucos ainda se vestem de maneira tradicional, e a maioria adaptou às formas de vestir dos outros camponeses. Em sua essência, muitos ciganos são identificados apenas por traços significativos de sua cultura, nas imagens aqui mostradas, devido a processos de aculturalização das vestimentas e hábitos como uma cerca em volta da tenda/barraco.

Na luta, em si, para a conquista dos lotes, não houve discriminação entre raças ou credos; todos se uniram em um único objetivo: a conquista do assentamento, mas, a partir da distribuição dos lotes, principalmente entre os beneficiários Ciganos, houve – por meio dos sorteios – a junção de vários lotes por afinidade, lotes dotados de boa infraestrutura e com fronteiras entre ciganos. Ocorreu um desequilíbrio nas relações entre os assentados, principalmente entre aqueles Camponeses que ficaram em lotes marginais com pouca água e terra de qualidade inferior aos demais.

Permanecerem assentados ou sedentarizados⁴¹ não os torna excluídos dos grupos dos Ciganos, apenas proporcionam a estes valores como qualidade de vida, possibilidade de refúgio. O Cigano continua, mesmo assentado, a exercer seus valores – segue com o comércio de carros, cavalos, continuam se vestindo (mesmo que mude um pouco), usando adornos típicos: lenços e vestidos coloridos, chapéus de feltro preto e camisas vermelhas e reluzentes.

⁴¹ Utiliza-se tal expressão, pois pode-se constatar que alguns ciganos, mesmo com o lote, não pararam de viajar.

5 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e Sons: A Nova Cultura Oral.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. Coleção questões de nossa época, v. 32.
- BITTENCOURT, João Batista de Menezes. O inferno são os outros. **Revista Mal-estar Subjetividade**, Fortaleza. v. IX, n.1, p. 161-185, mar/2009.
- BORGES, Franco Andrei. **Os Ciganos de Uberlândia e a questão de suas crianças na escola.** Uberlândia. 2010. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRINCA, Ana. Ciganos, “Tendeiros” e “Senhores”: Fronteiras Indenitárias. **Antropológicas**, Porto, UFP, n. 9, 2005. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/546/484>>. Acesso em: 14 mai. 2014.
- CARVALHO, Horácio de; CARTEL, Miguel. A Luta na terra: o MST e os assentamentos. In: CARTER, Miguel (Org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. p. 287-330.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução Roneide Venâncio Mafer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. vol.1.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade:** A era da informação: economia, sociedade e cultura. Lisboa: Fundação CalousteGulbekian, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede Urbana.** São Paulo: Editora Ártica, 1989.
- COSTA, Ricardo da Silva. **Produtores de abacaxi e o setor sucroenergético em Canápolis-MG:** configurando novas territorialidades. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. 2014.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n.1p. 165-180, abr. 2010. Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/12.pdf>>. Acesso em 24 dez. 2013.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: _____. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa PezzaCintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 283-350.
- CLEPS JUNIOR, João et al. **A dinâmica da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba:** avaliação do período de 2001 a 2005. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiengrup/5.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2013.

DUBAR, Claude. Para uma teoria sociológica da identidade. In.:**A socialização**. Porto: Porto Editora, 1997.p. 133-159.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **Revista Nera**, ano 8, n. 6, jan/jun 2005. Disponível em:<<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. **Espaço e cultura nos acampamentos Ciganos de Uberlândia**. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 1996.

FONSECA, Isabel. **Enterrem-me em pé**:os ciganos e a sua jornada. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

GUATTARI, Félix. Espaço e Poder: a criação de Territórios na Cidade.**Espaço e Debates**,São Paulo. Ano V, nº16.,p. 109-120.1985.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de entrevista social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GREGOLIN, Adriana Calderan; BOTELHO FILHO, Flávio Borges. Custos de Transação, Incentivos e Indivíduos. 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/908.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

GUERRA, Isabel. Modos de vida. Novos percursos e novos conceitos. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 13, p. 59-74, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/932/1/6.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; Perfil sobre Segurança Alimentar no Brasil, IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=600&id_pagina=1; 05-2014>.Acesso em: 02. Mai. 2014.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens Paraná: Unioeste, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed.Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2011.

HAESBAERT. Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT. Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade:** a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT. Rogério; BRUCE, Glauco. **Desterritorilização na obra de Deleuze e Guattari.** Niterói: Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KINN, Marli Graniel. **Lugares e Territórios camponeses em iniciativas turísticas: os usos dos espaços no entorno dos lagos das hidrelétricas Amador Aguiar I e II – Triângulo Mineiro -MG.** 2010. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06062011-172324/pt-br.php>>. Acesso em: 06 de jun. 2014.

LASTRES, Helena Maria Martins. ALBAGLI, Sarita. Chaves para o Terceiro Milênio na Era do Conhecimento. In.: **Informação e globalização na era do conhecimento** / Helena. M. M. Lastres, Sarita Albagli (organizadoras). Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Tradução Alcides João de Barros. Editora Ártica, São Paulo, 1991.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico.** 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

MAIA, Rubens Dias. **O conceito de identidade na filosofia e nos atos de linguagem.** São Carlos: UFSCar, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do empreendimento da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009. p. 279-291.

MARTINS, José de Souza. **A caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária o impossível diálogo sobre a História possível. **Revista de SociologiaTempo Social**, São Paulo, n. 11, v. 2, p. 97-128, out. 1999. Edição fev. 2000.

MEDEIROS, LeonildeSérvalo. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade Social:O MST e a reforma agrária no Brasil.** Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. p. 113-136.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Um Histórico do MST. Disponível em:<<http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>>. Acesso em: 23 out. 2013.

MONTEIRO, Paula. **Cultura e democracia no processo da globalização.** Novos Estudos, São Paulo, 1996. N.º 44. P. 89-114.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PRONAF.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 2 set. 2012.

MOONEN, F. **Anticiganismo:** os Ciganos na Europa e no Brasil. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 63-110.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Ática, 2004.

ONG, Walter. **Oralidade e Cultura Escrita:** a tecnologia da palavra. Tradução de Enid Abreu Dobranszky. Campinas: Papirus, 1998.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios Deprimidos** - desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Uberlândia: Edufu, 2008.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Ciganos:** a oralidade como defesa de uma minoria étnica. p. 34-39. Disponível em: <http://www.lacult.org/doc/oralidad_04_34-39-Ciganos-a-oralidade.pdf>. Acesso em: 12 dez 2014.

PONS, Joana María Seguí; REYNÉS, Maria Rosa Martínez. **Geografía de los transportes.** Imprenta [Palma de Mallorca]: Universitat de les Illes Balears, 2004.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salzar. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

REZENDE, DimitriFazito de Almeida. **Transnacionalismo e Etnicidade:** a Construção Simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana). Belo Horizonte, 2000. 192 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **Enclopédia Einaldi:** região. Porto: Imprensa nacional – Casa da Moeda, v. 8, 1986.

ROSA, Marcelo Carvalho. Para além do MST: O Impacto dos Movimentos Sociais brasileiros. In: CARTER, Miguel (Org.) **Combatendo a desigualdade Social:** O MST e a reforma agrária no Brasil: Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. p. 461-478.

DOS ANJOS, Flávio Sacco. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teórico-metodológicos da Geografia. 6.ed. São Paulo: Editora USP, 2008.

SANTOS, MILTON. O dinheiro e o território. **RevistaGEOgraphia**, ano 1, n. 1, 1999. Disponível em: <[http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article /view/2/2](http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/2/2)>. Acessado em: 15 dez. 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In: **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.11n.21 e 22, p. 111-125, jan/dez 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio.; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular; Presidente Prudente: UNESP, 2009.

SIMÕES, Sílvia Régia Chaves de Freitas. **Educação Cigana**: entre-lugares entre Escola e Comunidade Étnica. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2007.

SIQUEIRA, DeisEluci. **O sagrado na pós-modernidade**. In: **Fragm. Cult.**,Goiânia, v. 13 p. 75-90, 2003.

SILVA, TomazTadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estados culturais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008

SOUZA, Elenira de Jesus; FERNANDES, Bernardo Mançano. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra**: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2007. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2009. 97 p. Relatório de pesquisa. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_elenira.pdf>. Acesso em 11 fev. 2014.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **O território e as estratégias de permanência camponesa da comunidade Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar, em Quirinópolis/GO**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia)– Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. SANTOS, Rosselvelt José. A espacialização da cana-de-açúcar e as transformações dos modos de vida tradicionais do cerrado. In:ERECHO – Simpósio Regional de Geografia, 11.,“A geografia no centro-oeste Brasileiro: passado, presente e futuro”, 2009, Jataí-GO. **Anais...** Jataí-GO:UFG, 2009.p.1041-1052.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais de luta pela terra**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2009/nota_tecnica_movimentos_sociais_de_luta_pela_terra.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2013.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais II**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos Ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **A questão cigana:** uma introdução. Correrias de ciganos pelo território mineiro. Dissertação-Mestrado em História, Belo Horizonte, UFMG, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo.** Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Unesp, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:**a perspectiva da experiência. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social – Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** 5. ed.São Paulo: Cortez, 2007.

VAZ, Ademir Divino. **José, Tereza, Zélia... e sua Comunidade**– um território Cigano em Ipameri/Goiás. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

ZANGELMI, Arnaldo José. Identidade Dividida no Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/MG). IN: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro, 2009.

6 ANEXOS

ANEXO A – PERFIL DO ENTREVISTADO

A - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO – ASSENTADO CIGANO (C).

(A-1) Nome: _____(caso queira se identificar)

(A-2) Idade: ____ anos – escolaridade?

(A-3) Gênero: () Masculino () Feminino

(A-4) Quantos membros tem sua família?

(A-5) Há filhos em idade escolar?

(A-6) Há quanto tempo está no lote?

(A-7) Existe alguma organização dos assentados como associação? Que tipo e qual o nome? É atuante? É membro? Discorrer sobre.

(A-8) Tem parentes com lotes no assentamento?

(A-9) Como é a Gestão do lote? O que Produzem? Para onde escoa a produção?

B: ORIGENS E TRAJETORIAS

(B-1) Fale de sua região de origem.

(B-2) Já morou antes no campo ou teve laços familiares no Campo?

(B-3) Em que já trabalhava e qual a última profissão desempenhada?

(B-4) Fale-nos de como era a vida de sempre estar levantando acampamento.

(B-5) Conte sua trajetória de como entrou para o movimento Sem-terra e qual era a bandeira do movimento.

(B-6) Quanto tempo ficou acampado, que dificuldades encontraram no acampamento, havia solidariedade entre os membros?

(B-7) O que fazia para se manter no acampamento?

C – TRAÇOS CULTURAIS

(C-1) O que é ser Cigano para você? Qual a origem do seu povo?

(C-2) Como que você se vê dentro do grupo cigano e junto dos demais Assentados?

(C-3) Como era estar sempre levantando acampamento? Fale um pouco sobre como era isso.

(C-4) Como era decidido sair de um lugar e ir para outro? O que se levava em consideração?

(C-5) Fale sobre as rotas, as cidades e o tempo que ficavam em cada local. Havia a fatores como clima, possibilidades de ganhos, risco para o grupo? Discorra um sobre isto.

(C-6) Como que vocês faziam para ganhar dinheiro?

(C-7) O que tem mais valor para a família Cigana? As tradições, o casamento, os filhos? Fale um pouco sobre.

(C-8) Entre os membros do grupo como se organizam nas tarefas?

(C-9) Qual é lógica de montar uma tenda, como se divide o interior (os cômodos)? Há uma hierarquia?

(C-10) Vocês se sentiram estigmatizados enquanto acampados ou por outros assentados?

(C-11) Vocês se sentem diferentes em termos culturais em relação aos outros assentados?

(C-12) É difícil manter-se cigano nos tempos atuais diante de inovações e propostas de inserção no campo?

(C-13) Como é o contato de vocês com outras famílias ciganas do assentamento, vocês são do mesmo grupo? Há uma divisão entre grupos, por famílias, como funciona esta hierarquia?

- Sobre os cavalos vou tentar resgatar isto sem entrar diretamente no assunto.

D – OS LOTES E SUA DISTRIBUIÇÃO

(D-1) Como foi o processo de distribuição dos lotes? Foi um processo justo, alguém pode ter sido prejudicado ou favorecido?

(D-2) Quantas famílias foram assentadas? Quantos lotes são de ciganos? Os lotes são vizinhos de fronteira?

(D-4) Como acha que os vizinhos os veem? São solidários? Há algum estigma ou preconceito em relação a vocês?

(D-5) você sabe o que eles produzem nos lotes?

(D-6) Está satisfeito com o projeto de Reforma Agrária estabelecido no assentamento? O que falta? Acha que uma associação ou a associação, ou um projeto coletivo de produção seria viável? Já tentaram? Fale sobre.

(D-7) O que mais deficitário no assentamento: questões de infraestrutura, apoio técnico de órgãos como EMATER, Saúde, como água tratada, Educação?

E – INSTITUIÇÕES, GOVERNO, FÉ e PODER.

(E-1) Que Instituições além do INCRA, estão no assentamento?

(E-2) Há Escolas no Assentamento? Para onde os filhos em idade escolar vão, qual município?

(E-3) Há algum posto de saúde próximo ou alguém capacitado para primeiros socorros?

(E-4) Que apoio financeiro vocês obtiveram do governo, quais as promessas? que instituições?

(E-5) E dos municípios, há apoio? O que falta no assentamento?

(E-6) Qual a fé que predomina no assentamento? Há igrejas e quais seguimentos?

(E-7) Há festas ou algum evento social ou religioso? Quais, em que épocas?

(E-8) Há alguma disputa de poder interno no Assentamento?

(E-9) Há ligações políticas ou algum político ou alguma legenda em especial os assessora?

A - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO – ASSENTADO NÃO CIGANO. (NC)

(A-1) Nome: _____ (caso queira se identificar)

(A-2) Idade: ____ anos – escolaridade?

(A-3) Gênero: () Masculino () Feminino

(A- 4) Quantos membros tem sua família?

(A-5) Há filhos em idade escolar?

(A-6) Há quanto tempo esta no lote? DATA_____

(A-7) Existe alguma organização dos assentados como associação? Que tipo e qual o nome? É atuante? É membro? Discorrer sobre.

(A-8) Tem parentes com lotes no assentamento?

(A-9) Como é a Gestão do lote? O que Produzem? Para onde escoam a produção?

B: ORIGENS E TRAJETORIAS

(B-1) Fale de sua região de origem. Sente vontade de voltar para lá?

(B-2) Já morou antes no campo ou teve laços familiares no Campo?

(B-3) Em que já trabalhou e qual a última profissão desempenhada?

(B-4) Nos fale de como era o padrão de vida e de sua família. Hoje está melhor?

(B-5) Conte sua trajetória de como entrou para o movimento Sem-terra e qual era a bandeira do movimento? E hoje esta bandeira ainda é forte no assentamento?

(B-6) Quem eram os líderes do movimento, ainda são no assentamento?

C – A ORIGEM DO ASSENTAMENTO

(C-1) Qual era nome das antigaspropriedades que formava o atual assentamento? Discorra sobre a história deste lugar, como antigos donos, processos produtivos, conflitos, o que puder nos falar.

(C-2) Conte como foi o processo de ocupação, onde ficaram antes de virem para o assentamento? Onde acamparam? Como eram os dias? Havia solidariedade? Medo? Detalhes sobre.

(C-3) Como era a divisão de tarefas entre os membros, famílias, homens e mulheres?

(C-3) Como se sentia sendo um Sem terra? Achava que estava sendo estigmatizado por fazer parte do movimento? Sentia que era observado e julgado por colegas e demais pessoas não ligadas ao movimento?

(C-4) Compensou todo o processo?

(C-5) Você se considera um camponês?

D – OS LOTES E SUA DISTRIBUIÇÃO

(D-1) Como foi o processo de distribuição dos lotes? Foi um processo justo, alguém pode ter sido prejudicado ou favorecido?

(D-2) Quantas famílias foram assentadas?

(D-3) Qual o tamanho do seu lote? Está satisfeito? Tem água, a terra é boa?

(D-4) Há grupos de assentados ou assentados com processos culturais distintos/diferentes dos demais?

(D-5) Você conhece os ciganos? Há quantas famílias? Como é sua relação com eles?

(D-6) Como vizinhos como você os vê? São solidários? Discorrer.

(D-7) O que eles produzem em seus lotes: ecuária, equinos, aves, horticultura?

(D-8) Como vê a situação Cigano/Camponês? Eles têm vínculo com a terra?

(D-9) Eles são vizinhos nas divisas dos lotes? Há conflitos entre eles ou é um grupo homogêneo?

E – INSTITUIÇÕES, GOVERNO, FÉ e PODER.

(E-1) Que Instituições além do INCRA, está no assentamento?

(E-2) Há Escolas no Assentamento? Para onde os filhos em idade escolar vão, qual município?

(E-3) Há algum posto de saúde próximo ou alguém capacitado para primeiros socorros?

(E-4) Que apoio financeiro vocês obtiveram do governo, quais as promessas? que instituições?

(E-5) E dos municípios há apoio? O que falta no assentamento?

(E-6) Qual a fé que predomina no assentamento? Há igrejas e quais seguimentos?

(E-7) Há festas ou algum evento social ou religioso, quais, em que épocas?

(E-8) Há alguma disputa de poder interno no Assentamento?

(E-1) Há ligações políticas, algum político ou legenda em especial os assessora?

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título Ciganos e Camponesp.es: o “jogo” identitário e as diferentes territorialidades no projeto de assentamento P.A “Paulo Faria”.

Meu nome é Franco Andrei Borges, souo pesquisador responsável. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, ficarei imensamente agradecido pela sua contribuição. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Do mesmo modo que não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Franco Andrei Borges ou com o orientador da pesquisa Dr. Marcelo Cervo Chelotti nos telefones: (34)9166-3662ou (34)8804-9520 e pelos e-mails fabgeoufu@yahoo.com.br e mcervochelotti@gmail.com.

JUSTIFICATIVA: O foco deste projeto é a análise de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), de assentados no projeto de Assentamento P. A.“Paulo Faria”,

OBJETIVO GERAL: Compreender os sujeitos ciganos e outros assentados no processo de territorialização, efetivado no assentamento P. A.“Paulo Faria”.

É importante dizer ainda que será garantido o sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto a sua identidade e informações pessoais envolvidas na pesquisa.

Campo Florido e Prata - MG – Março de 2014.

Assinatura do pesquisador responsável